



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADGÉLZIRA CAPELOTI PEREIRA

MEMÓRIA E HISTÓRIA:

O USO DA MÍDIA FOTOGRAFIA PARA A RECUPERAÇÃO
HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
CAPIVARA, NA VISÃO DE ANTIGOS TRABALHADORES DE
IEPÊ

Londrina
2015

ADGÉLZIRA CAPELOTI PEREIRA

MEMÓRIA E HISTÓRIA:

O USO DA MÍDIA FOTOGRAFIA PARA A RECUPERAÇÃO
HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
CAPIVARA, NA VISÃO DE ANTIGOS TRABALHADORES DE
IEPÊ

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de
Londrina como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P436m Pereira, Adgélzira Capeloti.

Memória e história : o uso da mídia fotografia para a recuperação histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, na visão de antigos trabalhadores de Iepê / Adgélzira Capeloti Pereira. – Londrina, 2015.
144 f. : il.

Orientador: Paulo César Boni.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Comunicação e fotografia – Teses. 2. Fotografia documentária – Teses. 3. Fotografia – História – Teses. 4. Iepê (SP) – História – Teses. I. Boni, Paulo César. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

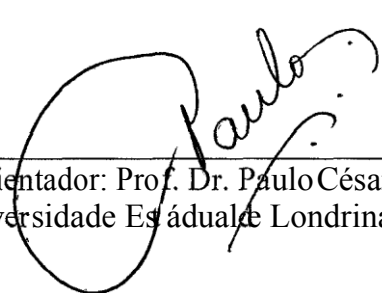
CDU 070:77

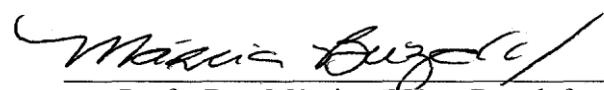
ADGÉLZIRA CAPELOTIPEREIRA


**MEMÓRIA E HISTÓRIA: O USO DA MÍDIA
FOTOGRAFIA PARA A RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DA
CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
CAPIVARA, NA VISÃO DE ANTIGOS TRABALHADORES
DE IEPE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni
Universidade Estadual de Londrina - UEL


Profª. Dra. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina -
UEL


Profª. Dra. Regina Célia Alegro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de abril de 2015.

Aos meus filhos, João Otávio e José Inácio,
e aos meus avós, Otávio e Orlanda.

AGRADECIMENTOS

Sempre sonhei como seria chegar neste ponto, da concretização de um grande sonho, que me acompanhou desde os primeiros momentos de vida acadêmica. Pensava que seria fácil agradecer, mas me enganei. Foram tantas pessoas, experiências, dificuldades e emoções envolvidas nesta conquista que seria injusto esquecer alguma delas.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me manteve firme na caminhada e atendeu todas as minhas necessidades. Foi Ele meu companheiro nas horas de solidão entre as palavras, um alento nos momentos de dificuldades e uma fonte inesgotável de amor e misericórdia.

Aos meus filhos, João Otávio e José Inácio, razão de minha busca em me tornar uma pessoa melhor a cada dia para merecê-los como bençãos, luz, presentes eternos. Ao meu marido Cesar, companheiro de todas as horas, principal incentivador, dedicado, atencioso, que em momento algum mediu qualquer esforço para me ajudar e tomou como seu o meu objetivo. Ao meu irmão, João Carlos, pelos bons exemplos de humildade e retidão. A minha mãe, Joana, batalhadora incansável. Aos meus tios, Anísio e Maria de Lourdes, pela disposição em ajudar, independente da hora, dia e situação. A Ozana, que cuidou da minha família como se fosse a sua. Ao Antônio, Ana Lourdes, Cintia e Graciele. Saúde, paz e bem a todos!

Com muita emoção, agradeço imensamente ao meu orientador Paulo César Boni, pela paciência, atenção e pelas palavras de incentivo e carinho. Foi uma honra encontrá-lo na caminhada da vida e tê-lo presente em momentos tão importantes da minha vida acadêmica. És um exemplo para mim!

Meus amigos queridos, que souberam entender os momentos de ausência e de cansaço. Aos meus professores e aos colegas de estudo. Além do conhecimento, o mestrado me deixa como herança novos amigos que passo a contar na jornada da vida. Agradeço ainda aos colaboradores desta pesquisa: Braz Gerônimo, Carlos Ferreira de Almeida, Ezequiel Ferreira da Silva, Gumercindo Miranda de Souza, João Vitor Pereira, José Francisco Ramos, Lídio Soares de Azevedo, Maurílio Alcides Ferreira, Nelson Pires da Cruz e Sebastião Ribeiro. Aos “Amigos da Cultura de Iepê”.

“As lembranças que ouvimos de pessoas idosas
têm assento nas pedras da cidade presentes
em nossos afetos, de uma maneira bem mais
entranhada do que podemos imaginar.”

(Ecléa Bosi, 1994)

PEREIRA, Adgélzira Capeloti. **Memória e História:** o uso da mídia fotografia para a recuperação histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, na visão de antigos trabalhadores de Iepê. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Recuperar informações referentes ao período de construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, a partir da visão de ex-trabalhadores de Iepê, município mais impactado pela obra. Esse é um dos objetivos deste trabalho, que busca também testar e sistematizar a proposta metodológica que utiliza a mídia fotografia como disparadora do gatilho da memória, desenvolvida pelo grupo *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina. A metodologia que, até então, havia sido aplicada para recuperação histórica de fatos referentes à fundação de municípios de trajetória recente, com entrevistas de pioneiros, dessa vez tem seu foco voltado à década de 1970. Nesse período, Iepê teria experimentado significativo desenvolvimento econômico por conta das obras de infraestrutura executadas para acomodação de trabalhadores advindos de diferentes regiões do país. Para o processo de pesquisa empírica foi composto um portfólio com 10 imagens de diferentes fases da construção da barragem e selecionados 10 ex-trabalhadores residentes no município para contar sobre as lembranças suscitadas pelas fotografias. O resultado alcançado demonstra que a metodologia se apresenta como importante ferramenta para recuperação de dados históricos, a partir de memórias quase apagadas pela ação do tempo. Dessa forma, foi possível confirmar o poder de informação, aproximação e emoção emanados pelas imagens, que tornaram possível a reconstituição de quadros dos cenários econômico, social, trabalhista, cultural, político-administrativo da usina de Capivara e também de Iepê.

Palavras-chave: Fotografia e memória. Gatilho da memória. Usina Hidrelétrica de Capivara. História de Iepê (SP). Relações de trabalho.

PEREIRA, Adgélzira Capeloti. **Memory and History:** the use of the media picture to historical recovery of the construction of Hydroelectric Power Plant Capivara, in the view of former workers of Iepê. 2015. 144 p. Dissertation (Master in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

Retrieve information for the period of construction of the hydroelectric plant Capivara, from the vision of former workers of Iepê, municipality most affected by the work. This is one of the objectives of this work, which also seeks to test and systematize the methodological approach that uses photography media as triggering the memory trigger, developed by the group *Communication and History* of Universidade Estadual de Londrina. The methodology that, until then, had been applied to recovery history of facts concerning the foundation of recent trajectory of municipalities, with interviews of pioneers, this time focuses back to the 1970. During this period, Iepê would have experienced significant economic development by account of infrastructure works performed for accommodation of workers coming from different regions of the country. For the empirical research process comprised a portfolio of 10 images at different stages of dam construction and selected 10 former workers residing in the city to tell about the memories raised by the photographs. The result achieved demonstrates that the methodology is presented as an important tool for retrieval of historical data from memory almost erased by time. Thus, it was possible to confirm the power of information, approach and emotion emanating from the images, which tornoram possible reconstitution of frames of economic scenarios, social, labor, cultural, political and administrative of Capivara the plant and also Iepê.

Keywords: Photography and Memory. Trigger of memory. Hydroelectric Power Plant Capivara. History Iepê (SP). Labor relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Imagem aérea do canteiro de obras da usina de Capivara.....	78
Figura 2	–	Trator realiza obras do desvio de segunda fase do rio Paranapanema	82
Figura 3	–	Construção de obra de concreto na barragem de Capivara	86
Figura 4	–	Vista aérea da construção da tomada d'água, na década de 1970	89
Figura 5	–	Montagem dos grupos geradores da usina Capivara, 1975	94
Figura 6	–	Montagem eletro-mecânica dos geradores	98
Figura 7	–	Detalhe da construção dos vertedouros, década de 1970	102
Figura 8	–	Prédio utilizado pelo setor Administrativo da Cesp e/ou das firmas.....	109
Figura 9	–	Ponte sobre o rio Paranapanema, que liga São Paulo ao Paraná.....	113
Figura 10	–	Imagem aérea de vila para barrageiros	117
Figura 11	–	Nelson Pires da Cruz	125
Figura 12	–	Gumercindo Miranda de Souza	126
Figura 13	–	Braz Gerônimo	127
Figura 14	–	Maurílio Alcides Ferreira	128
Figura 15	–	José Francisco Ramos.....	129
Figura 16	–	Carlos Ferreira de Almeida	130
Figura 17	–	Ezequiel Ferreira da Silva.....	131
Figura 18	–	João Vitor Pereira	132
Figura 19	–	Sebastião Ribeiro.....	133
Figura 20	–	Lídio Soares de Azevedo.....	134
Figura 21	–	Prédio da antiga central de rádio da barragem	138
Figura 22	–	José Francisco Ramos em sua oficina de solda.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBPO	Companhia Brasileira de Projetos e Obras
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDS	Diálogo Diário de Segurança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI	Igreja Presbiteriana Independente de Iepê
ISO	Organização Internacional para Padronização
MAI	Museu de Arqueologia de Iepê
PVC	Policloreto de Polivinila
RPM	Rotações por minuto
SACI	Sociedade Amigos da Cultura de Iepê
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
UCP	Usina Central Paraná
UHE	Usinas Hidrelétricas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA	17
2.1	FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA	20
2.1.1	Imagem como fonte de informação e cultura	23
2.1.2	A fotografia e a preservação da história	24
2.1.2	Fotografia e História Oral.....	25
3	IEPÊ: UMA HISTÓRIA REESCRITA	28
3.1	ANTIGOS MANUSCRITOS E UMA NOVA INTERPRETAÇÃO	29
4	A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE CAPIVARA	35
4.1	OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS ÁGUAS.....	37
4.1.1	Obras de compensação e desenvolvimento regional	38
4.2	USO DA FOTOGRAFIA COMO COMPROVAÇÃO DA REALIDADE	39
5	METODOLOGIA	44
5.1	O TRABALHO EM CAMPO.....	45
5.2	APLICAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL	47
6	OS 10 TRABALHADORES SELECIONADOS	51
6.1	JOSÉ FRANCISCO RAMOS	51
6.1.1	Condições de produção da entrevista	53
6.2	GUMERCINDO MIRANDA DE SOUZA	53
6.2.1	Condições de produção da entrevista	58
6.3	CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA	59

6.3.1	Condições de produção da entrevista	61
6.4	BRAZ GERÔNIMO	61
6.4.1	Condições de produção da entrevista	63
6.5	EZEQUIEL FERREIRA DA SILVA	64
6.5.1	Condições de produção da entrevista	64
6.6	LÍDIO SOARES DE AZEVEDO	65
6.6.1	Condições de produção da entrevista	65
6.7	JOÃO VITOR PEREIRA	66
6.7.1	Condições de produção da entrevista	72
6.8	NELSON PIRES DA CRUZ	73
6.8.1	Condições de produção da entrevista	73
6.9	MAURÍLIO ALCIDES FERREIRA	74
6.9.1	Condições de produção da entrevista	75
6.10	SEBASTIÃO RIBEIRO	75
6.10.1	Condições de produção da entrevista	76
7	RESULTADO DA APLICAÇÃO DO GATILHO DA MEMÓRIA	77
7.1	IMAGEM UM	77
7.2	IMAGEM DOIS	81
7.3	IMAGEM TRÊS	85
7.4	IMAGEM QUATRO	88
7.5	IMAGEM CINCO	93
7.6	IMAGEM SEIS	98
7.7	IMAGEM SETE	102
7.8	IMAGEM OITO	108
7.9	IMAGEM NOVE	112
7.10	IMAGEM DEZ	116
8	PERCEPÇÕES PESSOAIS	123

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	142
BANCO DE DADOS EM CD.....	144

INTRODUÇÃO

Uma metodologia promissora, que alia fotografia e história oral para a recuperação de passados recentes, à espera de novas aplicações. Uma história, quase em tom lendário, sobre um período no qual o município de Iepê teria experimentado um significativo desenvolvimento econômico, social e cultural, com uma “invasão” de moradores, atraídos pela construção da barragem de Capivara, em um cenário político desconforme e suas consequências.

Apesar de configurarem em campos distintos, as duas questões foram reunidas nesta pesquisa a partir dos sentimentos de atração e inquietação da pesquisadora. O primeiro se deu nos bancos acadêmicos, a partir do contato com a metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Os resultados até então alcançados, além de interessantes, apontavam para uma nova maneira de recuperação da história e valorização das lembranças daqueles que foram testemunhas de um tempo que não volta, mas que pode ser eternizado através das imagens e das palavras coletadas de forma sistematizada.

A inquietação existia há mais tempo, resultado de uma longa exposição a narrativas sobre a “época da barragem”. O período teria sido de desenvolvimento financeiro e cultural, em decorrência do aumento do número de moradores. Teria havido um fomento das ações sociais que se ampliaram e sofreram influência direta de novos hábitos e costumes de trabalhadores e suas famílias, advindos de diferentes regiões do país. No entanto, não havia no município uma fonte oficial disponível sobre os impactos da obra.

Cada aplicação da nova metodologia, desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina, evidenciou obstáculos a serem transpostos, revelando a necessidade de novas sistematizações. Até então, as ferramentas empíricas haviam sido dirigidas a enriquecer a história de fundação de municípios com trajetória recente, ampliando o acontecimento a partir do campo de visão de testemunhas que estiveram no meio da multidão e que não tenham agido diretamente na criação de uma nova cidade. A intenção é aprimorar a técnica, seguindo as orientações deixadas por pesquisas anteriores, conforme os rigores da ciência. Desta vez, a aplicação se dirige a um determinado período da história, no caso específico, a década de 1970, durante a construção da usina de Capivara.

Para tanto, é preciso apresentar a importância da fotografia, que contém em si, como conceitua Boris Kossoy (2007, p.40), informações iconográficas sobre o dado real e, por isso, “são de grande valor para a pesquisa e interpretação nas ciências humanas, exatas e biológicas”. Além de informar sobre o que mostra, a imagem, por conter códigos abertos, permite a interpretação iconológica, possibilidade que parte para a esfera das ideias. Ao contrário do que se pode considerar, a dialética representação e interpretação da fotografia não diminui seu valor, pelo contrário, a torna mais rica no sentido de ofertar ampla pluralidade de “visões”.

Essa condição é explicada por Kossoy (2007, p.155), que é enfático em lembrar que “a fotografia é uma forma de registro, não um aparelho detector de verdades e mentiras”. Tocar nesse ponto se torna oportuno quando se alia fotografia e memória, pois não há intenção de se analisar o que é real ou fantasioso, visto que as imagens que compõem o portfólio da presente pesquisa foram interpretadas cerca de quatro décadas após terem sido produzidas. “Ao longo de suas trajetórias [das fotografias], a sua significação muda, oscilando de significado de acordo com a ideologia de cada momento e a mentalidade de seus usuários.” (KOSSOY, 2007, P.153).

Além disso, como ressalta Ecléa Bosi (1994, p.419), a mente apresenta a tendência de remodelar as experiências, empregando-lhe sentidos de forma a torná-las úteis para o presente, assim, “mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória”. Essa, por sua vez, apresenta força subjetiva, “ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. (BOSI, 1994, p.46-47).

A partir das lembranças evocadas pelas fotografias os entrevistados passam a desenvolver, sob seu ponto de vista, uma leitura social do passado. Apesar de contarem sobre suas experiências, fornecem informações sobre o ambiente que frequentavam e as forças que o regia, o que permite considerar, de acordo com Bosi (1994, p.453), que com os olhos do presente a análise do passado torna mais visível seu teor ideológico. Para a autora (Bosi, 1994, p.21), ler é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro, ou seja, “é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão”.

Por mais nítida que possa parecer a lembrança de um fato de outrora, ela não é a mesma experimentada pela primeira vez, porque aqueles que a veem não são os mesmos. As pessoas mudam durante sua caminhada, seus valores podem se alterar com a experiência, seu grupo de convivência muda, sua percepção se transforma. Mas como reafirma Bosi (1994, p.466), citando psicólogos sociais da memória, “só fica o que significa”. Então, a busca dessa pesquisa é pelo que significou o trabalho na usina de Capivara para ex-trabalhadores a partir de recortes eternizados em imagens.

Os resultados deste trabalho foram divididos em oito capítulos, sendo o primeiro a Introdução. No segundo, é apresentada sua estruturação teórica a partir da utilização da fotografia como disparadora do gatilho da memória e a atenção às orientações para sistematização da proposta. Há a abordagem da tríade fotografia, memória e história com a caracterização dessa mídia como forma possível de diálogo com o passado e como instrumento de pesquisa da vida histórica. É trabalhada também a força da imagem como fonte de informação e cultura, visto que seus dados não se limitam àqueles registrados e, assim, a importância da fotografia para a recuperação e preservação da história. É dado destaque ainda para a aliança entre fotografia e história oral.

No terceiro capítulo é relatada a história de Iepê sob uma nova interpretação de membros da Sociedade Amigos da Cultura de Iepê (SACI). Para o grupo, as atitudes tomadas quando da fundação do município se apresentaram como uma alternativa pacífica encontrada para colocar fim às divergências político-religiosas existentes. O ponto de vista discorda da versão de que a cidade tenha surgido de um rompimento entre famílias católicas e protestantes causado pela intolerância. É apresentado o ideal dos pioneiros, o desbravamento da região, o desenvolvimento dos patrimônios do São Roque e Liberdade, as articulações políticas.

O quarto capítulo é dedicado à construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, os impactos causados pelo represamento das águas no município, que foi o mais atingido na região, as obras para acomodação de trabalhadores e para compensação de impacto do meio ambiente, executadas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). Há a análise de um relatório anual de trabalho desenvolvido pela estatal sobre o andamento da execução do empreendimento, que acabou por fornecer imagens para a composição do portfólio.

A metodologia é exposta no capítulo cinco e está dividida entre o trabalho de campo e a aplicação da história oral. São apresentados os obstáculos enfrentados pela pesquisadora, as soluções tomadas, a escolha das imagens, dos entrevistados e como se deu a marcação das entrevistas. A aplicação da história oral contempla seu embasamento teórico, o tempo de duração das entrevistas, a conversa estabelecida com os ex-trabalhadores, primeiramente, de forma aberta e, depois, direcionada à análise do portfólio.

A apresentação dos ex-trabalhadores selecionados se encontra no capítulo seis e apresenta, um a um, com sua trajetória profissional e lembranças sobre o tempo de serviço antes, durante e depois da barragem, até a aposentadoria. São abrangidas também as condições em que ocorreram as entrevistas.

O capítulo sete traz o resultado da aplicação da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória a partir da análise do portfólio pelos entrevistados. Antes da exposição de cada fotografia há sua descrição contendo como e por quais motivos foi escolhida e, em seguida, relatadas as principais narrativas a respeito. Buscou-se valorizar as reações dos entrevistados provocadas pelas imagens, os silêncios e os momentos em que ocorreram.

As percepções pessoais da pesquisadora compõem o oitavo e último capítulo da presente dissertação. Nele são apresentados os pontos relevantes a respeito da sistematização da metodologia, impressões a respeito de sua aplicação e uma leitura dos entrevistados durante a análise do portfólio, com o objetivo de contar o que a experiência de lembrar pode provocar nas pessoas. A intenção é oferecer o maior número possível de informações que possam contribuir com a pesquisa que tem em sua base um suporte imagético.

2 FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA

Mais que replicar a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, a presente pesquisa tem como objetivo aprimorar um método que tem conseguido, desde 2010, alcançar resultados significativos na recuperação de fatos e dados relativos à história de municípios de trajetória recente. O trabalho consiste em aliar história oral e fotografia, com a seleção de imagens de um período delimitado e de sua apresentação para moradores pré-selecionados, que residiam no município na época da tomada, para levantamento e captura de informações orais, que possam contribuir com o enriquecimento da história local.

Conforme a pesquisadora Maria Luisa Hoffmann (2010, p.56), aliada à história oral, a fotografia enriquece o discurso e suscita a memória do entrevistado, que oferece informações ricas em detalhes. A história oral permite também que experiências vividas adquiram expressão e sentido social, uma vez que as narrativas do cotidiano de pessoas comuns se tornam história e as memórias recriam o sentido das imagens e passam a refazer os sentidos das experiências.

Desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História* da Universidade Estadual de Londrina, e com caráter interdisciplinar, a proposta foi aplicada em cidades dos estados do Paraná e São Paulo, com objetivo de despertar lembranças, levantar histórias e acrescentar informações, além daquelas capturadas e representadas pelas imagens fotográficas do período pesquisado. A intenção é obter dados, inclusive, além daqueles que estão presentes nas imagens para, como afirma Kossoy (1998, p.44), compreender o sentido da face invisível da fotografia.

No entanto, além de sua contribuição direta para as localidades onde foi aplicada, a proposta busca sua consolidação como uma nova metodologia que segue os rigores exigidos pela pesquisa em comunicação, a partir do fazer empírico, sua problematização e fundamentação. De acordo com Juliana de Oliveira Teixeira (2013, p.215):

Com esse esforço feito, conclui-se que o método de utilização da fotografia como disparadora do gatilho da memória passa pelo crivo da ciência e sua sistematização. Se bem aplicada, transforma-se em uma eficiente ferramenta que merece ser incorporada à pesquisa em comunicação.

O primeiro passo foi dado por Hoffmann, em 2010, com a dissertação *Guardião de Imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina*, defendida no Mestrado em Comunicação da UEL. Seu objeto de estudo foi analisar as lembranças do pioneiro londrinense Omeletino Benatto, a quem foram apresentadas 15 fotografias do município e as quais ele descreveu oral e textualmente. O intuito era mostrar a capacidade da imagem como disparadora do gatilho da memória e buscar dados novos além daqueles apresentados espontaneamente.

Olga Rodrigues de Moraes von Simson (1998, p.27) coloca que recorrer à análise de fotografias antigas, conjugando-as a relatos orais, constitui-se uma forma eficiente no estudo dos processos emigratórios. Como tem-se comprovado por diferentes pesquisas do grupo *Comunicação e História*, cadastrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), esse tipo de recurso pode e deve ser estendido a outros processos sociais, de maneira que permita também a “montagem de instrumentos de devolução de resultados de pesquisa às comunidades estudadas”, como prevê Moraes von Simson.

A dissertação de Teixeira, intitulada *A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969)*, marca de forma positiva os avanços e aprimoramento da técnica. A autora explica que “mudanças fundamentais” foram realizadas na proposta metodológica, como ampliação no número de pioneiros entrevistados e estabelecimento de procedimentos básicos para o trabalho em campo.

A partir daí, os pesquisadores passaram a elaborar um portfólio único de imagens históricas para cada município selecionado e a realizar entrevistas com um roteiro pautado pela história oral. As entrevistas também foram divididas em duas etapas: em um primeiro momento, a conversa se dá por meio de perguntas e respostas até que o pioneiro encerre suas colocações. Em um segundo momento, o portfólio é apresentado, deixando o entrevistado livre para contar novas histórias e discorrer sobre as fotografias. (TEIXEIRA, 2013, p.16).

Em busca de uma sistematização que conferisse resultados cada vez mais satisfatórios à metodologia, e a partir das mudanças empregadas pelo grupo, Teixeira realizou a aplicação prática da proposta e sua pesquisa buscou descobrir se era possível sistematizar o uso da nova metodologia segundo os preceitos estabelecidos para a pesquisa em comunicação e apresentou resultados que serão considerados pela presente pesquisa.

Kossoy (1998, p.42) ressalta a importância de uma metodologia para identificação e análise de imagens fotográficas de outras épocas, pois, segundo ele, as fotografias são “fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias de vida (individuais e coletivas), de fatos do passado centenário, assim como dos mais recentes”.

Entre as indicações para o fortalecimento da sistematização da proposta, conforme Teixeira (2013), está a necessidade de se replicar as ações que se mostraram eficientes. Uma delas é reter as fotografias do portfólio em mãos, disponibilizando-as uma a uma, de maneira a prender a atenção dos entrevistados e impedir que esses comentem todas as imagens de uma só vez. Essa sugestão partiu da pesquisadora Juliana Mastelini Moyses, que testou a nova metodologia no município de Ivaiporã, no Paraná.

Outra sugestão que deve ser atendida é a de Hoffmann (2010, p.211), de compor o portfólio com cinco a dez imagens do período a ser pesquisado, visto que Teixeira, ao utilizar 17 fotografias considerou o trabalho extenso e cansativo para os entrevistados. Também sobre as imagens, Teixeira (2013, p.212), orienta sobre a importância de se contar com o auxílio de um ou mais pioneiros para montagem do portfólio, de maneira a evitar possíveis erros de seleção, que podem decorrer, principalmente, da visão atual do pesquisador e sua distância do período a ser estudado.

Ainda sobre as sugestões para o aperfeiçoamento da metodologia, de acordo com Teixeira (2013), a base para escolha das imagens deve ser ampliada e conter, além de edificações e lugares, pessoas e situações, que podem despertar identificações, pois se constatou que fotografias que mostraram personagens da época renderam mais informações que algumas com lugares de pertencimento¹.

Vale ressaltar, como pontua Hoffmann (2010, p.24), que a análise de um conjunto de fotografias de um mesmo período ou tomadas por um mesmo autor, oferece um conjunto de informações mais consistente que uma fotografia analisada individualmente. Dessa forma, a importância da delimitação do período a ser estudado e a elaboração de um portfólio imagético são ressaltadas e podem render novos e significativos dados para a recuperação e enriquecimento da história do município.

¹ Lugar de pertencimento é usado por Hoffmann (2010, p.28) como local em que o sujeito se reconhece, tem enraizamento e vivência.

Em relação às entrevistas, a sugestão de Teixeira (2013) é acrescentar nomes novos, uma vez que as pessoas que configuram no topo da lista de mais conhecidas dos municípios podem recordar de fatos e situações com mais facilidades, pois são ouvidas com mais frequência, mas têm a tendência de contar sempre as mesmas narrativas que, não raramente, já se encontram registradas.

2.1 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Kossoy (2007, p.20-21) define a fotografia como o registro que fixa um fato, “atravessa os tempos, perpetua a lembrança, preserva a memória, transporta ilusoriamente o passado”, sendo o momento da tomada sua gênese, seu tempo de criação ou sua primeira realidade. Já a ideia que a imagem oferece, o testemunho, é considerado seu tempo da representação ou segunda realidade.

A história do tema da fotografia é denominada por Kossoy (1998, p.42) como primeira realidade, ou realidade interior, enquanto a face mais evidente da imagem, aquela que está imóvel no documento, como sua realidade exterior. O autor considera ainda que através da fotografia é possível dialogar com o passado, ser interlocutor de memórias mantidas em suspensão, pois o fato registrado se dilui e deixa apenas recordações.

Assim, Kossoy (1998, p.44) apresenta um elo entre fotografia e memória, objeto de estudo desta pesquisa. Para ele, a fotografia funciona na mente humana como “uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de um certo momento e situação, de uma certa luz, de um determinado tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo”.

Apesar de considerar que a fotografia é uma forma possível de se dialogar com o passado, Kossoy (2007, p.27) pontua que os primeiros ensaios historiográficos internacionais enfatizavam a técnica fotográfica ou, até mesmo, tentavam uma abordagem estética, mas desvinculadas da trama sociocultural, o que resultava em relações de autores e imagens desconectadas do processo histórico. Assim, se faz necessária a compreensão aprofundada do papel da imagem fotográfica tanto em relação ao seu objeto como um meio de conhecimento. Esse último, matéria-prima da fotografia como disparadora do gatilho da memória.

Para tanto, Kossoy (2007, p.28) se propôs avaliar o alcance e potencialidades da fotografia como instrumento de pesquisa, análise e interpretação da vida

histórica, sua importância como documento histórico e social, além de seu caráter como elemento de fixação da memória. Para Bosi (1994, p.68), a memória se refere à narração da própria vida, que é o “testemunho mais eloquente dos modos que as pessoas têm de lembrar”. A autora (Bosi, 1994, p.46-47) pontua que a memória assumiu função decisiva no processo psicológico total e permite a relação do corpo presente com o passado, ao mesmo tempo em que interfere no atual processo das representações. É através da memória que o passado vem à tona, misturando-se com percepções imediatas.

Jacques Le Goff (2003, p.25), afirma que a relação presente e passado é essencial a um fato, ao qual deve ser acrescentado o horizonte do futuro. Essa interação, como explica o autor, é o que se chamou função social do passado ou da história. Já a oposição entre passado/presente é considerada essencial para aquisição da consciência de tempo. “O tempo histórico encontra, num nível mais sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta.” (LE GOFF, 2003, p.13).

Segundo o autor, dessa forma, a historiografia se apresenta como uma sequência de novas leituras do passado, com suas perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Le Goff (2003, p.29) divide a história em duas: a da memória coletiva e a dos historiadores, sendo a primeira deformada, mas que “constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. Para ele (LE GOFF, 2003, p.34), a contradição mais marcante da história está no fato de seu objeto ser singular, um acontecimento, ou uma série deles, com personagens que existiram apenas uma vez, enquanto seu objetivo maior, assim como de todas as ciências, é atingir o universal.

Sobre memória coletiva, Le Goff (2003, p.410) considera que faz parte das “grandes questões” das sociedades desenvolvidas e daquelas em fase de desenvolvimento, das classes dominantes e dominadas, “que lutam pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p.410).

De acordo com o autor (LE GOFF, 2003, p.411), cabe aos “profissionais científicos da memória”, que exemplifica como antropólogos, historiadores, jornalistas e sociólogos, tornar a luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

Debruçado sobre a dialética história e memória, Pierre Nora (1993) oferece significativa contribuição em defesa da memória. Para o autor, cabe à memória ditar e à história escrever, e afirma, de forma mais contundente, que “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. (NORA, 1993, p.7). O fim teria sido marcado por algumas situações em forma de cadeia que, segundo seu ponto de vista, teria sido iniciada pela mundialização que incentiva a aceleração histórica e essa, por sua vez, promove o distanciamento entre história e memória que, ressalta, não são sinônimos e “tudo” as coloca em posições opostas. Nora (1993, p.9) apresenta as principais características de ambas:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.

A partir da perspectiva de Nora, ao buscar a memória dos antigos trabalhadores de Capivara, a presente pesquisa transporta suas vivências para o presente, com caráter universal. O autor considera que, nos dias atuais, a “memória verdadeira” se abriga, entre outros pontos, nos gestos e nos hábitos e nas ações que transmitem os saberes do silêncio, de forma espontânea e, de certa forma, involuntária. “A memória é um absoluto, enquanto a história só conhece o relativo.” (NORA, 1993, p.9). Ao contarem sobre o tempo de trabalho na construção da hidrelétrica, os entrevistados demonstram que, assim como a fundação da obra, suas lembranças estão enraizadas no concreto e os hábitos adquiridos no período ainda lançam reflexos que permeiam suas vidas, pois as lembranças passam por um constante processo de revitalização.

2.1.1 Imagem como fonte de informação e cultura

Peter Burke (2004, p.25) ressalta que, desde o início da história da fotografia, o novo meio de comunicação tem sido discutido como uma forma de auxílio à história e vai além, ao afirmar que é possível que o senso de conhecimento histórico contemporâneo tenha sido transformado pela fotografia. Para o autor (BURKE, 2004, p.17), o uso de imagens, em diferentes períodos, seja como objetos de devoção ou de transmissão de informação, por exemplo, permitem-lhes testemunhar antigas formas de religião e de conhecimento.

Hoffmann (2010) traça uma relação entre imagens do passado e sua importância para a memória e, conseqüentemente, para o sentimento de enraizamento, visto que são produtos de sensações imediatas e de experiências passadas, geralmente, ligadas à história e à identidade do homem. A pesquisadora pontua que a imagem fotográfica pode ser utilizada para a obtenção de informações inéditas ou para confrontar informações obtidas por documentos de diferentes naturezas, uma vez que permite desvendar aspectos que podem não estar claros em outras formas de registros, além de ajudar na recuperação da história daqueles que não deixaram escritos ou depoimentos.

Sylvia Caiuby Novaes (1998) classifica as imagens como artefatos culturais, assim como os textos e que, nesse sentido, a produção e análise de registros fotográficos podem permitir que a história de grupos sociais seja reconstituída. Para ela, o uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural. “Não é mais aceitável a idéia de se relegar a imagem a segundo plano nas análises dos fenômenos sociais e culturais.” (NOVAES, 1998, p.116).

Ainda em comparação com os textos, Novaes (1998) considera a imagem mais flexível, por acomodar, em sua estrutura narrativa, significados múltiplos, que permitem a análise de como são construídos, instalados e veiculados no meio social:

Agimos e interagimos com as imagens sem percebermos o quanto elas impregnam o mundo contemporâneo, transmitindo e moldando valores fundamentais da nossa cultura. Estas imagens não falam por si sós, mas expressam e dialogam constantemente com modos de vida típicos da sociedade que as produz. (NOVAES, 1998, p.117).

Dessa forma, fica claro que as imagens não falam apenas sobre o objeto fotografado, mas sobre a cultura de quem opera a câmera, que é, de certa forma, reflexo do

local onde vive. Assim, o esperado é que o ex-trabalhador, agora no papel de entrevistado, possa transmitir, ao ver as imagens, novas informações, não apenas de caráter cultural, mas social, econômico, trabalhista, religioso, ou de qualquer outro aspecto, do momento perpetuado pela fotografia.

2.1.2 A fotografia e a preservação da história

Kossoy (2007) ressalta que a documentação iconográfica é uma das fontes mais preciosas para levantamento do passado, porém trata-se de um conhecimento de aparência, uma vez que as imagens guardam indícios, sendo preciso, a partir deles, desvendar a face externa das histórias que não se mostram. “É necessário que se compreenda o papel cultural da fotografia: o seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular.” (KOSSOY, 2007, p.31).

Nesse ponto, cabe ressaltar que a metodologia proposta busca enfatizar o poder de informação da fotografia e as lembranças que ela consegue evocar e reavivar sentimentos.

A imagem fotográfica é, portanto, indiciária, na medida em que propicia a descoberta de ‘pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador’. Trata-se dos indícios existentes na imagem [iconográficos], e que, acrescidos de informações de natureza histórica, geográfica, geológica, antropológica, técnica, a carregam de sentido. (KOSSOY, 2007, p.41).

Segundo o autor (KOSSOY, 2007, p.34-35), a iconografia fotográfica diz respeito a partes ou ao conjunto de uma documentação que abrange amplo espectro temático, produzida em lugares e períodos determinados. As partes que a constituem são meios de conhecimento, pois são o registro visual de microaspectos dos cenários, personagens e fatos. É aí que se encontra sua força documental e expressiva, elementos de fixação da memória histórica individual e coletiva, ou seja, documentos decisivos para a reconstituição histórica.

Sobre memória individual e coletiva, Simson (1998, p.33) pontua que o registro imagético tem permeado, cada vez mais, a cultura ocidental e se transformado no principal “texto” orientador para construção dessas memórias. “As imagens fotográficas têm exercido papel significativo nesse processo de seleção e registro do que deve ser armazenado e se constituem num útil sistema de transmissão da memória para alguns grupos sociais”. Porém, um fato a ser considerado, apontado por Hoffmann (2010, p.23), é que nem tudo é fotografado, sendo assim, reconstituições e reconstruções mentais são necessárias, tendo em

vista que a imagem fotográfica é o resultado de uma escolha de seu autor e representa apenas uma parte do todo.

Por apresentar ao leitor a visão do fotógrafo sobre determinado assunto ou situação, Kossoy (2007) afirma que detalhes aparentemente insignificantes da imagem não podem ser desconsiderados e essa é uma das preocupações ao se buscar informações, com os entrevistados, sobre as lembranças evocadas pelas fotografias selecionadas para a elaboração da presente dissertação.

É a capacidade da fotografia de trazer à tona lembranças quase apagadas pelo tempo que a caracteriza como disparadora do gatilho da memória. Graças a essa característica, os entrevistados desta pesquisa poderão reorganizar suas memórias e terão a oportunidade de narrar suas experiências relativas às imagens selecionadas. Dessa forma, segundo Hoffmann (2010), a fotografia auxilia na recuperação de parte da história da cidade pesquisada e, como disparadora do gatilho da memória, pode trazer lembranças e vivências além do que foi fotografado. “As relações de associação se desenvolvem na mente e na memória do entrevistado, fazendo com que ele, ao mesmo tempo, revise e reflita sobre suas recordações, fazendo delas experiências.” (HOFFMANN, 2010, p.20).

Ainda de acordo com a pesquisadora (Hoffmann, 2010, p.22), a coleta e a sistematização dos registros fotográficos, assim como a tomada e análise dos depoimentos, intermediados pela fotografia, permitem a compreensão de características do período estudado e a obtenção de novas informações que, de outra forma, não seriam lembradas. Isso quer dizer que a imagem fotográfica pode trazer à tona, na memória, experiências, vivências e situações que não se encontram registradas em documentos oficiais.

2.1.3 Fotografia e História Oral

Le Goff (2003, p.9) lembra que a história começou como um relato, uma narração daquele que viveu e sentiu determinado acontecimento. “Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica.” Para o autor (LE GOFF, 2003, p.10), atualmente, os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto, que constituem os “arquivos orais”.

A intenção com a aplicação da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória é chegar além do que as imagens da década de 1970 mostram. É sair

do lugar comum da “época da barragem” para se tornar um caminho para novas pesquisas que queiram chegar à herança deixada por uma obra desse porte em um município pequeno como Iepê. Além disso, contribuir para trazer à luz um período, provavelmente muito rico, da história da cidade.

Até então, a metodologia foi aplicada em municípios de trajetórias mais recentes, cujos pioneiros ou moradores mais antigos ainda vivem para revirar seus baús da memória. No caso, em Iepê, a história remonta os primeiros moradores em 1917, ou seja, há quase 100 anos, por isso a opção em testar a nova metodologia em um período próspero da história local e o recorte aplicado à década de 1970, especificamente durante a construção da usina de Capivara.

Para José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2010, p.27), o que pode ser chamado de grupal, cultural, social ou coletivo em história oral é o resultado de “experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários”. Os antigos trabalhadores da barragem, provavelmente, têm suas histórias profissionais vinculadas umas às outras, mesmo que isso não ocorra de forma consciente. O fato é que experiências em comum levam a uma memória grupal que, por sua vez, é construída por memórias individuais.

Atualmente, os ex-barrageiros representam um grupo social deslocado, ou uma parcela minoritária dentro da comunidade e, nesse sentido, conforme Meihy e Holanda (2010, p.52), a história oral os privilegia, no sentido de que as narrativas propõem uma “outra história”, ou história “vista de baixo”, de um ângulo pouco comum sobre a realidade que os cercou em oposição ao silenciamento ou a uma “visão majoritária” e institucionalizada, revestida de valor com o objetivo de ser reconhecida como “versão oficial”.

Bosi (1994, p.407) trata sobre a influência do outro na memória de muitos, ao afirmar que “é preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros”. A autora explica que, com o passar do tempo, as lembranças passam a contar com uma história dentro de cada um, e passam a acompanhar o indivíduo, que as enriquece segundo suas experiências e batalhas. “Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares,

escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo.” (BOSI, 1994, p.410-411).

Pode ser essa “inspiração na história dos outros” que levou vários dos entrevistados a falarem em acidentes que pareciam comuns a todos, com apenas algumas variações nas narrativas. Talvez isso ocorra, ainda de acordo com Bosi (1994, p.414), porque “o grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”. A testemunha ocular pode se lembrar melhor dos pormenores de um fato que aquele que apenas ouviu falar, mas, para Bosi (1994, p.463), nem isso escapa à versão corrente que seu grupo produziu a respeito do mesmo fato.

Dentro da história oral, Bosi (1994, p.91) enfatiza o poder do narrador, o qual considera como um mestre do ofício que tem como particularidade o dom do conselho. “Seu poder de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador.” Na velhice, segundo a autora (1994, p.480), quando não há mais lugar para o “fazer”, o lembrar passa a substituí-lo e assimilá-lo. “Lembrar agora é fazer”, considera.

A importância da pesquisa, que alia fotografias à história oral, a partir de entrevistas com moradores que vivenciaram os acontecimentos no período pesquisado, é reforçada por Hoffmann (2010, p.76):

O homem expõe, por meio de suas memórias individuais, fatos e acontecimentos vividos em sua trajetória pessoal-social, e, a partir da leitura de suas experiências, ele recria sua história. A memória é uma representação seletiva do passado inserido no contexto familiar, social. E embora sejam indivíduos que lembram, são os grupos sociais que determinam o que é ‘memorável’ e as formas pelas quais os fatos serão lembrados. O homem se identifica com acontecimentos relevantes para o seu grupo, e dessa maneira, pode-se considerar que toda memória é, de certo modo, coletiva e seletiva.

Enfim, a proposta é utilizar as imagens fotográficas produzidas em um passado recente para levantar o maior número possível de informações, de maneira a contribuir para o enriquecimento da história de Iepê, não permitindo que informações se percam com o passar dos anos.

3 IEPÊ: UMA HISTÓRIA REESCRITA

Membros da Sociedade Amigos da Cultura da Iepê (SACI) realizam pesquisas constantes sobre o município, sendo a história reconstruída a cada nova informação comprovada ou documento encontrado. Nos últimos tempos, os esforços do grupo têm como objetivo provar que o município nasceu como uma alternativa pacífica encontrada pelos colonizadores para colocar um fim a divergências políticas e religiosas e não resultou, como até então se pensava, de um rompimento entre famílias católicas e protestantes causado pela intolerância.

No entanto, o aprofundamento das pesquisas pela SACI ocorre em um período anterior ao do foco desta pesquisa, que tem como delimitação a década de 1970, quando da construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, no Rio Paranapanema. De acordo com as informações contidas no site da *Duke Energy International Geração Paranapanema*, atual grupo gerador da hidrelétrica, as obras tiveram início em 1971 e foram concluídas em 1978.

Apesar de sua proximidade com os municípios de Taciba (SP) e Porecatu (PR), a construção de Capivara representou um período próspero para Iepê. Além de impacto na infraestrutura, com a construção de duas vilas (Paraná e Rio de Janeiro) e asfaltamento de vias, entre outras melhorias, acomodou trabalhadores de diferentes lugares do país, que alavancaram as vendas no comércio local, movimentaram a área social e, de certa forma, contribuíram com a miscigenação da cultura dos iepeenses.

Entretanto, o real impacto da construção da hidrelétrica e sua influência no desenvolvimento do município não é conhecido de forma oficial. Não há obra bibliográfica ou documental que trate especificamente sobre o assunto. O que se tem, até o momento, são informações gerais e conversas informais que dão conta sobre o período da construção, o número de trabalhadores, de acidentes, o aumento no número de pessoas no município, a desapropriação de terras impactadas e a cobertura pela água da ponte que ligava Iepê a Alvorada do Sul, no Paraná.

Pelas vozes daqueles que viveram na época, Capivara representou um marco para cidade. Porém, talvez por se tratar de evento recente, ainda não se conta com a compilação histórica do período ou, pelo menos, uma obra que trate sobre os fatos reais ou,

até mesmo, que reúna “causos” referentes à grande obra que possivelmente impactou mais que uma porção de terras do município.

Localizado ao sudoeste do Estado de São Paulo, Iepê encontra-se na zona fisiográfica de Assis e faz parte da 10ª. Região Administrativa do Estado, representada por Presidente Prudente. Faz divisas com Rancharia, Nantes, Maracá e o Estado do Paraná. Sua história é marcada por particularidades, que culmina com a escolha do nome que, em Tupi-Guarani, significa, a rigor, “um” ou “lugar único”, sendo que em uma tradução poética assume o sentido de “Liberdade”.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, Iepê conta com 7.628 habitantes, com o predomínio da raça branca, representada em sua maioria por paulistas e nordestinos. É composta também por imigrantes italianos, árabes, portugueses, japoneses e espanhóis, que chegaram na região em busca de trabalho nas áreas de agricultura, pecuária e comércio. Além destas, sua atividade econômica gira em torno das confecções, reciclagem, artesanato e laticínios.

3.1 ANTIGOS MANUSCRITOS E UMA NOVA INTERPRETAÇÃO

A partir de manuscritos de um dos principais fundadores do município – Antônio de Almeida Prado – membros da SACI buscaram esclarecer alguns pontos que permaneciam obscuros, como as divergências político-religiosas que concorreram para o surgimento da cidade. Para o grupo, muito do que se sabia e se ensinava sobre a história de Iepê deve ser revisto.

Uma das constatações é que Iepê, na época ainda Liberdade, foi fundada como forma de se colocar um fim às divergências políticas e de credo que teriam arruinado o Patrimônio de São Roque. A história reescrita sobre a fundação do município está reunida no livro de Paulo Fernando Zaganin Rosa et al. *De Liberdade à Iepê: uma terra para todos*, publicado em 2013.

A obra registra que algumas famílias povoavam, desde 1917, o Sertão dos Patos, onde se localiza Iepê atualmente. A cidade nasceu em 1923, mas com o nome de Liberdade, que foi mantido até 1927. Conforme Rosa et al. (2013), sua criação surgiu do intuito de ser um local onde houvesse liberdade e igualdade. Anseios esses que podiam ser considerados pretensiosos para um país onde a República havia sido implantada há poucas

décadas “e que trazia ranços e preconceitos históricos de um Brasil escravocata, patriarcal, analfabeto e não laico”. (ROSA et al., 2013, p.14).

Dentro desse contexto, o Patrimônio de Liberdade teria nascido subvertendo a ordem natural do período. Além de ser um local onde não poderia haver perseguição religiosa, política ou racial e apresentar preocupação com a educação, no centro do povoado havia um templo protestante e não católico, como é comum nos municípios brasileiros. Rosa et al. (2013) explica que as cidades nascidas nos sertões sempre eram precedidas pela elevação de uma capela católica, em torno da qual se desenvolvia o núcleo urbano, basicamente formado por casas e pequenos comércios.

A obra situa também a data da emancipação política do município, 1944, no cenário brasileiro, em pleno Estado Novo, e mundial, com a Segunda Grande Guerra (1939-1945), marcada pela intolerância e o preconceito promovidos pelo nazismo e pelo fascismo. Segundo o livro, percebia-se no momento histórico um clamor pelos direitos humanos, que movia exércitos a lutar.

A ocupação da região onde Iepê se localiza atualmente teve início com um loteamento promovido pela Companhia Brasileira de Colonização. Aos compradores eram entregues escrituras de compromisso e, quando da quitação do imóvel, as escrituras definitivas. A venda de lotes nas fazendas da Figueira e dos Patos teve início no ano de 1917, quando começaram a chegar os primeiros habitantes com intenções de se instalar definitivamente. Informações sobre a fertilidade da terra vermelha teriam atraído o interesse de compradores, assim como o preço e as facilidades oferecidos pela Companhia. O alqueire custava 50 mil réis, dividido em cinco prestações de 10 mil réis anuais, sendo que a primeira parcela devia ser paga de um a dois anos após a posse das terras.

De acordo com Rosa et al. (2013), o histórico da Igreja Presbiteriana Independente de Iepê, redigido pelo pastor organizador Elias José Tavares, é uma das únicas fontes documentais que relata a chegada dos primeiros habitantes que se instalaram na região, conhecido na época como Sertão dos Três Coqueiros. Em 1918, após adquirir lotes da Companhia, chegou à região a família Almeida, oriunda de Palmital. Três anos depois, dois de seus membros, Francisco Severiano de Almeida, conhecido como Chico Maria, e seu sobrinho Antônio de Almeida Prado, foram fundamentais para a criação do Patrimônio da Liberdade, “o primeiro pelo relevante papel de articulador político e o segundo por doar as

terras para a fundação da cidade”. (ROSA et al., 2013, p.91). Ambos eram presbiterianos independentes.

Manuscritos de Almeida Prado, pesquisados por Rosa et al. (2013), dão conta que, após a compra das terras, os católicos quiseram edificar ali uma capela, que foi dedicada, assim como o patrimônio, a São Roque, santo da Igreja Católica, tido como protetor contra a peste. A este fato não teria havido, conforme as anotações do pioneiro, oposição ou resistência por parte dos protestantes. Segundo os autores, outro indício dessa constatação teria sido a escolha de Chico Maria, por todos os moradores, como primeiro dirigente de São Roque.

Nos meses finais de 1922, porém, moradores locais, que se diziam representantes da Igreja Católica, teriam informado que os protestantes não poderiam mais edificar casas ou residir dentro do Patrimônio de São Roque. Foi nesse período também que Chico Maria não teria tido permissão para construir uma escola que oferecesse ensino formal às crianças do vilarejo.

Em janeiro de 1923, a Cúria Diocesana de Botucatu, à qual pertencia a Paróquia de Conceição do Monte Alegre, decidiu oficializar a compra das terras para a elevação do Patrimônio de São Roque. Conforme Rosa et al. (2013), a aquisição havia sido realizada em novembro de 1921 e o registro pela Cúria ocorreu no Cartório de Conceição do Monte Alegre e a Escritura de Compra e Venda teria deixado claro a intenção de exclusão de não-católicos.

Entretanto, após a oficialização da compra, o ato do então vigário, Joaquim Nunes de Faria, conhecido como Padre Faria, que teria mandado cercar o cemitério local, deixando de fora a sepultura de Maxímilia Gonçalves – morta no final de 1920 –, filha adotiva da protestante Júlia de Almeida Ramos, teria causado grande mal-estar. Pouco tempo depois, a mesma mãe perdeu outro filho, José Prudenciano do Prado, conhecido como Quita, então com 17 anos. Depois de muita conversa, a família teria conseguido sepultar o corpo do jovem na beira da cerca, mas do lado de fora do cemitério.

Teriam sido esses últimos episódios, para Rosa et al. (2013), que acelerariam a efetivação do ideal de um novo patrimônio. A primeira etapa, de concepção de Iepê, ocorreu em 23 de abril de 1923, a partir da doação de 10 alqueires de terras, por parte de

Almeida Prado, com a sugestão de batizar o local de Liberdade e, a segunda etapa, de demarcação, em 14 de abril de 1924, com a medição das primeiras ruas do novo patrimônio:

Liberdade, que mesmo antes de ter seu nome alterado para Iepê – palavra tupi-guarani que significa “lugar único” – já trazia características únicas desde sua concepção: nasceu por um projeto coletivo, tendo como meta o ideal da cultura de paz, embora aqueles sertanejos nunca almejassem construir uma cidade, quando para cá vieram em busca de terras férteis. [...] As palavras textuais de Antonio de Almeida Prado, em um histórico datado de 15/11/1925: ‘Na área urbana serão vendidos lotes, sem se cogitar das opiniões religiosas ou políticas de quem os pretender’, demonstram também o caráter acolhedor daquele patrimônio. (ROSA et al., 2013, p.107).

De acordo com Rosa et al. (2013, p.125), a cerca que marcou o preconceito religioso adquiriu caráter simbólico, “pois ao ‘transpor’ aquela cerca e fundar Liberdade, o que se transpunha era um modelo de organização social e política que a República Velha não tinha conseguido, de fato, transpor”. A população católica aumentava e se sentia à vontade e teria conseguido, em 1926, a instalação de um cruzeiro no cemitério de Liberdade. Rosa et al. (2013, p.109) ressalta porém, que em 1960, o local teve seu nome mudado de Liberdade para Cemitério Municipal São João Batista, pelo então prefeito Álvaro Coelho. Fato que seguiu na “contramão da valorização e da preservação das raízes histórico-culturais da cidade”.

Em 1927, por força da Lei Estadual 2.254, de 29 de dezembro, foi criado o Distrito de Paz de Liberdade que, por já existir um distrito de mesmo nome no Estado, foi chamado de Distrito de Paz de Yepê, inicialmente grafado com “Y”. O nome Iepê foi proposto por Caio Simões, médico por formação e estudioso da linguagem indígena, primo do antigo morador Amando Simões de Castro.

De origem Tupi-Guarani, Iepê significa “uno” ou “lugar único”, mas os pioneiros achavam que significava “liberdade” e, por isso, durante muitos anos foi estabelecida essa correspondência. Porém, Rosa et al. (2013, p.122) explica que, ao atribuir também o significado de Liberdade para Iepê, se faz uma “alusão ao aspecto histórico, cultural e até poético que a palavra adquiriu para expressar os motivos, ideias e ideais que levaram à sua fundação e à construção de sua identidade”.

Em cinco anos, Iepê passou a contar com delegacia de polícia, cartório, agência de correios, igrejas, escola, farmácia, residências e casas de comércio. Mas ainda permanecia como distrito de Conceição de Monte Alegre, depois de Sapezal e, em seguida, de Rancharia. O Decreto Estadual 11.284, de 5 de agosto de 1940, determinou que o distrito

fosse constituído de duas zonas: Iepê e Alegria (atual Agicê, distrito de Rancharia). Em 24 de dezembro de 1948, por força da Lei 233, o distrito de Agicê foi desmembrado de Iepê.

O Decreto de Lei 14.334, de 30 de novembro de 1944, criou o município de Iepê, que foi instalado em 1º. de janeiro de 1945, com a nomeação do primeiro prefeito, Agenor Roberto Barbosa. A data de novembro passou a ser comemorada, porém, apenas a partir de 1990, pois até então a celebração ocorria em 24 de junho, dia de São João Batista, o padroeiro da cidade.

A comemoração do padroeiro foi instituída em 1952, pelo prefeito Álvaro Coelho, pela Lei Municipal 3, de 23 de junho, que foi ratificada pela Lei 77, de 13 de julho de 1960, que fixou, em definitivo, 24 de junho como feriado municipal. A década de 1960 foi decisiva também para o distrito de São Roque que, com a transferência da serraria da família Cambraia para a cidade de Mariluz, no Estado do Paraná, o antigo patrimônio entrou em fase de decadência. Atualmente, é um bairro rural de Iepê.

Em 2 de janeiro de 1948 tomou posse o primeiro prefeito eleito de Iepê, João Antônio Rodrigues. Em 30 de novembro do mesmo ano, foi instalada a Câmara de Vereadores da cidade, que teve como presidente Odilon Amâncio Taveira. Esses anos caracterizavam um período democrático da República brasileira, que seguiu até o golpe militar de 31 de março de 1964 e a instalação da Ditadura Militar.

Sobre esse período, Rosa et al. (2013) trata sobre uma Carta Sanitária, datada de 1965, em que o governo militar solicitava informações sobre o município. Nela seria possível constatar a dificuldade do redator do documento em narrar a história de Iepê, sobre seu ideal de liberdade, em um tempo obscuro. A alternativa foi amenizar as informações, de forma a não demonstrar um possível caráter subversivo de seu povo para o “delicado” momento que o país vivia à época. Em 30 de dezembro de 1953, o Distrito de Nantes foi incorporado a Iepê. Em 1963, foi criada a Comarca de Iepê, mas como não ocorreu sua instalação, a lei foi revogada em 1969. No dia 7 de junho de 1988 foi aprovada, pela segunda vez, a criação da Comarca de Iepê, cuja instalação ocorreu em 1992.

Assim como a fundação do município apresenta suas particularidades e contradições, com a construção da barragem de Capivara não foi diferente. Apesar do empreendimento estar localizado em Taciba (SP), seu impacto provavelmente foi mais sentido em Iepê, que recebeu o maior contingente de trabalhadores, obras de infraestrutura e,

consequentemente, seus moradores estiveram submetidos a um maior contato com os hábitos, costumes, tradições, culinária e comemorações dos novos habitantes, que passaram a interferir de forma direta nas relações sociais do pequeno município.

Além disso, alguns pontos apresentados pelos entrevistados ouvidos para realização da presente pesquisa lançam novos questionamentos, principalmente no tocante a decisões políticas que teriam interferido sobremaneira o futuro da cidade. Abrem-se, assim, possibilidades para pesquisas que busquem novas respostas a inquietações que, há décadas, parecem afligir cidadãos.

4 A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE CAPIVARA

Após o desmembramento de Nantes, que de distrito se transformou em município, em 1995, Iepê passou a contar com área total de 720,88 quilômetros quadrados, dos quais 82,32 quilômetros quadrados foram impactados pela barragem das águas do Rio Paranapanema com a construção da usina de Capivara.

Construída pela CESP, a unidade geradora de energia elétrica é a maior instalada no Rio Paranapanema e, de acordo com informações contidas na página eletrônica da *Duke Energy International*, atual concessionária da usina, Capivara é uma das maiores do Brasil, com 640 Megawatts (MW) de potência (sendo 160 MW a potência de cada uma das quatro turbinas), com o maior reservatório ao longo do rio, com 576 quilômetros quadrados de área e 10,5 bilhões de metros cúbicos de água represados.

Capivara tem à margem esquerda o município de Porecatu (PR) e, à direita, Taciba (SP). A usina dispõe de um reservatório de acumulação, uma grande caixa d'água que recebe e armazena, no período chuvoso, as águas que, no período seco, garantem a continuidade da geração de energia. Dessa forma, ela cumpre papel significativo na prevenção de cheias. Seu vertedouro é de superfície e controlado por oito comportas.

Construída sobre uma fundação rochosa, com comprimento total da barragem de terra de 1.500 metros, a edificação da usina tem 59 metros de altura. São quatro turbinas tipo Francis, cujo diâmetro da roda de cada uma delas mede sete metros, sendo que, para cada turbina existe, no leito do rio, uma tomada d'água em forma de torre.

Para fazer a interligação das tomadas d'água com a usina, foram montadas quatro tubulações, com 11 metros de diâmetro cada uma e 147 metros de comprimento médio, conforme informações da *Duke Energy*, “constituindo-se numa das maiores tubulações em diâmetro já utilizadas em usinas hidrelétricas”.

As obras de Capivara foram iniciadas em 1971 e seu primeiro grupo gerador funcionou em 10 de março de 1977, um ano antes da conclusão do empreendimento. Em 11 de maio de 1978, a entrada em operação do quarto e último grupo gerador marcou um novo momento para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paranapanema, com a ampliação da interligação dos sistemas elétricos regionais.

Em 10 de março de 2014, a barragem de Capivara completou 37 anos de operação e a data foi marcada por um material produzido pela Assessoria de Imprensa da *Duke Energy*, que enfatizou os números da usina, como sua capacidade de produção de energia suficiente para sustentar uma cidade com cerca de 8 milhões de habitantes durante um ano.

A construção da usina foi um marco da engenharia civil devido ao método de resfriamento de concreto da barragem, bem como ao desenho de seu vertedouro. Por conta disso, Capivara foi referência para outros projetos hidrelétricos no Brasil, incluindo o da usina de Itaipu.

Desde o início da operação, a Subestação de Capivara interligava-se à Subestação de Bauru, que recebia também as linhas das usinas Jupia e Ilha Solteira, no Rio Paraná. Além de participar desse sistema interligado de Alta Tensão, que transmitia a energia produzida pelas três unidades para a Grande São Paulo, a energia gerada em Capivara participava das interligações Capivara-Bauru, em Assis, com os sistemas das usinas do Rio Paranapanema – Chavantes, Salto Grande e Jurumirim. Daí a energia seguia para o Paraná, através da linha Assis-Apucarana. Havia ainda uma linha de transmissão até Presidente Prudente.

Durante a construção da usina hidrelétrica, que foi dividida em três etapas, chegaram a ser contabilizados 7.800 trabalhadores em revezamento para a manutenção dos trabalhos sem interrupção, por 24 horas diárias. Os custos iniciais da obra foram orçados em 2 bilhões de cruzeiros, a moeda da época, mas o investimento final chegou em 7,6 bilhões de cruzeiros.

Apesar de as obras civis terem tido início em 15 de março de 1971, Silva Filho e Silva Neto (2006, p.325) afirmam que os trabalhos começaram antes, em 1964, com sondagem do local desenvolvida pela Uselpa (Usinas Elétricas do Paranapanema S.A.).

Os estudos duraram um ano e demonstraram, de acordo com informações no site da *Duke Energy*, “enorme potencial hidrelétrico na corredeira de Capivara”. O local escolhido para a usina fica antes da cachoeira de Capivara, a 208 quilômetros da foz do Paranapanema no Rio Paraná, cerca de 190 quilômetros após Salto Grande.

O empreendimento e seu vasto canteiro de obras, segundo Silva Filho e Silva Neto (2006, p.326), atraiu “barrageiros” provenientes de diferentes cidades e regiões do

Brasil e que se fixaram temporariamente em Iepê que, no auge da construção, chegou a contar com 15 mil habitantes, ou seja, praticamente o dobro de moradores contabilizados atualmente:

Muitas pessoas que habitavam na zona rural do município de Iepê, venderam suas propriedades e atraídos pelos polpidos salários que eram pagos na barragem, mesmo para mão de obra desqualificada, foram trabalhar na Usina de Capivara, e aos poucos se especializando e daí por diante acompanharam as obras de barragens em qualquer lugar que isso acontecesse, inclusive fora do país.

O aumento significativo no número de moradores pode ser explicado pelo fato de que, na época, diferentemente do que ocorria em outras regiões, em Capivara optou-se pelo aproveitamento das cidades próximas, ou seja, da rede urbana já existente, ao invés da criação de uma nova cidade. De acordo com a *Duke Energy*, o programa de necessidades de acomodação dos trabalhadores foi distribuído pelas cidades de Iepê (SP), Nantes (ainda distrito de Iepê) e Porecatu (PR), que receberam benfeitorias e contaram também com a melhoria nos serviços oferecidos.

4.1 OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS ÁGUAS

Conforme Silva Filho e Silva Neto (2006, p.324), 18 municípios foram afetados pela instalação de Capivara, sendo sete no Estado de São Paulo e 11 no Estado do Paraná, e, embora esteja construída em área pertencente a Taciba, a maior área impactada, ou seja, coberta pelas águas, pertence a Iepê. Após a formação do lago, não apenas terras férteis foram impactadas, mas também benfeitorias construídas em função do rio, como a ponte que ligava Iepê a Porto Alvorada, que fazia a ligação entre os estados de São Paulo e Paraná.

A ponte, que havia sido construída na década de 1950 e contava com 600 metros de extensão, ficou mais de 30 metros abaixo do nível da represa e aumentou o percurso entre os municípios de 23 quilômetros para 90 quilômetros. Com o represamento, a estrada que dava acesso à ponte terminava dentro d'água, o que teria ocasionado, em mais de 30 anos, segundo Silva Filho e Silva Neto (2006, p.334), oito acidentes fatais.

Com o objetivo de atenuar o impacto causado pela inutilização da ponte, cujos reflexos foram mais sentidos na área econômica, especialmente pelas empresas com sedes em Iepê e Alvorada do Sul, foi implantado, no ano de 1983, um sistema de travessia de *ferry-boat*, com redução do trajeto em mais de 60 quilômetros. Após o empenho das administrações municipais das duas cidades, o serviço passou a ser oferecido pela empresa F.

Andrews Ltda., que o desativou poucos meses depois, sob alegação do transporte ser financeiramente inviável.

Também foram cobertos pelas águas os postos policiais de ambos os estados, portos de areia, depósito da Estrada de Ferro Sorocabana, além do povoado de Vila Nova, no município de Primeiro de Maio e 19 quadras de perímetro urbano de Alvorada do Sul, ambas cidades paranaenses.

4.1.2 Obras de compensação e desenvolvimento regional

Silva Filho e Silva Neto (2006) pontuam que, em contrapartida pela construção da usina, que inundou área significativa na região, foram construídas 1.050 casas, sendo 700 em Porecatu (PR); 250 em Iepê e 100 em Nantes. Equipamentos comunitários considerados indispensáveis, como escolas, postos de saúde, praças e quadras de esporte, segundo a *Duke Energy*, também permaneceram e foram aproveitados, reformados e ampliados quando necessário. “Com o fim das obras, após 1980, essas edificações foram absorvidas pelas cidades, passando a incorporar o patrimônio municipal ou estadual.”

A fim de não prejudicar as vias de interligação inundadas e concorrer para a continuidade do desenvolvimento da região, especialmente levando-se em consideração a passagem entre dois estados e a ligação de dois importantes polos econômicos regionais – Londrina e Presidente Prudente –, a CESP construiu pontes e pavimentou estradas.

Uma das mais importantes pontes tem 644 metros e foi edificada sobre o Salto Capivara, interligando redes pavimentadas de São Paulo e do Paraná. Foram construídas ainda outras 25 pontes, sendo três com 600 metros de extensão e altura entre 30 metros e 50 metros; duas com 180 metros de extensão e altura entre 30 metros e 40 metros; e 20 pontes com vãos entre 10 metros e 70 metros e altura entre 10 metros e 20 metros. No total, as pontes somam mais de 4,3 quilômetros de extensão.

Os municípios impactados contaram ainda com cerca de 280 quilômetros de estradas pavimentadas, sendo 123 quilômetros de estradas estaduais e mais de 160 quilômetros de estradas vicinais.

4.2 USO DA FOTOGRAFIA COMO COMPROVAÇÃO DA REALIDADE

Com o objetivo de reunir, guardar, preservar, pesquisar e divulgar a “memória do povo iepeense”, a SACI mantém o Ponto de Cultura, o Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) e o Museu Histórico da IPI (Igreja Presbiteriana Independente de Iepê).

Foi em sua busca constante por materiais e abertura para aceitação de todo tipo de informações referentes à história do município, que o grupo recebeu, de um doador, dois relatórios elaborados pela CESP, referentes ao andamento das obras na Usina Hidrelétrica de Capivara (UHE) nos anos de 1974 e 1975.

Apesar de contemplar informações técnicas, os relatórios, digitalizados e disponibilizados pela SACI para esta pesquisa, contempla dados relevantes sobre o empreendimento, etapas anuais setorizadas de conclusão das benfeitorias, assim como um rico acervo fotográfico.

Como fonte de informações, tanto textuais quanto imagéticas, o relatório de trabalho pode enriquecer, esclarecer dúvidas e contribuiu com fotografias para aplicação da metodologia que visa disparar o gatilho da memória dos entrevistados que, caso não tenham vivenciado todo o processo de construção de Capivara, estiveram presentes em algumas das etapas apresentadas.

Vale ressaltar que as pesquisas desenvolvidas pela SACI se encontram em um período anterior à construção da hidrelétrica, por isso, até hoje, esses documentos não foram trabalhados, ou seja, não tiveram dados extraídos para qualquer tipo de ação, como exposição ou divulgação ao público. É possível constatar também que o Projeto Memória Duke, disponível *online*, não oferece esses ou outros relatórios efetuados no período da construção da usina para consulta.

O relatório referente ao ano de 1974 está encadernado, conta com 32 páginas datilografadas e apresenta, na capa, uma montagem com quatro fotografias das obras em preto e branco. Talvez pela ação do tempo nesses 40 anos, a coloração se apresenta em um tom sépia. De qualquer maneira, é possível perceber que, para a época, o trabalho tinha como objetivo oferecer, com qualidade, um bom detalhamento dos serviços e pode ser que buscava sua comprovação na apresentação das imagens. Essas, por sua vez, tiveram, em sua maioria,

tomadas aéreas, que demonstram a grandeza da obra e a preocupação com a documentação imagética por parte da CESP.

Já na primeira página é apresentada uma fotografia de um prédio, cujo material utilizado para a construção é semelhante às edificações feitas pela companhia energética em Iepê para acomodação de trabalhadores da barragem e suas famílias. Na imagem se vê a base de alvenaria, amplas portas e muitas janelas. É possível que lá funcionasse o escritório, ou setor administrativo da obra, responsável pelo empreendimento e, conseqüentemente, pela elaboração do relatório.

Em seguida está o *Índice* do material, que se encontra dividido em tópicos que vão do ‘A’ ao ‘I’. De forma cuidadosa, na abertura de cada tópico é exibida uma fotografia que, percebe-se, busca uma correspondência ao tema que trata. O primeiro assunto diz respeito aos *Fatos Marcantes*, depois *Desvio de Segunda Fase*, *Obras de Terra e Rocha*, *Obras de Concreto*, *Montagem Eletro-mecânica*, *Obras de Apoio*, *Bacia de Inundação*, *Acompanhamento de Orçamento* e *Comentários Finais*.

Após a “chamada” aos *Fatos Marcantes*, com uma fotografia aérea do canteiro de obras, são apresentadas outras duas imagens aéreas. Ambas apresentam legendas que contêm a indicação “Obra Principal” seguida da data. A primeira, de 21 de dezembro de 1973 e, a segunda, de 9 de dezembro de 1974.

Destaca-se, nesse tópico, a conclusão dos trabalhos em suas respectivas datas, os volumes dos principais serviços executados, total dos serviços de montagem, a construção de 22 quilômetros de estradas e o total de homem/horas trabalhadas na montagem da usina, que atinge a marca de 1.595.879 hh.

A fotografia de um trator empurrando pedras, com homens ao fundo e água nos dois lados abre o tópico seguinte. O *Desvio de Segunda Fase* traz ainda outras três imagens, todas aéreas, com destaque da construção em relação ao Rio Paranapanema e seus contornos. O texto trata sobre a conclusão da etapa, em maio de 1974, do desvio do rio, “com pleno êxito”, pelas quatro tubulações.

O tópico segue ainda na página seguinte, na qual outra imagem aérea, mais aproximada, mostra o resultado do trabalho em ambas as margens do rio e na barragem das

águas. O relatório apresenta a relocação de estradas, pontes, linhas e benfeitorias dentro da faixa de segurança para o desvio do rio.

A imagem que apresenta as *Obras de Terra e Rocha* salienta a construção, os contornos do canteiro, os caminhos, as paredes, camadas, profundidade, e mostra pouca água. A página seguinte, além de outra imagem, provavelmente da pedreira da margem direita “em andamento normal”, como aponta o texto, há dois quadros que explicam sobre os materiais utilizados, as estruturas concluídas, a obra executada dentro do ano, aquelas que ainda faltam e o prazo estimado para conclusão.

Informações sobre o mesmo tópico seguem na página seguinte, com mais duas fotografias – da barragem de terra e da subestação – com outros dois gráficos que apontam o montante para conclusão dessas duas obras dentro da usina. Ainda sobre *Obras de Terra e Rocha*, na página subsequente há uma fotografia aérea da obra seca e outra tabela referente ao trabalho de extração de minérios. O texto, entre outros pontos, trata sobre a intensificação das atividades em laboratório com o objetivo de oferecer um “perfeito acompanhamento tecnológico da execução da Barragem de Terra, e também dar apoio técnico às Obras da Bacia de Inundação”.

Uma fotografia aérea da barragem, inclusive com água em movimento, abre o tópico *Obras de Concreto*. É possível considerar que a imagem teve como principal objetivo ilustrar o assunto, o que faz de maneira eficaz, pois demonstra, em plano de mergulho, a grandeza da parede de concreto da barragem. Além da fotografia, o relatório continua a contar com o recurso visual de tabela, que contribui na reunião dos dados e na sua leitura.

Do texto, é possível ressaltar o volume de materiais utilizados durante o ano para execução dos 172 mil metros cúbicos do empreendimento, entre eles, 31,5 mil toneladas de cimento e 97 mil metros cúbicos de cascalho. Além disso, consta a informação de que, com bases em um controle estatístico, o laboratório do setor conseguiu, dentro dos padrões exigidos, a obtenção de um concreto mais econômico.

A próxima página apresenta duas fotografias de um mesmo local da obra da usina, provavelmente para demonstrar o avanço do trabalho de 26 de dezembro de 1973 a 11 de dezembro de 1974. O relatório segue, na outra página, com o mesmo tópico e tem, à esquerda, três fotografias – Casa de Força, edifício de comando e vertedouro – com texto à direita.

O assunto *Montagem Eletro-mecânica* traz uma fotografia, possivelmente do início da montagem de uma turbina. Trabalhadores em cima de uma peça que se encontra içada por um grande guincho demonstra o tamanho descomunal dos materiais utilizados e, até mesmo, do prédio que a abriga. Seguindo a mesma formatação, na página seguinte do mesmo tópico, são apresentadas, à esquerda, duas fotografias – montagem de guias das grades e da Casa de Força – com texto à direita. Na outra página, mais duas fotografias e texto. É observado que, praticamente, a usina recebeu todos os equipamentos importados.

Em *Obras de Apoio* encontra-se uma fotografia aérea de uma vila com 20 casas recém-construídas, mas sem indicação do local onde está instalada. Na página seguinte, duas fotografias à esquerda de construções que não se referem diretamente à hidrelétrica e, à direita, texto que dá conta sobre o canteiro da obra, que foi todo concluído, assim como a construção das vilas, com a entrega da última casa da Vila dos Operadores em 30 de novembro de 1974. Em seguida é apresentado um breve panorama das obras em andamento em outras usinas do Rio Paranapanema, com uma fotografia, na parte inferior da página, da construção da Estação de Psicicultura na usina de Salto Grande.

O tópico seguinte, *Bacia de Inundação*, é aberto com a fotografia de uma estrutura que está sendo elevada. É uma das únicas, até então, tiradas do chão e que aproveita um caminhão, talvez para demonstrar as grandes proporções da construção. Em seguida, uma página apenas com texto trata sobre a conclusão de todos os projetos de relocações das estradas estaduais e municipais existentes dentro da área da bacia de inundação da usina. É apresentado também o início dos estudos das estradas vicinais em ambas as margens do Paranapanema.

Um detalhamento da construção de estradas e pontes segue na página seguinte, com três fotografias à esquerda das pontes sobre os rios Ribeirão Vermelho, Ribeirão Jacú e Tibagi. O texto aponta que 10% das obras da ponte sobre o Rio Paranapanema, com 641,30 metros, foram executadas em 1974. A fotografia que mostra essa benfeitoria se encontra na página subsequente. Um mapa com a divisa entre os estados do Paraná e São Paulo é a imagem utilizada para encerrar as informações sobre o tópico.

O próximo assunto, *Acompanhamento do Orçamento*, mostra, de cima para baixo, uma mesa de escritório, cujo ocupante, tem uma das mãos sobre planilhas, que se encontram abertas e espalhadas, e a outra na calculadora. Chama a atenção também o relógio

no braço esquerdo esticado e, bem próximo da mão, uma borracha, para qualquer adequação, e uma régua, talvez para demonstrar exatidão.

O relatório dá conta sobre a verba aprovada no ano (Cr\$ 405,5 milhões), os remanejamentos necessários em decorrência da alta no valor dos materiais, reprogramações necessárias, valores repassados pela empresa e um déficit anual da obra (Cr\$ 88 milhões). Para visualizar e explicar esses números, foi utilizado um gráfico.

O último tópico se refere aos *Comentários Finais*. A imagem, que apresenta efeito granulado, exhibe duas mãos, uma segura uma caneta e a outra tem o dedo indicador apontando para o papel. As duas páginas que seguem trazem apenas textos, com destaque para alguns dos serviços desenvolvidos nas diversas frentes da Usina de Capivara, como o recebimento de todo o equipamento soviético referente a turbinas e geradores; a definição da política de desapropriação de áreas; a conclusão de todas as estradas e pontes da bacia de inundação, necessárias para a realização do desvio e início de execução das demais obras para fechamento do rio, além das metas para 1975.

O relatório, de 31 de dezembro de 1974, é assinado pelo chefe do Setor de Programação e Acompanhamento da Obra, Henri Christiaan Steenmeijer. A partir do documento, é possível perceber a preocupação em informar e mostrar, com a veracidade comprobatória das fotografias, o avanço dos trabalhos no canteiro de obras. Talvez as “tentativas do realismo”, como advertido por Burke (2004, p. 25), de tomar a imagem pela realidade, tenha “seduzido” os responsáveis em apresentar o andamento das obras de Capivara. No entanto, ele admite ser a fotografia “especialmente valiosa” como evidência da cultura material do passado.

As imagens são pensadas de forma a compor e dar credibilidade ao relatório e não apenas ilustrá-lo. O cuidado em fotografar as etapas da obra provavelmente exigiu um significativo investimento financeiro, principalmente pelas tomadas aéreas que, quatro décadas depois, pode ser considerado um investimento social, que muda o caráter de um relatório para documento histórico, fonte de consulta para obtenção de dados e, até mesmo, de detalhes sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Capivara.

5 METODOLOGIA

Contribuir com a sistematização da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória e sua aliança com a história oral. Esse é um dos objetivos desse estudo que, para tanto, leva em consideração o resultado das pesquisas sobre o tema desenvolvidas anteriormente na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O projeto de pesquisa nasceu e se desenvolveu com a intenção de testar a metodologia a partir das constatações de Teixeira (2013), que reuniu as orientações anteriores traçadas por Hoffmann (2010). De uma para outra, o foco da pesquisa mudou da eficiência da fotografia como ferramenta de recuperação e preservação da memória para o teste e a sistematização do procedimento metodológico, de acordo com as exigências da ciência.

Nesses dois casos, porém, as entrevistas que compõem os estudos se voltaram para aqueles que, a seu modo, vivenciaram o surgimento de novos municípios paranaenses, ou seja, um pioneiro e seu sentimento de “pertencimento” com Londrina, no estudo de Hoffmann (2010), e os primeiros moradores de Telêmaco Borba, no estudo de Teixeira (2013). Percebeu-se que essas pessoas puderam contribuir sobremaneira com a história oficial, preenchendo lacunas deixadas pelo tempo ou pelo desconhecimento das fontes frequentemente pesquisadas.

Estava comprovado, assim, o legado sociocultural que o uso da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória, aliada à história oral, poderia deixar às sociedades estudadas. E foi seu caráter contributivo o fator decisivo para a opção pela sistematização da forma de pesquisa empírica, dessa vez, aplicada ao município de Iepê (SP).

No entanto, surgiu o primeiro obstáculo: por ter o início de seu povoamento datado em 1917, haveria dificuldade ou até impossibilidade de se falar com pessoas que testemunharam o surgimento do novo município. Todas elas, sabidamente, falecidas. A partir de conversas, o orientador sugeriu delimitar um período da história em que o local experimentou, por exemplo, algum diferencial, como significativo desenvolvimento. Essa foi a palavra-chave.

Por ter nascido e crescido em Iepê, e com forte sentimento de pertencimento, utilizando termo cunhado por Augé (1994), a pesquisadora logo pensou na

“época da barragem”, período sempre evocado por moradores para comparar a prosperidade da referida época com os dias atuais. Segundo conversas informais - pois era escasso o número de fontes oficiais para consultas -, moradores falavam do aumento no número de habitantes, da melhoria na infraestrutura e na movimentação social gerada pela chegada de trabalhadores para a construção da Usina Hidrelétrica de Capivara².

O período da pesquisa é delimitado, então, para a década de 1970. Com o avançar do estudo, especificamente, entre os anos de 1970, com o início da construção do empreendimento, até 1978, quando de sua inauguração. Tema escolhido e tempo delimitado, era preciso começar a levantar informações.

5.1 O TRABALHO EM CAMPO

Tendo suas ações reconhecidas e interesse notório pela história de Iepê, os “Amigos da Cultura”, que compõem a SACI, seriam os primeiros a serem consultados sobre informações oficiais da “época da barragem”. Nesse momento surge o segundo obstáculo: o grupo concentrava suas pesquisas no período de fundação do município.

Inclusive, tendo obtido anotações de próprio punho de um dos pioneiros, preparavam um livro, com o objetivo de recontar a fundação de Iepê a partir da ótica de um ativo participante, Antônio de Almeida Prado. A obra, concluída no final de 2013 e lançada em abril de 2014, apresenta abordagem até a década de 1950.

Ao solicitar o livro a um dos autores, Paulo Fernando Zaganin Rosa, a pesquisadora explicou sobre os objetivos da presente pesquisa e foi informada sobre dois relatórios da CESP doados ao museu. Rosa, prontamente, ofereceu o material, o qual digitalizou e enviou por e-mail.

Os documentos ofereceram um importante acervo fotográfico que, com aval do orientador, seria utilizado para compor o portfólio a ser apresentado aos entrevistados. Por se tratar de uma obra grande, construída por etapas, foi dada a opção por imagens das principais estruturas da usina, como Casa de Força, turbinas, represa e comportas. Foi selecionada ainda uma imagem aérea do canteiro de obras em sua fase inicial, de uma estrutura sendo erguida, com muitos homens trabalhando, assim como de um trator fazendo

² A Usina Hidrelétrica de Capivara (UHE) é popularmente chamada de barragem, usina de Capivara ou apenas Capivara. Essas variações são empregadas nesta pesquisa.

um trabalho pesado na beira d'água. Foi escolhida também a imagem de um escritório montado pela companhia.

Sem ligação direta com a estrutura da usina, mas que não existiriam sem sua construção, foram selecionadas a imagem da ponte sobre o Rio Paranapanema, que faz a ligação entre os estados de São Paulo e Paraná, e a tomada aérea de uma vila de operários recém-construída, provavelmente localizada no município de Porecatu (PR).

A busca por pessoas que trabalharam na construção da usina de Capivara foi a que demandou mais paciência, contrariando a percepção inicial da pesquisadora de que seria a mais fácil. Muitos dos moradores de Iepê que participaram das obras foram absorvidos pelas empreiteiras e partiram para a construção de outras barragens. Os nomes começam a surgir a partir de conversas informais estabelecidas nos mais diferentes pontos da cidade para ser levantada uma relação com 10 nomes de possíveis entrevistados.

Várias pessoas apontadas afirmaram haver trabalhado em momentos específicos e únicos, como no destamamento da área, no transporte de materiais e de pessoal, sem, portanto vivenciar as transformações cotidianas do obra. A explicação dada é que a cidade não contava com mão de obra capacitada e suficiente para atuar em todas as frentes. No entanto, ao enfrentar o trabalho e se destacar, era possível obter a chance de seguir para outro setor, que exigia mais habilidades e, conseqüentemente, pagava-se melhor. A intenção era conseguir uma lista de trabalhadores que participaram da construção da usina e atualmente residissem na cidade.

A alternativa seria marcar com as pessoas que se encaixassem nesses pré-requisitos e, a partir delas, levantar outros nomes. Um morador da cidade falou sobre Matavelli, que teria trabalhado “por muitos anos” na construção de Capivara. Em contato com uma de suas filhas, foi obtida a informação de que ele teria sofrido uma queda e estava debilitado. O combinado foi manter contato em uma semana, mas como ele continuava em recuperação, o prazo foi estendido para quando pudesse receber a pesquisadora. Entretanto, infelizmente, na manhã do dia 5 de agosto de 2014, o barrageiro aposentado faleceu e levou com ele toda a história que vivenciou durante a construção da usina.

Porém a busca por testemunhas da construção da hidrelétrica continuou. Um caminho percorrido foi conversar com o maior número possível de pessoas para perguntar sobre os barrageiros e comentar sobre a pesquisa com o objetivo de levantar nomes. Pessoas

diziam que “muita gente tinha trabalhado em Capivara”, mas no momento não se lembravam. Inclusive, alguns moradores consultados mencionaram apenas nomes daqueles que haviam prestado algum serviço e já haviam falecido.

Os melhores resultados foram obtidos em pontos de comércio com grande circulação de homens, como borracharia e oficinas mecânicas. É possível destacar uma brincadeira contada por Roberto “borracheiro” que os filhos de barrageiros, que assim como ele se estabeleceram em Iepê, ainda fazem um com outro, de que “todo tipo de tranqueira enrosca na barragem”. Dele surgiu a indicação da pessoa que foi a primeira ouvida pela pesquisadora.

5.2 APLICAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL

Paul Thompson (1992) afirma que a memória, tanto física quanto espacial, precisa ser preservada, assim como a memória do homem deve ser descoberta e valorizada, pois a recordação de um, pode ser a de muitos. Ele considera que a história oral permite dar voz a diferentes e múltiplos narradores, dando à história uma atividade mais democrática, já que permite sua construção “a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário”. (THOMPSON, 1992, p.19).

Sobre o caráter democrático da história oral, Thompson (1992, p.25-26) pontua que está ligado diretamente ao fato de permitir que seja, em maior amplitude, recriada a multiplicidade original de pontos de vista que existem dentro de uma realidade complexa e multifacetada. Dessa forma, um dos principais méritos da história oral seria deixar de defender a sabedoria dos poderes constituídos, “uma vez que é da natureza da maior parte dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade”.

A história oral, como pontua Thompson (1992, p.25), não é, necessariamente, um instrumento de mudança, mas pode ser um meio de transformação tanto do conteúdo quanto da finalidade da história, sendo utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. A abertura de novas perspectivas se torna possível pelo fato de ser permitido ao historiador oral escolher a quem entrevistar e o assunto a perguntar, ou seja, a partir de uma necessidade, inquietação ou simples dúvida, buscar a evidência que necessita e obtê-la. O resultado de tal ação pode levar à descoberta de documentos e fotografias que, de outra maneira, não seriam localizados.

Le Goff (2003, p.11) ressalta a importância da consciência sobre a construção do fato histórico, da “não-inocência dos documentos”, que permite o entendimento sobre os processos de manipulação manifestados nos mais diferentes níveis do saber histórico. Enfatiza, porém, que essa constatação não deve levar a um descrédito do propósito da objetividade histórica e do abandono da noção de verdade em história. Ao contrário, “a crítica da noção de fato histórico tem, além disso, provocado o reconhecimento de ‘realidades’ históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores”.

Por reunir tais características, para Thompson (1992, p.29), um projeto de história oral se torna viável especialmente ao focar as raízes históricas de uma preocupação contemporânea, cujo estudo apresentará importante resultado para o meio ambiente imediato. Entretanto, Meihy e Holanda (2010, p.25) defendem que não se deve considerar que a história oral sirva, de forma exclusiva, para “tapar buracos documentais”, uma vez que sua forma de ação busca dar relevância a narrações. Vale ressaltar também que ela não é empregada apenas na ausência de outras formas de documentos: “Ela é vital também para produzir outras versões à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais.” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.26).

Para que se desenvolva o procedimento para coleta de informações de uma história oral, o início se dá, como explica Meihy e Holanda (2010, p.15), com a elaboração do projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. É preciso que o projeto contemple o planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e outros fatores ambientes, sendo necessário, em seguida, que conte com a transcrição e produção de textos e, se possível, a publicação dos resultados.

Para os autores (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.18), “a história oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato”. Para tanto, ressaltam que não é possível produzir história oral por vias indiretas, como por telefone ou internet, sendo necessário o contato direto entre as pessoas, o que propiciará uma interferência absoluta e necessária na exposição das narrações. É enfatizado a importância de se estabelecer o contato visual, que permite a percepção de um todo e não apenas da voz ou da imagem do entrevistado.

Meihy e Holanda (2010, p.19) consideram a história oral como prática complexa e que integra diferentes etapas sendo sempre um “sistema articulado onde cada parte ou lance interfere e determina outro”. As entrevistas e seus registros devem ser antecipadamente planejados, pois, como afirmam, entrevista em história oral é considerada documentação oral, suporte material proveniente da linguagem verbal. A documentação oral apreendida por meio de gravações eletrônicas, feitas com o propósito de registro, torna-se fonte oral. “A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista.” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.14).

São as narrações obtidas através da entrevista que o projeto em história oral se materializa em documento escrito e ganha a objetividade de documento, entretanto, como alertam Meihy e Holanda (2010, p.26), deve ser interpretado “sob o crivo da subjetividade que o produziu”. É a objetividade e subjetividade a marca distintiva entre a disciplina História e a prática da história oral.

Onde a História vê fragilidade a história oral encontra seu sentido maior e o lugar a ser ocupado como área diferente e possibilidade original. [...] Porque as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida. (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.34-35)

Com uma relação contendo 15 nomes, a pesquisadora começou a marcar as 10 entrevistas pré-estabelecidas com o orientador. Os encontros com os antigos trabalhadores da usina foram realizadas entre os dias 7 e 21 de agosto de 2014, em diferentes horários, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Todos, mesmo aqueles que ainda trabalham, preferiram receber a pesquisadora em suas residências, fato previsto por Meihy e Holanda (2010, p.57), que orientam para deixar ao entrevistado a decisão sobre o local para gravação da entrevista, “mas geralmente a casa da pessoa, quando não há impedimento, passa a ser o espaço escolhido”.

O tempo médio de duração das conversas foi de uma hora. O roteiro girou em torno do período referente à construção da usina e as perguntas foram elaboradas com o intuito do trabalhador contar sua experiência sob o ângulo de visão proporcionado por sua ocupação. Essa recordação, como afirma Bosi (1994, p.51), é uma organização móvel, cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado, “daí a diversidade dos ‘sistemas’ que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato”.

Cinco dos dez entrevistados recorreram às esposas, tanto para tirar dúvidas sobre datas e nomes, como para mostrar as imagens do portfólio. Há casos ainda em que houve 'intromissão' espontânea da esposa, sem a solicitação de sua ajuda. As conversas foram gravadas por um gravador de mão e, para não correr o risco de perdê-las, uma máquina fotográfica digital na função vídeo permaneceu ligada. A intenção era manter uma boa resolução das imagens, com vídeos de 32 minutos de duração de cada entrevistado, o que permitiria manter uma padronização.

No entanto, já na segunda entrevista, o gravador falhou e forçou uma mudança no planejamento. Com menor resolução, a entrevista seria filmada inteira, de modo a garantir todas as informações transmitidas e não apenas parte delas. Cumpriu-se, assim, a proposição de Meihy e Holanda (2010, p.22) sobre a obrigatoriedade da participação eletrônica na história oral. Essa mediação eletrônica, como uma das marcas da história oral, é um procedimento novo e renovável que substituiu os antigos procedimentos de captação de entrevistas, baseados em anotações ou memorização. Para Le Goff (2003, p.403), a memória eletrônica é, "sem dúvida o mais espetacular" desenvolvimento da memória no século XX, principalmente após a década de 1950.

Vale destacar que as perguntas foram lançadas de forma direta e a transcrição buscou respeitar a forma de expressão dos entrevistados. Todo o material coletado está disponível integralmente para consulta em DVD no banco de dados anexado ao final desta pesquisa.

6 OS 10 TRABALHADORES SELECIONADOS

Teixeira (2013) ressalta a importância de se contar a história das pessoas selecionadas e as condições de produção de cada uma das entrevistas antes do relato dos resultados obtidos com a aplicação da proposta metodológica. A presente pesquisa, porém, expõe a trajetória profissional dos ex-trabalhadores da usina hidrelétrica de Capivara pois, como afirma Bosi (1994, p.15), “o tempo de lembrar traduz-se, enfim, pelo tempo de trabalhar. Por isso, sem a memória do trabalho a narração perderia a sua qualidade épica”. Os nomes seguem a ordem cronológica da realização das entrevistas.

6.1 JOSÉ FRANCISCO RAMOS

Filho de barrageiro, José Francisco Ramos, 59 anos, é natural de Chavantes. Chegou em Iepê em 1971 e, antes mesmo de completar 18 anos, começou a trabalhar em uma lanchonete montada na barragem. A indicação de seu nome teria partido de um “chefão” da CBPO (Companhia Brasileira de Projetos e Obras), conhecido como engenheiro Sidney, que sabia que ele havia trabalhado em um estabelecimento semelhante na usina de Chavantes (SP), localizada no Rio Paranapanema, na divisa do Estado com o Paraná, município de Ribeirão Claro.

“O proprietário [da lanchonete de Capivara] se chamava Ênio Tozzi e, como eu ainda era menor, ele me deixou à disposição uma kombi com motorista. Comandava a lanchonete e a lavanderia, que lavava coisas do alojamento.” Ramos disse ter aceitado o trabalho por estar parado, mas depois que fez 18 anos deixou o serviço para entrar na barragem, pois tinha que melhorar o salário para pensar em ter uma família “lá na frente”.

A partir de amigos que havia estabelecido na cidade, Ramos conseguiu ser “fichado” em Capivara como ajudante de soldador. Na obra, “me deram uma colher de chá, para aprender mesmo, e eu aproveitei. Então, em seis meses, eu já era um soldador”. Ramos disse que a busca por emprego na usina Capivara ocorreu por influência do pai, que chegou a Iepê transferido da usina de Chavantes. Ele, a mãe e os irmãos acompanharam o genitor. De acordo com o ex-barrageiro, o salário oferecido pela barragem era muito atrativo, considerado “excelente”, principalmente em comparação com os valores pagos nas fazendas com lavouras ou gado, principais empregadoras no período. Além disso, ressaltou que na barragem era possível fazer carreira.

Como a usina de Capivara se localiza distante da cidade e não havia ônibus até lá, Ramos se lembrou que seguia para a obra de caminhão, com toldo, em um comboio de quatro a cinco veículos, e que, com o tempo e as amizades, o percurso se transformava em diversão. O soldador comentou sobre a primeira impressão causada pela imponência da construção de uma barragem, que classificou como uma obra monstruosa, até mesmo assustadora por sua imensidão. “É um mundaréu de gente, muita coisa construindo, blocos de concretos muito grandes. Mas depois acaba se acostumando.”

Contou que, quando começou a trabalhar, a obra estava em sua fase inicial e permaneceu até sua conclusão, quando foi transferido para a construção da hidrelétrica de Foz do Areia, localizada em Pinhão (PR), denominada Usina Bento Munhoz da Rocha Netto. Em seguida, partiu para a barragem de Itaipu, localizada no Rio Paraná, na divisa do país com o Paraguai, na qual trabalhou para três diferentes firmas.

Seu último trabalho como barrageiro foi em Buritama (SP), onde está localizada a Usina Hidrelétrica Nova Avanhandava. “Mesmo como soldador consegui subir degraus da carreira, chegando a comandar equipe de soldadores”, lembrou. Deixou os canteiros de obras das barragens, mas nunca a solda, que o acompanhou mesmo no período em que atuou como caminhoneiro. Passou também pelo ramo da fabricação industrial, com a produção de peças que, necessitava, mesmo que indiretamente, de sua experiência como soldador. Casou-se com uma ipeense e fixou residência na cidade. Tem três filhas e uma neta. Atualmente, mantém uma oficina, na qual oferece diferentes tipos de soldas.

Dois irmãos de Ramos também seguiram os passos do pai. O mais velho atuava na área de topografia de barragens e se aposentou em 2013. O mais novo ainda trabalha, no setor de operação de turbinas. Já o pai deixou a barragem quando perdeu um filho, de 19 anos, em decorrência de um acidente de trânsito. “Esse fato abalou muito a família e fez meu pai abandonar tudo e voltar para Rancharia”, contou.

Além da profissão, Ramos recebeu outra herança da época da barragem, o apelido de Tucura, que surgiu quando trabalhava na lanchonete da usina de Chavantes. “Não sei como consegui aquele trabalho, mas me lembro que o apelido veio de um enfermeiro que frequentava a lanchonete. Eu ficava bravo e daí pegou e nunca mais saiu.” Ele afirmou, inclusive, que poucas pessoas na cidade sabem seu nome e que, certa vez, quando já havia deixado a barragem, recebeu a visita de um tio que, por não se lembrar de seu apelido, pedia

informações dando seu nome de batismo, mas ninguém conhecia. Estava quase desistindo, quando resolveu parar no comércio e perguntar. “Por coincidência, entrou na minha quitanda. Disse que já estava me achando um mentiroso por dizer que conhecia todo mundo.”

6.1.1 Condições de produção da entrevista

A busca por Ramos se deu em decorrência da indicação do borracheiro que disse brincar com ele sobre as “tranqueiras” que param nas barragens. Ele foi encontrado em sua oficina, fazendo uma limpeza, e confirmou haver trabalhado na usina de Capivara. Demonstrou interesse imediato pelo tema e disse que aquele seria o melhor dia para a entrevista, a partir das 18h30, em sua casa, pois teria compromisso até o fim de semana. “Assim, você não perde tempo e eu fico liberado”, comentou.

Ao chegar à residência de Ramos no horário combinado, sua esposa disse que ele havia avisado sobre o encontro, mas estava no banho. Alguns minutos depois, o trabalhador recebeu a pesquisadora e a convidou para entrar. Demonstrou ter organizado mentalmente a sala, com indicação de onde se sentaria e a deixou livre para escolher o melhor local para se sentar e distribuir os aparelhos de gravação. “Posso ficar à vontade ou esse vídeo será apresentado em algum lugar?”, perguntou. Ficou à vontade, com um pé sobre o sofá.

Ramos lamentou não ter fotografias sobre o período em que trabalhou em Capivara, mas se dispôs prontamente a olhar o portfólio e a responder o que se lembrasse. Manteve-se atento e bem humorado do início ao fim da entrevista, que durou cerca de uma hora, no início da noite do dia 7 de agosto de 2014. O soldador afirmou achar interessante que a pesquisadora ouvisse Lídio, um trabalhador que sofreu um acidente grave durante a construção de Capivara.

6.2 GUMERCINDO MIRANDA DE SOUZA

Ao falar sobre o tema a ser trabalhado, um dos primeiros nomes ouvidos pela pesquisadora foi de Gumercindo, um senhor que mantém uma pequena oficina de conserto de objetos, localizada na frente de sua residência, logo na entrada da cidade. O primeiro contato com Gumercindo Miranda de Souza foi estabelecido na tarde do dia 7 de agosto e o encontro marcado para a tarde do dia seguinte, uma vez que chegara um cliente e ele precisava atendê-lo. Isso não o impediu, porém, que perguntasse sobre o que seria

conversado. De antemão informou que havia trabalhado 36 meses na obra, sendo a maior parte do tempo com guindastes.

Na sexta-feira, dia 8 de agosto de 2014, às 15h, Souza aguardava a pesquisadora em sua oficina. Demonstrando grande lucidez, no alto de seus 83 anos de idade, de imediato foi possível constatar que o antigo trabalhador de Capivara teria muito o que contar, pois demonstrava afinidade com números, espaços, nomes de colegas, marca de equipamentos. A entrevista ocorreu em uma área externa da cozinha e durou cerca de uma hora e meia.

Natural de Maracá (SP), mas criado na Baixada Amarela, zona rural de Iepê, Souza contou que chegou ao município com a família. Casou-se com uma moradora e, em seguida, seguiu para o Estado de Mato Grosso do Sul. Ao voltar para São Paulo, fixou residência em Paraguaçu Paulista, onde trabalhou em uma fábrica de óleo e, ao se desligar, trabalhou uma temporada como carpinteiro. Quando surgiu a barragem, já havia voltado para Iepê mas, ao começar a trabalhar, contratado pela CBPO, mudou-se para a vila de operários de Porecatu.

Primeiramente, Souza foi empregado na Central de Concreto, responsável em produzir o material para abastecer as máquinas que lançava concreto na construção. O concreto, segundo ele, era formado a partir da mistura de cimento com pozolana, o que conferia maior durabilidade ao produto. Em seguida, foi para o Setor de Manutenção, com a incumbência de manter o maquinário em condições de uso.

Lembrou-se que seu encarregado teve ampliada a área de serviço e, com isso, começou a atuar na manutenção de torres de iluminação, que contavam com cerca de 40 metros de altura cada. “Passamos para mudar as torres de local, colocar no chão, transportar na carreta, montar em outro lugar. Eu fiz muito disso.” Essas torres eram necessárias para oferecer claridade aos barrageiros, uma vez que a obra mantinha turnos contínuos, ou seja, prosseguia no período noturno.

Souza explicou que no alto das torres eram acoplados holofotes grandes [mostra com as mãos o tamanho], que iluminavam grandes distâncias, “como daqui no Tronquinho”, estima a distância alcançada. O ponto de referência fica a cerca de cinco quilômetros de sua residência. Lembrou ainda que os holofotes eram instalados em grades montadas em uma plataforma no topo das torres.

Além da quantia exata de meses trabalhados na barragem de Capivara, que totaliza três anos, Souza recordou-se do turno que cumpria, das 7h às 17h, mas ressaltou que não tinha horário certo. “Se não tinha serviço ía embora, mas se tinha manutenção, tinha que ficar. Manutenção é assim, não tem hora para ir embora. Enquanto tem serviço tá trabalhando.” O cenário lembra afirmação de Bosi (1994, p.417):

O velho ritmo do estômago, aprendido desde a primeira infância, é violentado. O ritmo do sono, do sistema nervoso são violentados para seguir os vetores desse tempo sem margens. O operário mergulha na vertigem do tempo vazio em que sua vida se decompõe para que o objeto da indústria se integre e se componha.

Souza contou que mesmo se aproximando o horário de saída fosse necessário desmontar uma “painer” [refere-se a uma marca de equipamento que, possivelmente, seja *Pionner*], a turma seguia para fazer o serviço. O encarregado programava o deslocamento de uma máquina “daquelas PH, com uma lança de 40 metros, muito alta e a gente sobe [utiliza com frequência termos no presente] e tira um lance de 10 metros”. Para isso, Souza explicou que os trabalhadores amarravam um cabo de aço do guincho na ponta da torre e, enquanto a máquina no solo segurava o guincho, eles desparafusavam as partes para desmontar a estrutura por etapas. A lança, ou guincho, puxava a parte solta para cima, girava e a colocava no chão. O mecanismo se repetia até a torre ser totalmente desmontada, o que ocorria em quatro seções. “A parte de cima [da torre] era mais larga para caber os holofotes. A gente fazia esse serviço quase que diariamente. Às vezes ficava tão apurado que eles arrumavam mais gente e, enquanto uns íam tirando daqui, os outros íam montando lá.”

Quando ingressou na barragem de Capivara, Souza tinha experiência em mecânica de diferentes equipamentos, pois “toda vida” trabalhou com manutenção. Como exemplo, citou o expediente dado em máquina [de beneficiamento] de arroz e serraria. Inclusive, em Ponta Porã (MS), teria montado uma serraria “praticamente sozinho”. Apesar do trabalho duro, demonstrou orgulho pelo resultado e disse que essa serraria deve estar em funcionamento até os dias atuais. “Depois de montada, não gostei de uns problemas que houve. Trocou de encarregado, né! Achei que aquele que entrou não tinha capacidade. Saí e larguei lá.”

Foi na barragem que, trabalhando com a montagem e desmontagem de guindastes, aprendeu a mecânica e manutenção do equipamento, mas ressaltou que não era operador de guindaste. Souza explicou que o guincho era transportado por uma patrol, máquina que, quando chegava ao local exato, neutralizava as rodas e se firmava sobre

plataformas, dando a sustentação necessária para que o guincho fosse acionado. “Ela [patrol] levanta a lança, desce o cabo, pega as peças e põe em cima, mas pega uma, depois pega outra e vai montado, também por partes.”

Apesar da longa rotina na manutenção, Souza considerou que o trabalho “bruto” que tinha na barragem era efetuado pelo pessoal da limpeza, visto que “não parava de cair sujeira” e demandava serviço dia e noite. De acordo com ele, de cinco a seis trabalhadores daquele setor tinham que segurar uma mangueira, com um forte jato de água, para empurrar para fora das passagens os materiais descartados durante a construção.

Além dos postes de iluminação, Souza contou que transportava comportas e fazia peças de andaime na oficina e as levava para o canteiro de obras, onde eram montadas. Uma de suas criações foi uma peça triangular, composta por seis partes, montadas uma do lado da outra, com ligamento de ferro em cima, forrado de madeira, para a produção de formas para o concreto e prossegue:

Para quem vai lá para Porecatu, vê a frente da barragem. Tem aquele paredão alto. Aquele paredão ali foi tudo eu que fiz, foi eu que montei. Cada placa daquela pesa 10 mil quilos, tudo de concreto, que já vem pronto de fora, não foi feito aí. Eu que tirei da carreta. Tem que fazer um berço, porque não pode erguer ela, que ela quebra. Então pega com três cabos, ergue, põe em cima do berço, trava para não cair, pega na ponta, no berço [com muita ênfase], e ergue. O berço que eu falo é um bercinho levianinho. É feito de viga in [ligamento de ferro], dessa grossura assim [mostra com as mãos], para pegar 10 mil quilos! Daí levanta por aquele berço, tem o lugar do cabo e ela tá amarrada para não cair. Ela tem uma sapata aqui de três metros, ela vai para baixo e já tem a laje feita e aquela plataforma vai em cima da laje, e a parede vai para cima. São 10 metros em cima daquela plataforma, que tem dois metros e meio de largura, e ainda aquela sapata dela. Então é parafusado ali. A gente levanta, põe lá, parafusa uns parafusos compridos, aperta tudo, marca aquela e pega outra e leva lá e põe de apar. Aquele serviço lá é um serviço que não achou quem mexesse com aquilo. Não era da nossa turma aquele serviço, mas não achou quem mexesse. Daí mandaram eu para lá. O engenheiro da nossa turma tinha uma confiança em mim que era uma barbaridade, todos os dois, doutor Paulo e doutor Jorge. Tudo serviço difícil, que tava a coisa complicada, eles já mandava eu. Falava leva o Gumercindo. Vai lá e faz tal coisa assim. Eu saí da Central de Concreto e fui para o oficina por causa disso. Eu não parava mais na Central de Concreto e dá muito problema, tem muita coisa para arrumar, então o mecânico da Central de Concreto não pode sair dali. Porque aquele concreto quando tá fazendo, lançando concreto, não pode parar, principalmente quando tá trabalhando uma bomba rec, que é uma bomba que manda a 40 metros de distância o concreto, um tubo dessa grossura, com três polegadas por dentro. É tão resistente, que tem duas polegadas de parede do tubo, porque 40 metros de distância do concreto empurrando aqui tem pressão. Tem muita pressão. Para parar tem que lançar água aqui para ela bombar até sair água lá na ponta do tubo. Porque o concreto é gelado. Duas horas depois ele não sai mais. A par da Central de Concreto tem a fábrica de gelo. Todo concreto é gelado. Faz o gelo em escama e é triturado e dosado junto. Lá em cima na Central de Concreto tem um painel e o operador já sabe tudo medido. A bitornera recebe o cimento, recebe a pozolana, recebe o cal, recebe outro material que não lembro o nome, recebe a água, e tem dois produtos que é pouquinho, duas químicas, um material preto, um líquido. Mas tem a balança para passar e pesar. Então lança tudo dentro da bitornera, que

bate aquilo com tudo. Aí a bitornera vira e lança tudo para baixo, no caminhão que fica embaixo. Tem o caminhão escabe que é aberto [a caçamba] e o camburão, que é fechado. Então vinha aquele lá e levava o concreto. Aquilo era assim ó [mostra com as mãos um sinal de vai-e-vem constante, referindo-se ao fluxo de caminhões], um atrás do outro. Então a Central de Concreto não podia ficar sem mecânico ali. Então fui para a oficina e trabalhava na obra toda. [...] Eu montei peça até no fundo lá, onde está a turbina. Peça bruta, né, coisa bruta! (SOUZA, 2014).

Com facilidade para lembrar sua rotina de trabalho na barragem, Souza ressaltou a ocasião em que tinha produzido e precisava montar, por fora de pilares, peças em formato da letra L, com vigas de 16 polegadas, com capacidade para suportar mais de 100 toneladas de concreto. Contou, como se estivesse vendo a obra, sobre os problemas contornados, como a construção de uma escada e a adaptação de uma gaiola, os materiais utilizados, as polegadas de ruelas e parafusos, a qualidade dos serviços realizados por pedreiros e carpinteiros, as fofocas de companheiros e a aprovação final que recebeu do engenheiro responsável, ao qual desafiou a mandar alguém executar o trabalho com o mesmo resultado que obteve. “Eu gostava do doutor Jorge e ele era bravo. Falava para a turma que cinco doutor Jorge tocava uma obra dessa aí e sobrava engenheiro.”

Sua simpatia pelo superior se dava pela característica daquele que, ao confiar no funcionário para o trabalho, perguntava como a tarefa seria executada e dizia logo: “mete o pau”. “Ele não tinha esse negócio de olhar, de planejar. Era de mandar fazer”, comentou. Souza se lembrou da ocasião em que o engenheiro pediu ao seu encarregado que o levasse até um local, onde o trabalho estava travado, para saber como seria possível resolver a questão e sua sugestão foi aceita de imediato. Talvez as soluções encontradas por Souza sejam frutos de sua capacidade de prestar atenção às coisas que o circunda, vontade de trabalhar e domínio dos equipamentos com os quais trabalha.

Essas características se mostram presentes no octogênio, que explicou, por exemplo, o mecanismo de um guindaste. “Um guindaste ‘painer’ é muito grande, de grande potência. Pegava 50 toneladas daqui e tocava prá lá, pé e ponta, né! Porque pé e ponta são diferentes. Depois vai aumentando a lança e vai diminuindo a capacidade.” Souza relembrou a exigência de agilidade e dinamismo para finalizar um trabalho e iniciar outro, fosse erguer torres ou montar andaimes, sem interromper ou atrasar o andamento dos trabalhos de diferentes áreas. E arrematou: “Mecânico de barragem é só gambiarra! É pedaço aqui, pedaço ali. Mas oficina é gostoso, é bom da gente trabalhar. Só que serviço de barragem suja muito a gente, não tem roupa que aguente.”

Souza disse que não era oferecido uniforme, apenas capacete e sapato de barrageiro, sem os quais não podia entrar na obra. Como ele tinha que “tomar conta de tudo”, tinha que cuidar, para que seus comandados não desrespeitassem as normas de segurança. Quando via alguém sem os calçados próprios mandava trocá-los, se reclamasse era categórico. “Não quero saber. Então fica na seção e o encarregado cuida de você.” Mas confessa que dizia isso para convencer o funcionário, pois se caísse nas mãos do encarregado, esse o mandava embora, pois era questão de segurança. “Proteger o pé e a cabeça é o primeiro serviço na entrada do serviço. O sapato tem uma sola dessa grossura. Podia pisar em cima de uma ponta de ferro, caco de vidro.”

No entanto, contou que prego furava a sola da botina, principalmente se pisasse bem em cima, o quê, uma vez, aconteceu com ele, com um prego ‘20 por 30’. “Daí inventei as tecnologia de curar fincada de prego. Já arranquei o sapato, peguei uma tabuinha e tá, tá, tá [bate com as mãos], expreme para sair o sangue, calça o sapato e já pode ir trabalhar.” Talvez tenha sido essa mesma perspicácia que lhe permitiu perceber a intenção da firma em não atestar falecimentos no canteiro de obras, mas após o socorro.

A impressão é que, ao ser ouvido, Souza encontrou uma oportunidade para demonstrar que mantém vínculo com outra época e que poderia mostrar sua competência e expor suas experiências. “Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”, como afirma Bosi (1994, p.82). O entrevistado é viúvo e tem um casal de filhos, sendo que o filho necessita de cuidados especiais, assim como o neto e uma neta, filhos de sua filha. Souza é aposentado por invalidez, em decorrência de uma artrose.

6.2.1 Condições de produção da entrevista

Na hora combinada, Souza esperava pela pesquisadora em sua oficina. Fez o convite para que entrasse em sua residência, localizada aos fundos, mas sua filha limpava a cozinha e, então ele perguntou se era possível ficar em uma área externa. Além do barulho da rua movimentada, havia o ruído de uma máquina de lavar, que a filha deixou funcionando até o fim do ciclo, que durou, praticamente, toda a gravação em vídeo.

A conversa só não se tornou desagradável porque fluiu bem, puxada pela boa memória do entrevistado, que apresenta pequeno grau de perda auditiva. Talvez, por isso, o barulho não o incomodou. O encontro chamou a atenção de sua neta que, após alguns minutos se interessou pelos equipamentos de gravação e se sentou em frente à câmera. A filha

de Souza saiu apenas uma vez e demonstrou certo interesse pelo assunto e pelas fotografias, destacando os acidentes que possivelmente ocorreram durante a construção da usina.

O entrevistado se sentiu muito à vontade para falar sobre suas lembranças do tempo da barragem, contando passagens como se estivesse vendo as cenas, ou melhor, revivendo-as. Mas, no momento em que as fotografias do portfólio lhes seriam apresentadas afirmou que “para lembrar as coisas é sempre difícil”, pois aconteceram há mais de 40 anos. Foi perceptível que, assim como sua audição, a visão também se encontra prejudicada, pois sempre perguntava se a parte mais clara da imagem era o rio.

6.3 CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA

A barragem de Capivara foi o primeiro trabalho, com registro em carteira, de Carlos Ferreira de Almeida, então com 18 anos de idade. Para conseguir a vaga na CBPO contou com a indicação de uma irmã – Adélia –, que trabalhava no Departamento de Pessoal. De agosto de 1974 a agosto de 1976 desempenhou a função de mecânico de guindaste de pneus e de esteira. Segundo ele, o guindaste ao qual dava manutenção levantava caçambas cheias de concreto, girava e as despejava em formas feitas de madeira e ferragens. A operação se repetia até que todas as formas estivessem cheias. Como barrageiro, Almeida passou a ganhar mais de três salários mínimos contra o salário mínimo que recebia na cidade como mecânico, sem registro. “Nossa, era uma diferença muito grande de salário.”

Almeida considerou que sua experiência anterior com caminhões facilitou o aprendizado do trabalho na barragem, visto que era esse tipo de veículo que transportava o guindaste. Ele ressaltou que, até então, os mecânicos contratados eram todos de fora, pois a cidade não contava com mão de obra especializada para o serviço. “Quando cheguei lá em 74, só tinha feito as ensecadeiras, o nome dos aterros que faz para jogar o rio de lado, para começar a fazer [a obra].”

De acordo com suas lembranças, o aterro começou a ser construído na margem esquerda do Paranapanema (no sentido da correnteza). Contou que o grande número de minas existentes no fundo do rio, quando do desvio do leito, foi o que mais lhe chamou a atenção na obra. Segundo ele, após a retirada de todo material do fundo, ficaram apenas as pedras, que foram lavadas. “Aí, quando eles fizeram o concreto da tomada d’água, por exemplo, tinha que fechar aquelas minas.” Para isso, o procedimento consistia em utilizar uma broca para perfurar a rocha, onde era rosqueado um tubo, pressurizado e injetado nata de

cimento para lacrar as veias de água. Em seguida, foram concretados ferros de uma polegada e meia e teve início a construção da tomada d'água.

Sobre a frota de veículos existente na barragem, Almeida ressaltou que os caminhões eram muito utilizados no transporte de funcionários, de materiais, de concreto e de terra. O ex-funcionário lembra ainda do “moto crepi”, uma máquina hidráulica que tinha acoplado algo como um caixote e ela mesma pegava terra. “Ía na área de empréstimo, um trator empurrava e ela tinha uma lâmina embaixo que ía cortando a terra e já carregando. Tinha uma tampa chamada avental. Muito interessante. Nunca tinha visto aquele tipo de máquina”, contou. Outra novidade para o entrevistado foram os “caminhões fora de estrada”, com caçambas que carregavam 30 toneladas de pedras.

Mas, segundo o ex-barrageiro, as novidades não se limitavam ao canteiro de obras da usina. O movimento na cidade teria aumentado significativamente com a chegada de trabalhadores e suas famílias. “No mínimo a obra empregou 3 mil pessoas, no mínimo”, enfatizou. Almeida se lembrou que o trabalho era constante, com turnos das 7h às 18h e das 18h às 7h. “Trabalhava 24 horas sem parar. Domingo, feriado, dia santo, carnaval, ano novo, Natal, trabalhando.” Almeida enfatizou ter aprendido muitas coisas, visto que na cidade trabalhava com veículos leves e pequenos caminhões, enquanto na barragem dava manutenção em guindastes de esteira, de pneus e, até mesmo, elétricos. “Foi um aprendizado muito grande. Hoje a gente tem saudade daquele tempo em que estava apreendendo coisas da vida”, disse.

Depois da usina de Capivara Almeida trabalhou na UCP (Usina Central Paraná), localizada em Porecatu (PR), onde permaneceu por cinco meses e, de lá, seguiu para a barragem de Foz do Areia, onde apenas as ensecadeiras estavam prontas e, como mecânico de bomba d'água, ajudou a secar o leito do rio. O trabalho de mecânico de manutenção o acompanhou durante toda a vida profissional, até mesmo após a aposentadoria, em 2012, quando encerrou o ciclo na Prefeitura de Iepê. “Totalmente não parei, porque faço motor do meu carro e dos veículos dos meus filhos, mas não atendo clientes.” Desde então, Carlão, como Almeida é conhecido, iniciou uma nova rotina, como motorista de ônibus. É natural de Nantes, casado com Maria de Lourdes, e tem quatro filhos.

6.3.1 Condições de produção da entrevista

O nome de Almeida surgiu a partir do contato da pesquisadora com a professora da rede estadual, Bernadete Garcia de Almeida, que dá expediente no MAI. Ela é cunhada de Almeida e falou ainda de um tio, Maurílio, que também teria trabalhado na barragem de Capivara. A entrevista com Almeida demorou cerca de uma semana para ser marcada devido sua atual ocupação como motorista de ônibus durante todo o dia.

Foi em uma visita até sua casa – e após uma conversa com sua esposa, que confirmou o trabalho do marido na barragem –, que a pesquisadora conseguiu o número de seu celular. O encontro foi marcado para as 10h30 do sábado, dia 9 de agosto. Almeida aguardava a pesquisadora e, de imediato, fez o convite para que entrasse até a sala. A conversa durou cerca de uma hora e meia e, por algumas vezes, foi assistida pela esposa. O ex-barrageiro se disse grato ao aprendizado proporcionado pela barragem. “Sinto saudades.”

6.4 BRAZ GERÔNIMO

Com 65 anos, o eletricista aposentado Braz Gerônimo trabalhou na barragem de Capivara de 1969 a 1974. Nesse tempo, desempenhou as funções de servente, ajudante de carpinteiro, ajudante de eletricista e eletricista. Entrou como contratado da empreiteira CBPO e quando saiu estava ligado à Tenenge. As duas empresas eram responsáveis, respectivamente, pela construção da obra e pela montagem industrial da usina.

Como servente trabalhou na escavação para construção do Hotel da CESP, localizado no canteiro de obras da barragem. O local, de acordo com Gerônimo, hospedou engenheiros até a finalização da vila residencial, que já se encontrava em construção e passaria a oferecer 45 casas, piscina e duas quadras poliesportivas. “Foi feito também um ambulatório médico que tinha uma equipe de seis médicos e enfermeiros, pelo que me lembro.” Com a conclusão das obras da barragem, hotel, vila, alojamentos, ambulatório e outras benfeitorias foram desmanchadas.

O ambulatório médico prestava os primeiros socorros a funcionários que se acidentavam, oferecia atendimento de ortopedia, clínica geral, internações e, até mesmo, realizava pequenas cirurgias. Os serviços eram estendidos aos familiares dos barrageiros. “Minha namorada, que se tornou minha esposa, ficou internada uma semana lá. Era um hospital, tinha enfermeiros, tudo”, contou.

Após um período de cerca de cinco meses na escavação e construção do alicerce do hotel, Gerônimo pediu ao encarregado a mudança de setor, pois gostaria de aprender uma profissão. Teve a chance de seguir como ajudante de carpinteiro, mas após quatro meses também não estava satisfeito. Quando teve início a parte elétrica, começaram a entrar na barragem amigos de Iepê, que trabalhavam como ajudantes de eletricista na empresa de energia Vale Paranapanema, como Carlos Capelotti, B12, Zé Carlito e João Simião. Como eram seus conhecidos, Gerônimo pediu nova mudança de setor, mas seu feitor disse que estava se saindo bem na carpintaria e que, para transferi-lo, seria preciso autorização do encarregado geral, chamado João Cândido.

Gerônimo lembrou que o encarregado lhe perguntou se realmente estava com vontade de ir para a parte elétrica, pois já tinha passado por outros postos e não tinha permanecido. Perguntou-lhe também se tinha alguma experiência na função e o funcionário disse que sim, pois ajudava o tio eletricista. A orientação foi que esperasse a abertura de novas frentes de serviço, o que ocorreu cerca de dois meses depois. “Comecei como ajudante de eletricista na vila residencial, fazendo fiação, colocando tomada e fui expandindo.”

Em seguida, também como ajudante de eletricista, Gerônimo foi trabalhar na manutenção do canteiro de obras, com incumbência de atender a oficina mecânica, setor de armação, refeitório. Com o início da montagem da Central de Cascalho, o funcionário foi avisado pelo encarregado que, com outro companheiro, seria o ajudante do eletricista responsável pelo trabalho no local e, após a conclusão das tarefas, faria um teste de avaliação para a função. O entrevistado disse que foi aprendendo na prática. Passou a fazer ligação de painéis, instalação de motores do maquinário e, ao ser avaliado, se tornou ‘meio oficial’. “Naquela época, você não saía de ajudante para eletricista. Era meio oficial e, quase um ano depois fui promovido a eletricista”, explicou.

Dessa forma, Gerônimo passou a trabalhar na manutenção elétrica das vilas de funcionários da barragem, localizadas em Iepê e Nantes. No entanto, considerou que o percurso até esse ponto não foi fácil. Pontuou que, ainda como ajudante, teve quatro chefes, sendo que apenas um lhe ensinava o ofício. “Ele me dizia: ‘agora você é o eletricista e eu o ajudante e quando fizer alguma coisa errada te aviso, daí tem que pegar o projeto, olhar e descobrir’. Fui com a coragem”, afirmou o ex-barrageiro.

Ele lembrou os símbolos empregados nos projetos elétricos da usina: o neutro era representado por um traço, o retorno era em formato da letra L, e o fase não tinha nada. Cada uma das fases contava ainda com fios de cores correspondentes: branco ou azul era neutro, enquanto o vermelho e o preto indicavam fases. Falou ainda que era preciso saber que as tomadas de energia contavam com dois condutores, pois teriam duas fases. “Quando havia um formato de Y marcado de cor escura era tomada, quando era um S, um interruptor, e dois S seria um intermediário ou paralelo. Era assim que a gente aprendia. Era fácil”, considerou.

Sobre os chefes que não o ensinavam, Gerônimo disse que alegavam falta de tempo e, caso não concluíssem o serviço estipulado, o encarregado diria que eles estavam “dando o nó”. A alternativa encontrada pelo ajudante era observar tudo o que era feito e como fazê-lo. Os riscos das tentativas não resultavam em acidentes, uma vez que se trabalhava sem carga de energia. Essa era ligada somente após todo trabalho concluído e seguramente testado. Disse que a primeira vez que ouviu falar sobre a construção da barragem, não fazia ideia de como seria. Imaginava que era como fazer um açude e se enganou, pois a construção ocorria em partes e não simplesmente com o fechamento da água.

Ao se desligar da CBPO, Gerônimo foi contratado pela Tenenge, como eletricitista instalador e seguiria para Foz do Areia, mas como o primeiro filho tinha apenas quatro meses de vida, a esposa não aceitou a mudança. “Eu perdi a maior oportunidade da minha vida, pois trabalhava como mão de obra requisitada e a CESP pretendia aproveitar trabalhadores. Quem aceitou ficou muito bem”, lamentou-se. Gerônimo aposentou-se como eletricitista na Prefeitura de Iepê, onde completou 35 anos de contribuição.

6.4.1 Condições de produção da entrevista

Em tratamento contra um câncer, Gerônimo marcou a entrevista para a segunda-feira, dia 11 de agosto de 2014, às 14h, dois dias após sua chegada da última consulta com o oncologista, em Barretos (SP). A pesquisadora o encontrou mais animado que na semana anterior. Tinha recebido a notícia de que o tratamento seria suficiente contra a doença, sendo descartada a necessidade de cirurgia.

O nome de Braz do Pacu, como é chamado na cidade, foi mencionado por funcionários da Prefeitura de Iepê, que apontaram ainda que seu irmão, Luiz, também havia

trabalhado na barragem. A entrevista foi marcada após longa conversa com Gerônimo, que adiantou um pouco sobre sua trajetória profissional e a atual luta travada contra o câncer.

O entrevistado aguardava a pesquisadora, que foi levada para uma grande área externa coberta, que ladeia sua residência. É perceptível a dificuldade de Gerônimo em encontrar e pronunciar algumas palavras, em consequência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), conhecido popularmente como derrame cerebral.

6.5 EZEQUIEL FERREIRA DA SILVA

Nascido em 4 de novembro de 1938, o aposentado Ezequiel Ferreira da Silva trabalhou na barragem de Capivara entre os anos de 1970 e 1975, sendo um ano como servente e os demais como carpinteiro. O primeiro trabalho como servente foi na construção das residências da vila dos engenheiros e, como carpinteiro, na construção da igreja, ambas as benfeitorias localizadas dentro do canteiro de obras da barragem que, segundo ele, já contava com algumas residências, banco, hospital, quadras poliesportivas e campo de futebol.

Silva ressaltou, inclusive, que os exames de saúde admissionais exigidos pela CBPO foram realizados no laboratório instalado no canteiro. “Não deu tempo de me assustar com o tamanho da obra, porque fui fichado e já comecei a trabalhar”, comentou. Até então, tinha experiência como trabalhador rural e, mesmo não tendo seguido carreira nas barragens, levou a profissão de carpinteiro como herança para a vida. “Aprendi o ofício na Capivara e continuei trabalhando como carpinteiro autônomo, mas me aposentei por idade, em 2003.”

6.5.1 Condições de produção da entrevista

Silva foi apontado por conhecidos para a entrevista e, durante um encontro na rua, disse que estaria à disposição. No entanto, por duas vezes, ele não se encontrava em casa e, em uma delas, teria ido visitar a filha em uma cidade próxima. A esposa forneceu o número de seu celular, pelo qual não foi possível contatá-lo. Apenas na terceira ida até sua residência foi possível marcar a entrevista para a tarde do dia seguinte.

O ex-barrageiro apresentou preocupação com o conteúdo a ser tratado, pois teria trabalhado apenas na construção pesada e não teria muito com o que contribuir. Disse, porém, que tinha fotografias do período, pois achava que seria importante registrar o momento. Por várias vezes admirou-se com as imagens do portfólio e repetia: “é a barragem

mesmo!”. Afirmou também que estava sentindo saudades do tempo passado e que, ao olhar a fotografia, tinha a sensação de ainda estar trabalhando na usina. “Foto é uma lembrança”, considerou. É importante constar que depois que os aparelhos de gravação foram desligados é que Silva, se sentindo mais à vontade, abriu o baú da memória.

6.6 LÍDIO SOARES DE AZEVEDO

O nome de Lídio Soares de Azevedo foi citado desde a primeira entrevista. Ele é um dos ex-barrageiros que se acidentaram em Capivara e faz parte de um pequeno grupo, composto por aqueles que sobreviveram depois de um sério acidente de trabalho. O período deixou marcas em seu corpo e, apesar de não assumir, marcou também sua memória. A emoção ao ver as fotografias do portfólio era nítida em seu semblante, na voz, que por várias vezes ficou embargada, e em seu comportamento retraído.

Azevedo nasceu em 27 de agosto de 1946 e tinha 30 anos quando ingressou na barragem de Capivara, no final de 1975. Segundo ele, a construção se encontrava avançada, praticamente em sua fase final. Contratado pela Tenenge, como ajudante de oficina, foi seu primeiro trabalho fora da lavoura e contou que o principal obstáculo a ser superado foi a altura, além da saudade da família, visto que nunca tinha saído da casa dos pais e passou a ficar, durante a semana, no alojamento da firma, instalado no canteiro de obras.

Quando completou 11 meses de trabalho sofreu um acidente com um guindaste, que decepou os dedos de suas duas mãos, nas quais conta apenas com o polegares. Ficou cinco anos “encostado”, recebendo auxílio da Previdência Social, por não conseguir trabalhar e, antes mesmo dos 40 anos, estava aposentado.

6.6.1 Condições de produção da entrevista

Após o nome de Azevedo ter sido mencionado por moradores e entrevistados, a pesquisadora passou a procurá-lo. O primeiro passo foi falar com uma de suas três filhas, que trabalha no comércio em Iepê. Adelaide confirmou que o pai tinha trabalhado na barragem e que falaria sobre o assunto sem problemas, dando inclusive o endereço de sua residência.

No dia seguinte, terça-feira, 12 de agosto, Azevedo encontrava-se em casa, juntamente com a esposa. Ao tomar conhecimento da pesquisa em andamento, mostrou-se, receptivo e, até mesmo, ansioso, marcando o encontro para o final da tarde do mesmo dia. No

horário marcado, Azevedo aguardava e mostrou a mesa onde seria possível se sentarem para a entrevista. Demonstrava simpatia e descontração enquanto os equipamentos eram ligados e testados. Alguns minutos depois, parecia tenso e emocionado e dobrou os braços de maneira a esconder as mãos.

Com sorriso fácil, que lhe rendeu o apelido de Risadinha na barragem, Azevedo tentava parecer à vontade, mas sua ansiedade e desconforto eram aparentes. A partir dessas observações, faz-se oportuno observar posicionamento de Meihy e Holanda (2010, p.14):

Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações –, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral. A consideração da entrevista além do que é registrado com palavras é um dos desafios da história oral. Garante-se a validade dessa integração definindo-se a palavra gravada em entrevista como um dos elementos componentes de uma sessão.

O ex-ajudante contou que fazia manutenção de guindastes e, ao terminar, dava sinal para os operadores. E foram as fotografias nas quais apareciam os guindastes da usina que chamaram a atenção de Azevedo. Já na terceira imagem do portfólio, muito emocionado, disse: “Você vai acabar mostrando a máquina que eu me acidentei.”

Em seguida, incomodado, a cada imagem que devolvia perguntava se havia acabado as fotografias, mesmo sendo informado previamente que seriam analisadas 10 imagens. Uma vez levantou-se para mostrar uma imagem do portfólio para sua esposa que, em alguns momentos, ajudou-o com informações sobre datas de acontecimentos para situá-lo no tempo passado. Essa foi a entrevista mais curta, com 19 minutos de duração.

6.7. JOÃO VITOR PEREIRA

O mais animado dos entrevistados, João Vitor Pereira nasceu em 17 de maio de 1934. Natural de Chavantes (SP), onde trabalhou na barragem, o operador de máquinas foi transferido para Iepê, pela CBPO, para trabalhar na usina de Capivara. Permaneceu no local de 1963 a 1978, ou seja, desde o início da construção até depois de sua conclusão. Os 15 anos de trabalho na obra, sua identificação com o ofício e a alegria de poder contar sua história pode ter rendido à entrevista o caráter mais revelador sobre a construção da barragem e seus reflexos na vida social e econômica da cidade.

Como operador de máquinas, Pereira conta que era responsável por toda movimentação de terra, principalmente pela terraplanagem. Os trabalhos nessa área são considerados pontapé inicial de uma obra e exigem muita perícia do operador de máquinas. Segundo ele, o maior desafio enfrentado na barragem de Capivara foi quando a obra contava com 60 metros de altura e teve que trabalhar com o trator, praticamente, de cabeça para baixo para “ajeitar” grandes pedras que eram descarregadas de cima por máquinas.

Na Capivara, você olha ali da ponte que vai para Porecatu e fala que é tudo feito de pedra assim [forma um triângulo com as mãos], mas não. A pedra é só por cima. Ali dentro é tudo terra. Não tem nada de pedra dentro. A cada 50 centímetros, a camada de terra do tamanho de um quarteirão era molhada e outro operador passava com uma máquina em cima, deixava na altura certa e daí uma motoniveladora, como da prefeitura, fazia a ‘escrificação’³ [usa a mão como garras para mostrar como a terra era arranhada]. Tornava a molhar e depois eu vinha com um rolo que pesa, parece, dois mil quilos, puxado por um trator esteira, era bem marcha lenta, passava tudo, até ficar lumiando aquilo ali. Aí vinha a turma do laboratório da CESP com um trato grosso assim [mostra a largura do equipamento e como era cochado na terra] fazia um buraco, despejava um óleo grosso dentro, esperava uns tempo assim, eu não sei os minutos porque era da parte deles lá, tirava aquele óleo e ía para o laboratório. Aquele tanto de óleo que eles punha naquele buraco, quando tirava tinha que dar o mesmo tanto no laboratório. Se tivesse faltando um pouquinho assim [mostra com os dedos], tinha que ‘escrificar’ tudo aquela terra de novo e fazer nova compactação. Era tudo feito com análise. Ali não passava nada sem o laboratório. (PEREIRA, 2014).

Ao contar sobre a compactação que realizou em Capivara, Pereira se recordou que fez o mesmo trabalho para o asfaltamento da rua na qual mora atualmente, na Avenida Jorge Salem, no trecho em frente ao local onde começou a ser construída a Vila Paraná pela CESP. Disse que demorava mais de cinco minutos para percorrer com o trator de esteira o espaço de duas quadras, que até então era uma estradinha de terra. Compara o tamanho do caixote acoplado ao trator com a sala de sua casa, contava com oito pneus e carregava areia molhada. “Descia de ré, voltava, dava até sono. Se eu acelerasse um pouquinho, os fiscal da CESP dava sinal para ir devagar. Eu ía até de bracinho cruzado assim, porque trator de esteira não esterça. Ficava o dia inteiro compactando.”

De acordo com Pereira, muito tempo depois, quando funcionários da Prefeitura de Iepê foram instalar obstáculos na rua, precisaram utilizar um equipamento para perfurar o asfalto resistente, devido a forma como a terra foi compactada. “O piso que foi feito nessas casas aí [aponta para a vila em frente] teve gente que foi cavucá e não conseguiu. Foi apenas passado o rolo em cima, não tem nada, só argila mesmo.” O operador de máquinas foi o primeiro morador da Vila Paraná que, na época, na Via 7, contava apenas com três casas

³ O termo utilizado por Pereira provavelmente se refere ao verbo escarificar, que significa cortar superficialmente.

construídas. Sob a ótica de Pereira, sua instalação na vila foi uma forma que a empresa encontrou de diminuir gastos, visto que pagava o aluguel da residência em que sua família morava, no município de São Roque, e também arcava com as despesas de sua hospedagem em Iepê, no hotel Iepê, de propriedade da Maria Salem.

Avisaram ao operador que, no dia seguinte, pegariam um caminhão e levariam ajudantes para buscar sua mudança. Pereira estava trabalhando quando foi informado por companheiros que seus pertences, assim como sua família, já estava instalada na Vila Paraná. Depois do trabalho, “invés de apear lá embaixo, no Bar do Marinho, eu parei aqui [na vila]”. Ele lembra também que durante o dia havia chovido e que havia muita lama no local, um agravante somado ao fato da esposa ser jovem e não ter experiência com mudanças. Precisou da ajuda de colegas para colocar os móveis para dentro da casa e somente depois, tarde da noite, desceu ao hotel para buscar sua bagagem. “Foi duro. Foi sofrimento.”

Além de pagar a estadia de funcionários no Hotel Iepê, de acordo com o entrevistado, a empreiteira fornecia alimentação, que podia ser marmitex retirado no refeitório da barragem ou jantar no bar do Armando Cavichioli. Já o Bar do Marinho se transformou de ponto de saída e chegada para o trabalho em ponto de encontro dos barrageiros. “Quando a gente não tava trabalhando, sábado e domingo, a gente ficava direto no Bar do Marinho. Tinha mesa de esnuque, tudo ali. Nós não conhecia ninguém aqui. Não tinha nenhum conhecimento, de ninguém. Só nós que vinha de fora.”

Vale ressaltar que, provavelmente como outros barrageiros, Pereira nunca tinha ouvido falar no nome de Iepê. Disse que estava trabalhando em Carlópolis (PR) quando seu encarregado o orientou a seguir até o escritório da CBPO em Chavantes para tratar sobre sua transferência para a usina de Capivara. Lembra de ter feito a seguinte pergunta: “onde fica isso?” e se recorda também da resposta com a seguinte explicação:

Você chega como quem vai para Rancharia, chama estrada de Troncão. Lá tem um restaurante, tem tudo. Você apeia ali e pergunta qual o ônibus que vai para o Iepê, um que vem de Rancharia. Nem sabia que era Rancharia. Não conhecia nada para cá. Fiquei meio bobão ali, olhando. Entrei dentro do restaurante e perguntei para um garçom lá, escuta onde fica o tal de Iepê. Ele falou ‘tá indo para lá?’ eu disse eu tô e disse ‘ih, vai arrepender’. Falei ‘meu Deus do céu’. Pensei de querer voltar do Troncão. Daí o rapaz falou: ‘É uma cidadezinha que tem. Mas, o senhor vai ver a cidade quando tiver entrando na cidade, que lá de cima não enxerga’. Não enxergava mesmo, né! Era só lá embaixo. Era só ali do ginásio para baixo, porque prá cá não tinha nada. Falei ‘meu Deus do céu! Para onde eu vou agora!’. Aí veio o ônibus de Rancharia, tudo velho. Daí vim e [quando cheguei] perguntei para o cobrador: ‘esse ônibus sobe lá prá cima?’. Ele disse que não, ia até a Rua São Paulo. O ponto era perto do Bar do Armando. (PEREIRA, 2014).

Ao desembarcar na cidade, Pereira disse que continuou olhando para todos os lados e entrou no bar, perguntando ao próprio proprietário, Armando, onde ficavam os barrageiros que haviam chegado para o início da construção da usina Capivara. Ele respondeu que havia um “encarregado gordo”, que era exatamente quem o operador de máquinas procurava, João Navarro, com o qual havia trabalhado por muitos anos. Antes de encontrá-lo, porém, Pereira seguiu até o Hotel Iepê com um menino designado por Armando para levá-lo. Deixou as malas e voltou para o bar, onde esperou por Navarro. Esse, ao chegar, chamou-lhe a atenção, pois o esperava no dia anterior.

Na manhã seguinte a sua chegada, seguiu para a barragem de caminhonete com Navarro. Ao chegar já foi lhe apresentada a máquina com a qual trabalharia e o encarregado lhe avisou que apenas ele era o operador com experiência, os demais eram pessoas da cidade, “porque não tinha outra [turma]”. Pereira e o grupo seria responsável em fazer a limpeza do terreno para a construção de benfeitorias, como escritório, oficina, laboratório e somente depois chegariam os carpinteiros. “Fiquei ali, quatro meses só para fazer limpeza. Não tinha casa, não tinha nada.”

Curioso, o novo funcionário quis saber onde seria construída a barragem, pois não via água ao redor. O encarregado apontou o local e disse que o Rio Paranapanema passava lá embaixo, entre grandes barrancos, onde seria feito um aterro. “Essa represa você olhava e não via nada, era só da largura dessa rua que era o ‘Panema’, que descia. Era estreito mesmo. Tinha lugar que era fundo, mas era estreito.” Ao se aproximar mais do rio, Pereira contou que percebeu uma forte correnteza, com muitas pedras. “Agora se você vê a fundura que está lá nas comportas, chega a 70 metros”, comentou.

Pereira contou que o Rio Laranja Doce, que passa pelo município de Nantes, também era estreito e que, com o represamento de Capivara, o pilar central de sustentação da ponte alcançou 80 metros de altura, sendo que 60 metros foram cobertos por água. “Quem olha da ponte pensa que é rasiho, mas caiu lá já era”, advertiu. Contou que, ao chegar nessa ponte, olhando para a direita, é possível ver um barranco de pedras, de onde eram retirados materiais para utilização em serviços da barragem. Nas pontes existentes entre Iepê e Gardênia, que é distrito de Rancharia, Pereira disse que é possível observar, nas cabeceiras, paredões de pedras, que protegem a terra compactada pelo grupo de trabalho do operador de máquinas. Isso significa que o mesmo grupo que construiu Capivara foi responsável por obras de infratestrutura e compensação promovidas pela CESP.

Com a conclusão desses trabalhos, Pereira iniciou a limpeza das margens do Rio Paranapanema. De trator partiu da margem paranaense, por Alvorada do Sul, até Florínea (SP), e voltou para a barragem pela margem paulista. Sua missão, que durou seis meses, era empurrar mato, árvores, paus, toras, cercas, enfim, tudo que se encontrasse no caminho demarcado anteriormente pelos topógrafos com pequenos postes quadrados fincados no chão. Inclusive, segundo ele, fazendeiros de outras localidades recolhiam as toras com caminhões e as levavam, visto que a CESP não fazia a remoção desse material.

Mas, em alguns momentos, segundo Pereira, o contato com fazendeiros foi conturbado. Em uma grande propriedade localizada em Iepê, o operador de máquinas e seu ajudante, que cumpria a função de sinaleiro, foram recebidos por pessoas armadas e com cães, que os aguardavam na entrada da fazenda com a intenção de interromper os serviços. Pereira foi informado que lá não entrariam e que há muito estavam sendo “marcados”. Ele, por sua vez, respondeu que não forçaria a entrada e que não brigaria, pois estava lá por ordens superiores. Era por volta de meia-noite quando encostou o trator na divisa da fazenda e disse sobre todos os procedimentos que fazia, desde a retirada da chave, a anotação das horas trabalhadas, da quilometragem e da quantidade de combustível no tanque. Ao retornar à cidade, seguiu até a central de rádio amador, onde hoje funciona a Secretaria Municipal de Educação, e comunicou a CESP sobre os fatos. Como resposta ouviu que o fazendeiro teria que pagar as horas paradas até a resolução do embate.

Ao amanhecer, superiores pegaram Pereira em sua casa e foram até o local, onde informaram o proprietário sobre os custos da medida e que, inclusive, a CESP voltaria atrás da intenção de pagar pelas terras, que seriam desapropriadas sem indenização. As partes envolvidas seguiram para Presidente Prudente, enquanto o operador de máquinas voltou para casa, aguardando as próximas orientações. Alguns dias depois, Pereira foi avisado que voltaria ao local para executar a limpeza, que teria aumentado 20 metros além da marcação anterior. “Atravessei ali tudo. Quando cheguei no tanque de peixe fui só enfiando o trator e empurrando todo aquele concreto para cima. A turma da fazenda até caía tentando pegar os peixes. Tomaram o porre.”

Nos pequenos sítios, os proprietários eram avisados previamente sobre a chegada da água e orientados a escolher um local alto, além das estacas, para a construção de casas, e cabia a Pereira, quando chegava ao local, fazer o nivelamento do terreno. “No prazo de uma semana já estava pronta a casinha deles, bem feitinhas. Os cara ficava tudo contente”,

comentou. Nas propriedades que tinham plantação, como de feijão e milho, os donos eram comunicados sobre a limpeza e ele contou que, quando chegava, os moradores saíam correndo, tentando salvar um pouco da produção. “Coitado dos homens, vinha correndo, rancando aqueles feijão, jogando de lado. Dizia que não precisava correr, que parava e esperava eles tirar.”

De seu ponto de vista, quem sofria mais no desempenho da função era o sinaleiro, que tinha que, sozinho, se embrenhar no meio do mato, à noite, com uma lanterna alimentada à bateria, para encontrar as estacas que apontavam o trecho a ser limpo e ficar iluminando-as. Era esse ajudante que, durante o dia, enquanto o operador almoçava, nivelava a terra para os sitiantes que, agradecidos pelo que achavam ser um favor, lhes davam frango, feijão, leitoa e outros alimentos, que eram divididos com outros companheiros. “Era gostoso trabalhar ali. Ganhava muita coisa e ganhei amizade com tudo esses sitiantes também, porque tratava tudo eles bem, né”, contou Pereira.

Apesar das amizades, o entrevistado disse que não gostava da cidade e a decisão em fixar residência em Iepê se deu pelo fato de os filhos estarem estudando e gostando da escola e dos amigos. “Todo lugar que trabalhei tive a oportunidade de levar minha família, mas pensei que era melhor me virar sozinho e deixá-los bem.” O operador de máquinas ficava ainda mais tranquilo por saber que um fiscal passava toda semana nas residências para saber como estavam, se havia alguém doente, se precisavam de alguma ajuda, se tinham alguma necessidade e tudo era avisado ao funcionário, via rádio. “Estava nesse mundão aí, mas o radinho estava comigo direto. Trabalhava mais tranquilo. Se o trator desse problema, em cinco minutos chegava o mecânico. Notícia de parente, recebia trabalhando.”

Depois de Capivara, ainda contratado pela CPBO, Pereira foi transferido para Londrina (PR), onde trabalhou na mudança da estrada de ferro, com a retirada dos trilhos do centro da cidade e na sua reinstalação na periferia. De Londrina, já aposentado por tempo de serviço, o barrageiro seguiu para Mococa (SP), onde passou a realizar pequenos reparos. No entanto, pouco tempo depois, já cansado das mudanças, resolveu voltar para Iepê, onde permanece até os dias atuais.

6.7.1 Condições de produção da entrevista

Era comum para a pesquisadora, há anos, ver Pereira sentado na área de sua residência, fumando. Sua história era desconhecida e seu nome foi apontado para a pesquisa por conhecidos e por outros entrevistados. A primeira conversa ocorreu em uma terça-feira, de forma muito amistosa, e o encontro marcado já para a manhã seguinte. No dia 13 de agosto de 2014, às 10h, sob forte chuva, a entrevistadora chegou à residência de Pereira que, muito sorridente, a convidou para entrar na sala. Naquele dia, devido ao compromisso assumido, o entrevistado teria que preparar o próprio almoço, já que não pôde acompanhar a esposa em um passeio.

No início da entrevista, Pereira demonstrou insegurança em falar e questionou se a pesquisadora faria as perguntas. No entanto, pouco tempo depois, demonstrou que o ato de recordar lhe agradava e se sentiu à vontade para contar sobre sua vida na barragem e suas histórias. Essa foi a entrevista com maior duração, com cerca de duas horas.

Aposentado após várias décadas de vida movimentada pelas mudanças exigidas pelas barragens e pela puxada rotina de trabalho, Pereira se encaixa no perfil traçado por Bosi (1994, p.63), de que, na sociedade atual, o homem ativo, independentemente da sua idade, se ocupa menos em lembrar, pouco exercitando a atividade da memória, “ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado”.

Pereira lembrou os tempos de trabalho na barragem com alegria e, ao conversar, parecia reviver as cenas, tamanho seu entusiasmo e detalhes. Talvez o estereótipo do barrageiro, que passa por muitas cidades, cultiva amizades, tem muitas histórias para contar, conhece os mecanismos e processos não apenas técnicos, mas também sociais das empreitas. Enfim, sabia seu lugar e se sentia integrado ao processo. “Era uma época boa. A vida era outra. Quando aposentei ficava doido para ir trabalhar”, comentou.

O aposentado pôde acrescentar informações relevantes sobre o processo para a construção da usina, o contato com proprietários rurais, com os companheiros de trabalho. Sua contribuição também se refere à forma de vida dos barrageiros, que levou desde o primeiro trabalho até a aposentadoria. Ao contrário dos demais, Pereira não apenas se lembra de trabalhadores mortos em decorrência de acidentes de trabalho, como, infelizmente, se envolveu diretamente em duas ocorrências que resultaram em mortes.

6.8 NELSON PIRES DA CRUZ

A barragem de Capivara foi o primeiro trabalho de Nelson Pires da Cruz. Nascido em 15 de maio de 1947, começou a trabalhar na usina contratado pela CBPO. Permaneceu no local por sete anos e oito meses, de 20 de junho de 1968 a 13 de novembro de 1975. É o entrevistado com família mais numerosa. São oito filhos e a esposa.

Começou a trabalhar na construção da usina como ajudante, mas em quatro meses passou a apontador, que era responsável pelas anotações referentes a maquinário, material e pessoal. Disse que, quando chegou, o canteiro de obras não contava com edificações, pois ainda estavam sendo construídos escritório, refeitório, alojamento. Cruz afirmou que a obra absorveu muitos trabalhadores de cidades da região, como Iepê, Nantes, Taciba, Rancharia, Florestópolis, Porecatu, e que aqueles que chegaram transferidos de outras regiões eram em menor número.

Trabalhar à noite foi a maior dificuldade que considerou ter enfrentado na barragem de Capivara. “Trocava de turno. Trabalhava uma semana de dia e outra semana de noite, das 18h às 7h. Com frio e geada tinha que ficar no relento”, comentou. O aposentado lembrou que era difícil acostumar o corpo com o horário de trabalho, pois quando estava se adaptando, trocava de turno e a situação tornava a se repetir. Um irmão de Cruz e um cunhado também trabalharam por alguns meses em Capivara, mas não prosseguiram como barrageiros.

Quando se desligou, a usina estava praticamente concluída, faltando apenas a montagem de uma ou duas das quatro turbinas. De Capivara foi transferido para a barragem de Foz do Areia. Trabalhou para a CBPO até depois do ano 2000, quando a empresa começou a ser vendida para a Odebrecht e fechava contratos a partir de consórcios com outras firmas. Depois passou para outra empreiteira, mas não trabalhava na construção de barragens. Ocupou os cargos de auxiliar de posto, auxiliar técnico, feitor de apontadoria e aposentou-se como auxiliar de pessoal.

6.8.1 Condições de produção da entrevista

A entrevista com Cruz ocorreu na tarde do dia 14 de agosto de 2014 e foi marcada no dia anterior, quarta-feira. Com um lado do corpo paralisado em decorrência de um AVC, o entrevistado apresenta dificuldades para se expressar e se mostra abatido, apesar de se considerar bem. A conversa foi assistida pela esposa, Marta, que por diversas vezes o

ajudou a se lembrar de datas, nomes e acontecimentos. Ela e os filhos sempre se mudaram com o barrageiro e fixaram residência em Iepê, cidade natal de ambos, um pouco antes de sua aposentadoria.

Apesar de se mostrar receptivo em contribuir com a entrevista, Cruz é uma pessoa tímida, de poucas palavras. Em momento algum se mostrou emotivo ou com saudades de seu tempo como barrageiro. Seus comentários demonstram que o que permaneceu de sua passagem por Capivara foi uma experiência estritamente profissional.

6.9 MAURÍLIO ALCIDES FERREIRA

Nascido em 23 de julho de 1943, Maurílio Alcides Ferreira trabalhou na barragem de Capivara de 1º de fevereiro de 1973 a 1977. Na metade desse tempo desempenhou a função de encanador pela CBPO e, na outra metade, passou a mecânico de manutenção, contratado pela Tenenge, quando se voltou, principalmente, ao setor de refrigeração.

Para ir para Capivara, Ferreira se desligou do extinto SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Iepê, ligado à prefeitura, onde era encanador. Foi quando trabalhava no órgão municipal que houve o registro da instalação do primeiro medidor de água na cidade, que ele mesmo buscou em Londrina para instalar. Ferreira se lembrou que, quando chegou na barragem, estava sendo construída a tomada d'água e haviam muitos guindastes, mas seu trabalho foi na Central de Concreto. O ex-funcionário ainda se recordou do número de seu registro, que era 1573. “Quando eu entrei, em 73, já tinha sido registrado esse tanto de funcionário, mas depois foram mais”, pontuou.

Segundo Ferreira, o canteiro de obras era praticamente uma cidade, devido ao grande número de trabalhadores. Disse, inclusive, que o total de habitantes na cidade possa ter se aproximado dos 20 mil, enquanto a prefeitura, a principal empregadora da cidade na época, contava com 100 funcionários. A comparação é válida, de acordo com ele, para demonstrar a grandeza da obra de uma barragem. Outro ponto que chamava a atenção do trabalhador era o salário. “Na prefeitura recebia 420 e lá, no primeiro mês, saiu 930. Mais que dobrou. Eles davam casa, tudo.”

Depois de Capivara, Ferreira seguiu para Foz do Areia, como contratado da CBPO. Em seguida, foi para Mococa (SP) e, de lá, para a barragem de Taquaruçu (SP),

também no Rio Paranapanema. Na maioria desse tempo disse que foi emprestado das empresas pela CESP e desempenhou diferentes funções. Enquanto esteve fora, optou por deixar esposa e filhas em Iepê, pois considerava que, como todos se conheciam e a cidade era sossegada, poderiam ser melhores amparadas em caso de necessidades.

6.9.1 Condições de produção da entrevista

O encontro com Ferreira se deu a partir do intermédio de sua sobrinha Bernadete, funcionária do MAI. Foi ela quem se lembrou do tio do marido e serviu de elo entre as partes. Obteve a resposta de Ferreira de que gostaria de falar sobre seu período de trabalho em Capivara e aguardou o retorno sobre a melhor data.

A entrevista demorou cerca de duas semanas para ser marcada porque o entrevistado gostaria de encontrar fotografias tiradas na barragem, mas sem êxito. A pesquisadora foi informada no final da manhã do dia 19 de agosto (Dia Mundial da Fotografia) que Ferreira estaria disponível no período da tarde. Ao chegar em sua residência era aguardada pelo entrevistado e sua esposa que, por algumas vezes, comentou sobre os fatos e ajudou o marido a se lembrar de locais e pessoas. A entrevista foi realizada na área externa da casa e durou cerca de uma hora e meia. De maneira tranquila, Ferreira se preocupou em tentar lembrar fatos mais gerais e demonstrou boa capacidade de guardar nomes.

6.10 SEBASTIÃO RIBEIRO

O barrageiro Sebastião Ribeiro nasceu em 30 de janeiro de 1952. Natural de Chavantes (SP), começou sua carreira em 1970, na Usina Hidrelétrica Volta Grande, localizada no município de Conceição das Alagoas (MG), contratado pela construtora Mendes Júnior. De lá, seguiu para a Usina Hidrelétrica de Marimbondo, na divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Chegou em Capivara em 1975 e permaneceu por pouco mais de um ano, trabalhando como operador de máquinas, contratado pela CPBO. Desde então passou a conhecer o Brasil, por conta das barragens pelas quais passou. Apesar de estar aposentado há 18 anos, não tem previsão de quando vai parar. “Só Deus é que sabe”, disse Tatão, como é conhecido.

Na barragem de Capivara trabalhava com trator de esteira e patrol, em escavações de rocha e lançamento de concreto. Explicou que desempenhava o mesmo serviço em outras usinas mas, como os projetos variavam, em cada uma eram exigidas habilidades

diferentes. Quando trabalhou na barragem, morou na Vila Paraná, onde reside atualmente, no entanto, em outra rua.

Em sua trajetória profissional, Ribeiro começou como operador de máquinas, feitor, encarregado, encarregado de laboratório, técnico de laboratório, encarregado geral de obras e, atualmente, ocupa o cargo de encarregado geral. Trabalhou por mais tempo nas barragens de Tucuruí, no Pará, e Itaipu, no Paraná, onde permaneceu, respectivamente, oito anos e quatro anos. Esteve também na Usina Hidrelétrica do Xingó, localizada entre os estados de Alagoas e Sergipe. Deixou de levar a família quando os dois filhos começaram a estudar o ensino médio. Desde então, seus entes se fixaram em Iepê, terra natal da esposa Suserli, que conheceu e se casou quando ainda estava em Capivara. “Chama-nos a atenção com igual força a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas.” (BOSI, 1994, p.415).

6.10.1 Condições de produção da entrevista

A pesquisa teve como objetivo ouvir relatos de ex-trabalhadores da usina de Capivara que ainda moram no município de Iepê e que, de certa maneira, são partes da herança deixada pelo empreendimento. Em um primeiro momento, Ribeiro não se encaixaria nesse perfil previamente traçado, pois não está na cidade definitivamente, visto que continua trabalhando como barrageiro.

É essa permanência no mercado de trabalho que se mostrou interessante para a pesquisa, uma vez que poderia enriquecê-la com suas lembranças e experiência, traçando comparativos entre as possíveis mudanças no processo de construção. Sem dúvida, este entrevistado proporcionou um mergulho mais profundo nas águas da barragem, pois seu ângulo de visão ainda ocorre de dentro para fora, ao contrário dos demais.

Vale ressaltar que a escolha por Ribeiro não se deu por falta de opções, pois a lista de possíveis entrevistados foi composta por 20 nomes, como forma de se trabalhar mesmo se houvesse necessidade de substituir alguém por motivo de força maior, como no caso de Matavelli (falecido dias antes da entrevista), até a conclusão das 10 entrevistas previstas. Entre os 20 nomes, constava o de Jacir Leão, que faleceu no mês de setembro de 2014.

7 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO GATILHO DA MEMÓRIA

Após a entrevista e levantamento de dados com os trabalhadores sobre o período em que estiveram na usina de Capivara, sem suporte imagético, a etapa seguinte consistiu na aplicação metodológica, com exposição do portfólio. As 10 imagens foram numeradas e apresentadas uma a uma aos entrevistados, com o objetivo de que fossem concluídas as lembranças evocadas, sem uma possível ansiedade causada para se chegar à imagem seguinte. A ordem de numeração será mantida e, em cada tópico, será apresentada a fotografia e os motivos que contribuíram para sua seleção. A seguir, são relatadas as principais narrativas, de acordo com a análise dos trabalhadores.

7.1 IMAGEM UM

O portfólio é aberto por uma fotografia aérea da barragem, provavelmente produzida em 1974, pois foi publicada na página 7 do relatório elaborado pela CESP a respeito do andamento das obras em Capivara naquele ano. Apresenta plano aberto, que valoriza o ambiente em detrimento do sujeito e, por esse motivo, foi escolhida, pois imaginávamos que, ao mostrar o todo, suscitaria muitas informações, mas isso não ocorreu. De maneira geral, o funcionário não conseguiu se situar, pois não tinha a visão aérea do local. Uma explicação possível é que, apesar da obra ser macro, a percepção de cada um era micro e ainda variava de acordo com o seu campo de atuação. Vale destacar também que, com exceção da tomada d'água, as demais construções ainda estavam em andamento e partes significativas foram transformadas e, outras, cobertas pelo rio.

Figura 1 – Imagem aérea do canteiro de obras da usina de Capivara



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

Dos dez entrevistados, oito afirmaram dificuldades para identificar o estágio da obra e o local aproximado do seu posto de trabalho ou do percurso exigido pela demanda de seus afazeres dentro do canteiro de obras. Azevedo afirma que, quando começou a trabalhar, a construção estava mais avançada, visto que não havia grandes trechos recebendo terraplanagem. Ele entrou na barragem no final de 1975 e, de certa forma, sua constatação reforça a data de produção da fotografia, 1974.

Antes de ver o portfólio, Ramos se mostrou apreensivo se conseguiria se lembrar de alguma coisa. Depois de um tempo de observação da imagem um, apontou na fotografia o possível local onde trabalhou na produção de blocos de concreto e onde provavelmente funcionava a oficina central. Lembrou-se que pediu transferência da Central de Concreto para a oficina para aprender mais, pois considerava que estava profissionalmente estagnado. Disse que na oficina aprendeu a ler desenho industrial e fabricar peças, trabalhos que desempenha até os dias atuais. Após alguns minutos faz nova consideração sobre o local da oficina. “Não estou conseguindo me localizar.” Ramos se recordou, portanto, que nessa

fase da construção havia o pessoal que trabalhava no chamado “buracão”, onde seriam instaladas as turbinas para a geração de energia.

Souza se esforçou para entender a imagem e apontou para o desvio do rio. No entanto, se voltou para lembranças que não estão representadas, como a montagem de quatro plataformas para a realização do desvio. Parecia procurar as comportas para se situar e recordou-se que as obras de fundação dessa área alcançaram 14 metros de profundidade até chegar na rocha pura, perfurada por ferro “quarentão”, ou seja, de 40 milímetros de espessura.

Os movimentos de Silva para tentar enxergar e entender a imagem chamou a atenção, pois a aproximava dos olhos, a afastava, se virava, procurava luz para clareá-la, mas sem sucesso. Afirmou não ter lembrança. Após alguns segundos de atenção mostrou as estradas de terra que cruzavam a fotografia e contou que, naquele tempo, o caminho de Iepê até a barragem não era asfaltado e que os veículos com trabalhadores seguiam pelo sítio do senhor Lázaro Braga, no Jaguaretê, passavam em Nantes e, de lá, prosseguiram até a barragem.

A estrada com uma grande curva o levou a considerar que seria o local onde houve um acidente de trânsito que vitimou dois jovens de Iepê, “o irmão do João Mucuta e o filho do Joaquim Vitrola”. Ele se lembrou que o acidente aconteceu logo que começaram as obras de asfaltamento da via, onde nos dias atuais há um mato, ao lado esquerdo da pista para quem segue no sentido do Paraná. Tempos depois, nas proximidades, foi registrado outro acidente fatal. Dessa vez a vítima foi uma jovem, filha do Freitas, policial aposentado de Iepê.

Apesar de ter afirmado que quando chegou em Capivara as obras estavam menos adiantadas que na fotografia, Ferreira disse que quase não ia “lá para baixo”, tendo em vista que trabalhou por mais tempo na Central de Concreto, que era mais distante da barragem. No entanto, a imagem evocou também em Ferreira uma lembrança que não está registrada, de Porto Capim, onde havia a balsa que fazia a ligação entre os estados. “O balseiro era conhecido por Beijo e está vivo ainda, com 100 anos ou mais. Ele mora em um sítio nas proximidades da barragem.”

Pereira e Cruz mostraram o local de onde possivelmente os caminhões retiravam terra para os aterros da barragem. “Se parecesse a ponte aqui era mais fácil, né! [Fotografia] tirada de cima é ruim, viu!”, reclamou Pereira. Segundo ele, a estrada curva, lembrou o caminho percorrido para o transporte de terra. Já Gerônimo disse não entender a

imagem, principalmente porque o rio já estava passando por baixo da barragem, ou seja, pela tomada d'água.

Ao receber a fotografia em mãos e, após alguns segundos de análise, Ribeiro perguntou se haviam outras imagens e se todas estavam em branco e preto. Com a resposta afirmativa, deixou seu assento e se aproximou da pesquisadora. Contou que ajudou na construção do empreendimento até aquele ponto e que as obras encontravam-se em estado adiantado, pois era possível perceber que o rio não estava desviado, mas seguindo seu curso, passando pela tomada d'água. Mostrou as obras de concreto, a barragem de terra, a subestação de energia, e as estradas de serviços, que cortavam todo o canteiro de obras, para trânsito interno do maquinário. “Isso aqui, minha filha, eu trabalhei muito aqui. Entrava cinco da tarde e saía no outro dia, às 6h da manhã. Era a noite inteira.”

Fitou a imagem por mais alguns segundos, fazendo sinal positivo com a cabeça e confirmou as lembranças. “É isso mesmo.” Ao ser questionado sobre o que sentia ao ver a fotografia, responde rapidamente: “Dá saudade. [Barragem] é o sangue do cara.” Ribeiro explicou também que os trabalhadores da terraplanagem são os primeiros que chegam e os primeiros que deixam a usina.

Outro entrevistado que afirmou ter se lembrado da fase na qual a construção se encontrava foi Almeida. Com olhar fixo, apontou para o aterro coberto com pedras e lembrou-se de um acidente fatal, envolvendo o marido da Dona Ana, que anos mais tarde casou-se com o Nestor, da borracharia. E é como Dona Ana de “seo” Nestor que ela ficou conhecida na cidade. Almeida contou:

Foi nesta ponta com corte de pedra que o marido da Dona Ana sofreu o acidente. Subi esse barranco e, cinco minutos depois, ele foi fazer o mesmo trajeto e uma pedra se soltou e o atingiu. A pedra estava solta e ninguém percebeu, rolou e matou ele lá embaixo. Ele ía buscar um corote de água para o pessoal. A gente tinha um barraco da manutenção [aponta o local], embaixo do corte de pedra. Tinha uma escada de madeira para subir para a oficina central. (ALMEIDA, 2014).

O ex-barrageiro apontou na fotografia também o local onde havia um britador, equipamento que transformava pedras brutas em menores e uniformes, de acordo com a necessidade da construção, como brita 1, brita 2 e brita 3. “Estive lá há pouco tempo e não existe mais nada. É tudo capim.”

Ele mostrou também que a tomada d'água estava pronta e que é a responsável pelo fluxo de água que entra na casa de máquinas. “Eu vi aqui [mostra na

imagem] fazendo limpeza na pedra para poder fazer o aterro, para começar a lançar a primeira terra. A raiz da obra. Vi o fundo do rio.” O ex-barrageiro recordou-se do processo para fechar as minas existentes no fundo do rio. Segundo ele, no meio do aterro é montado um filtro de brita e areia, de forma que todas as minas sejam canalizadas na brita e, depois, sigam por ladrões que soltam a água proveniente delas de volta para o rio. O filtro é alto, tem mais de um metro de largura e são construídos para que essas minas não amoleçam a terra compactada do aterro.

“É muito interessante. Você precisa ver como é o fundo do rio. Tem várias minas, não só onde ele nasce. Elas ajudam a abastecer o rio e manter o fluxo de água”, explicou Almeida, que pareceu entusiasmado com a antiga descoberta e satisfeito em poder contar sobre sua experiência. Ele lembrou-se também que os peixes tentavam subir o rio:

Você precisa de ver que judiação. Eles [os peixes] saltavam naquele pouco de água que saía do concreto, que era alto assim [mostra], não conseguiam nadar e caíam de volta. O pessoal pegava peixe com a mão. Dourado desse tamanho assim [mostra]. Você precisa ver que lindo que era. A quantidade de peixe que tinha aqui. Quando fechou o canal da tomada d’água secou esse rio. Secou assim, não passava água por aqui para poder construir a Casa de Força. Quando eles terminaram de fechar as comportas da tomada d’água para terminar de construir os túneis de água até chegar na Casa de Força, na sala das máquinas, a água já ficou passando pelo vertedouro. Quando a água passou pelo vertedouro, que os peixes não conseguiam mais migrar por aqui, para subir o rio, a passagem de peixes aqui acabou. Os peixes que estavam para baixo ficaram para baixo, os peixes que estavam para cima ficaram para cima. Daí foi aonde a CESP começou a jogar muito peixe aqui, muito, muito, muito peixe, de diferentes qualidades, dentro da represa, porque o peixe não conseguia mais subir. O defeito de uma barragem pro nosso ecossistema é que os peixes não conseguem mais passar pra desovar. Em barragens mais modernas têm as escadas para passar. Capivara não tem. (ALMEIDA, 2014).

Ao citar algumas usinas mais modernas, que contam com escadas para peixes e eclusas, Almeida comentou que Capivara possui quatro turbinas e, nesse momento, lembrou-se de dividir outra descoberta da época em que ingressou na barragem. Ele questionou a pesquisadora como essa pensava ser o giro da turbina e já respondeu: “Você pensa que é uma velocidade altíssima, né. Mas correndo em volta dela, você acompanha ela girando, são 140 rpm [rotações por minuto]. É uma rotação baixíssima.”

7.2 IMAGEM DOIS

Observado por uma dezena de pessoas, um operador de máquinas empurra pedras por uma espécie de ponte. Essa é a segunda fotografia que compõe o portfólio. Ela foi retirada da página 5 do relatório da CESP, referente ao ano de 1974, e abre um tópico que

abordou as obras de desvio de segunda fase do rio para construção da barragem. A imagem foi escolhida por apresentar movimento das pedras, que soltam poeira ao serem arrastadas, com uma indicação de trabalho pesado. Há água dos dois lados do veículo e, ao fundo, além dos observadores que estão à direita, se vê veículos da época. Pelo menos, quatro grandes guindastes sobre o barranco localizado às margens do rio indiciam a existência de um canteiro de obras. A intenção foi mostrar o trabalho da barragem da água, propriamente dito que, ao final, representa todo o objetivo do empreendimento.

Figura 2 – Trator realiza obras do desvio de segunda fase do rio Paranapanema



Fotografia: Autor desconhecido

Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

Ao tomar a imagem e analisá-la por alguns segundos, Pereira logo afirmou: “essa aqui dá para entender”. Como operador de máquinas, explicou que aquele era um enrocamento de pedras e que, olhando, podia parecer que o trator estava em nível, no entanto, se encontrava em desnível, ou seja, em uma descida. Ele calculou também a distância da máquina até a saída localizada para trás, ou acima na fotografia, em cerca de 30 metros. “Às vezes pode ser até eu que estou aqui”, falou rindo. De acordo com o ex-barrageiro, a lâmina

desse tipo de máquina tinha seis metros de comprimento por um e sessenta de altura. “É um D8 ou D9 da Caterpillar. Era um desses que eu trabalhava fazendo limpeza.”

Pereira encontrou na cabine outro ponto que pode indicá-lo como o operador do trator de esteira da fotografia. Contou que, quando a “Leon” mandou essas máquinas para São Paulo, elas não tinham cabine. “Essa cabine [mostra na imagem] foi feita por mecânicos da CBPO, mas você trabalhava uma semana empurrando pedras e, por causa da trepidação, ficava tudo ‘jambrado’ na cabeça da gente.” Quando a cabine chegava nessa condição, Pereira contou que a arrancava e empurrava para fora, o que se repetia, praticamente, todas as semanas. “Só depois que a Caterpillar mandou umas cabines que tinha amortecedores embaixo. Daí não acabava.”

A reação de Ribeiro também foi imediata. Ao ver a fotografia disparou que tinha trabalhado com uma máquina daquela. “Trator de esteira chama essa. Está empurrando pedra na beira do rio.” Recordou-se que operava uma máquina semelhante à da imagem, para ele uma D7 ou D8, quando assistiu a um acidente fatal envolvendo um jovem morador de Iepê:

Quando o Valdemarzinho morreu foi um guincho desse aqui, tá vendo? [mostra um guindaste localizado na parte superior da imagem]. Escapuliu isso aqui e caiu em cima dos ferros. Para você fazer concreto, para ter uma noção de como é a situação [pediu licença e começou a desenhar] vai se armando a ferragem e vira um emaranhado de ferro. Ele caiu assim, ele e mais um cara. Estava a uma distância daqui naquela casa [aponta para cerca de 15 metros]. Eu estava trabalhando com um trator desse aqui, fazendo uma pista para o pai do Tucura [Ramos], que mexia com concreto, carpintaria. Estava fazendo um acessozinho para ele. O Valdemarzinho era jovem, devia ter 20 e poucos anos. (RIBEIRO, 2014).

Voltou a observar a fotografia e confirmou sua informação de que o trator estava empurrando pedra para fazer uma ensecadeira na beira do rio. Olhou por mais alguns instantes e, demonstrando interesse, perguntou: “Menina, onde você conseguiu essas fotos?” Lembrou-se que João Vitor [Pereira] também trabalhou com um trator semelhante e que esteve em Capivara do começo ao fim das obras. “Tem um serviço lá, passando a barragem, que chama-se ‘rip-rap’, com pedra, que foi quase todo ele [Pereira] que fez.”

Para Ferreira, a imagem (Figura 2) foi capturada antes da imagem um do portfólio. Pelo seu ponto de vista, seria a montagem das ensecadeiras, quando teve início o fechamento do rio. Contou que chegou a essa conclusão, pois havia água dos dois lados. “Eles fazem esse enrocamento de pedra para proteger e não ficar infiltrando água no aterro”, explicou. As características da máquina também lhe chamaram a atenção. “Esse trator já era

hidráulico. Os mais antigos tinham cabo de aço para levantar essa lâmina. Esse era moderno, tem dois pistões hidráulicos para mover a lâmina. Esse daqui é um trator D9, fabricado pela Caterpillar do Brasil.”

O ex-barrageiro comentou que, na época da construção de Capivara, foram contratados tratoristas de Iepê, no entanto, operadores de trator de esteira vieram de fora. A informação confirma a versão de Pereira, que contou ter ouvido de seu superior que era, até o momento de sua contratação, o operador mais experiente no local.

As pedras da imagem (Figura 2) podem ter sido provenientes de uma detonação. Essa é, pelo menos, a opinião de Gerônimo. Segundo ele, era comum esse procedimento na barragem, que consistia em utilizar uma máquina matriz para perfurar um local, onde era inserido dinamite e detonado. “Em seguida, máquinas pesadas, como a ‘Tanapu’ e a 769, iam retirando tudo. Essa máquina da fotografia era potente, deve ser um D8 ou D9.” Ao ver o trator, Ramos se recordou que era um dos que mais necessitavam de manutenção.

Por sua vez, Cruz explicou que o trator de esteira estava fazendo um enrocamento de pedra, com a função de revestir e reforçar o aterro, que chega até o fundo do rio. Ele chamou a atenção para os guindastes no fundo e disse que era sinal de que estavam sendo construídas partes da usina. “Vai passando o tempo, a gente vai esquecendo”, disse em tom de lamentação.

Os guindastes atraíram também a atenção de Silva, que se mostrou surpreso. “Esta está mais certa de ser a barragem. Pessoas trabalhando, os guinchos que pegavam peças pesadas.” A referência de Souza também são os guindastes, que são, de imediato, identificados. “Vejo aqui um guindaste ‘Painer’ [Pionner] da Teneja [Tenenge], um guindaste ‘Liberrér’ e duas torres ‘Wolff’, mas falta ainda a imagem de dois guindastes ‘Painer’ [Pionner]”, concluiu Souza.

Na opinião de Ferreira, as obras estariam avançadas, tendo em vista que, no início da construção da barragem, o número de guinchos era muito maior. Ele disse que tinha, inclusive, imagens que poderiam comprovar a grande quantidade de guindastes no início da formação do canteiro de obras, mas suspeita que uma de suas filhas as tenha levado embora.

Com semblante triste, Azevedo fitou a fotografia e afirmou que aquela seria a execução de obras de terraplanagem. Também mostrou as torres. Com os olhos lacrimejantes, ainda voltados para a imagem, afirmou: “Eu banquei o besta. Eu fiquei nervoso e rasguei a foto que eu tava na máquina.” Demonstrando desconforto, Azevedo quis saber se ainda teria que ver mais imagens.

7.3 IMAGEM TRÊS

A construção de seis seis grandes pilares, com número significativo de trabalhadores, materiais no chão, veículos, terra, torre, são os elementos que compõem a fotografia três do portfólio. É possível perceber ainda que os pilares, já altos, levando-se em consideração o tamanho de um trabalhador no chão e de uma caçamba de caminhão levantada, serão aumentados. Os indícios são a caixaria ao redor dos pilares, as ferragens e os trabalhadores em cima. A fotografia se encontra na página 24 do relatório anual da CESP relativo a 1974 e abre o tópico G, com a indicação “Bacia de Inundação”.

A imagem foi escolhida justamente pela quantidade de trabalhadores e por demonstrar um processo de construção por etapa, mas contínuo. A intenção era que algum entrevistado identificasse o que estava sendo construído e o período. No entanto, apesar de atrair a atenção, a fotografia gerou dúvidas. A possível explicação é que a obra em destaque tenha ficado submersa, por isso, apenas aqueles que trabalharam diretamente na sua construção teriam a lembrança mais aproximada da realidade.

Figura 3 – Construção de obra de concreto na barragem de Capivara



Fotografia: Autor desconhecido

Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

“Isso aqui é tudo lá embaixo. Foi muito concreto. Aqui foi muito difícil trabalhar”, disse Ferreira que considerou que a imagem mostra um número reduzido de trabalhadores na obra em destaque. A fotografia o fez lembrar do acidente de trabalho que vitimou o jovem Valdemarzinho, irmão da Ordália, antiga funcionária pública municipal aposentada.

Segundo Ferreira, dois guinchos seguravam uma mesma peça e um encarregado que precisava de um guincho mandou que tirassem um, pois apenas o outro aguentaria a peça. Mas não foi o que aconteceu. A lança não suportou o peso, se dobrou e caiu. “O Zé Merquidi”, começou a contar o aposentado, quando foi interrompido pela esposa que perguntou se havia sido lá que ele havia perdido a mão. Ferreira respondeu já contando a história:

O Zé Merquidi, como era conhecido o José dos Santos Chaves, perdeu a mão. Ficou dependurado. Ele tava com uma luva e ficou dependurado. O cabo prendeu na mão dele assim [mostra com as mãos]. Ele ficou lá em cima preso pela luva. O encarregado subiu lá, cortou o cabo e tirou ele. Apenas ele que se salvou. Os outros

dois caíram com a lança, morreram. Um deles era o Valdemarzinho. Essa foto é antiga. Foi o começo lá embaixo. É da fundação. (FERREIRA, 2014).

Ribeiro, que na imagem anterior havia se lembrado do acidente com Valdemarzinho, também afirmou que a construção apresentada na imagem (Figura 3) é referente às obras de fundação da barragem de Capivara. Segundo ele, seria um levantamento de concreto, especificamente, o local por onde a água passaria. “Essa ferragem que você vê aqui [mostra no alto dos pilares] vem lá de baixo. Vai concretando e fazendo. Na obra inteirinha tem isso aqui, é uma fundação no topo rochoso”, explicou.

A produção de concreto, conforme Ribeiro, era ininterrupta, 24 horas por dia. Olhando novamente para a imagem, o entrevistado mostra as formas, que são as estruturas de madeira ao redor dos pilares. “Vai subindo o concreto devagarinho e aí vem outra equipe atrás fazendo pequenos reparos. Às vezes, as pessoas não lembram porque isso fica embaixo d’água, mas está bem legível mesmo”, encerrou.

Silva afirmou ter trabalhado em cima dos pilares em evidência e que seriam parte da tomada d’água. “É isso aqui. É a barragem mesmo. Naquele tempo devia ter 5 mil pessoas trabalhando”, comentou. Após um período de observação, Almeida perguntou se os pilares seriam da usina, pois não se recordava “desse detalhe da obra” [conta os pilares]. “Acompanhei levantar a concretagem de tudo. Primeiro foi a tomada d’água, Casa de Força, vertedouro. Em dois anos terminaram tudo isso. Talvez seja os pilares da fundação de uma construção.”

Apesar de não se recordar do “monumento” mostrado na imagem (Figura 3), Ramos falou que o resultado de seu trabalho estava presente, uma vez que as ferragens que acompanham os pilares eram soldadas. Após a ação dos soldadores, de acordo com sua explicação, os carpinteiros realizavam o fechamento dos blocos para, depois, a equipe de armação das ferragens colocar o concreto. “Para fazer essa armação de ferro dependia tudo do soldador dentro do bloco. Tinha que soldar todos os painéis de madeira para fazer os travamentos e não explodir na hora que colocasse o concreto dentro”, disse.

Após muita observação, Gerônimo disse que os pilares pareciam de uma ponte, mas provavelmente não seria, por estar fora d’água. A mesma percepção foi a de Cruz que, após mais alguns segundos de observação, concluiu que seriam os pilares do vertedouro ou da Casa de Força. “Estão subindo a armação de ferragem para concretar”, apontou.

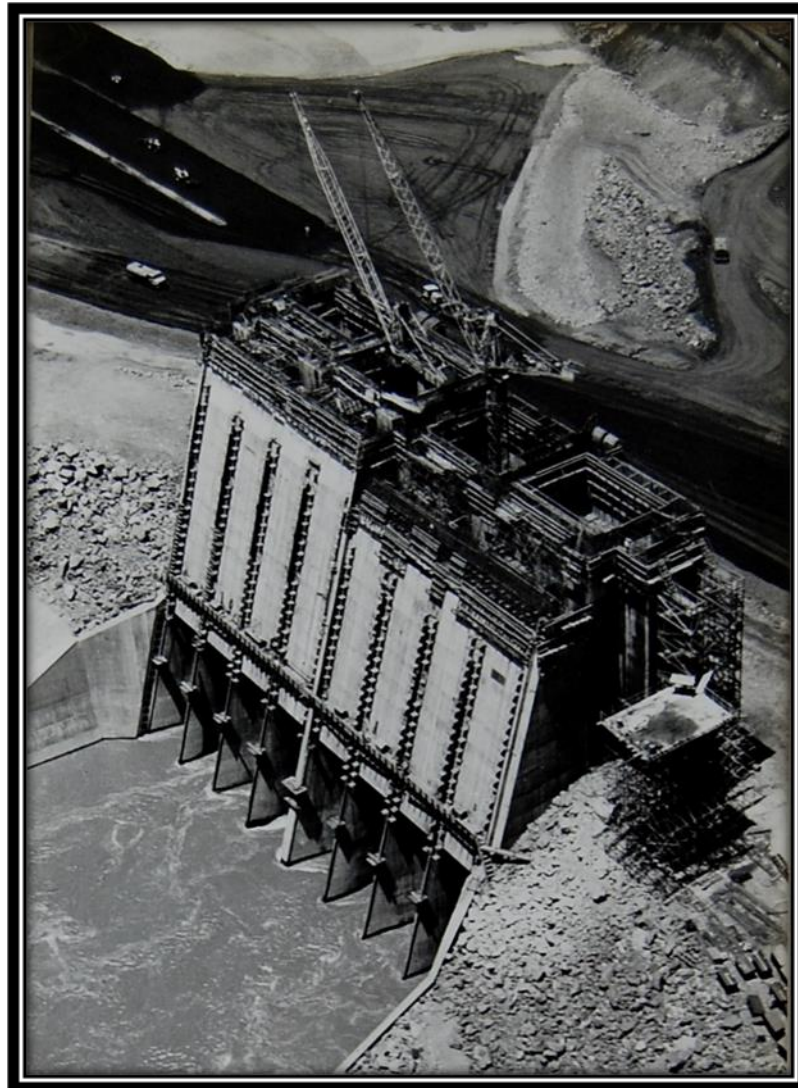
Azevedo pegou a fotografia e afirmou se lembrar “certinho”, que eram pilares do vertedouro. “Aqui era o lugar do perigo”, disse com voz receosa e já emendou: “Você vai acabar mostrando ainda a máquina que eu me acidentei.”

Ao ilustrar a abertura do tópico “Bacia de Inundação” do relatório da CESP, a imagem reforça a suposta referência às partes da barragem que seriam, após a sua conclusão, cobertas pelas águas. Não há, inclusive, na usina pronta, qualquer benfeitoria que seja parecida com a construção da imagem. A possibilidade levantada por alguns entrevistados de que seriam os pilares de uma ponte, foi logo inviabilizada pelos outros, que notaram não haver água, a distância entre cada pilar ser pequena e a existência de um suporte inferior, que não condiziria com a fundação de uma ponte.

7.4 IMAGEM QUATRO

Com paredes imponentes, a imagem quatro apresenta a construção da tomada d’água, que fica, em uma explicação geral, na parte superior da barragem principal, ou seja, à montante do rio, e no lado oposto da Casa de Força, vertedouro e subestação. Na parte inferior da fotografia é possível ver os canais para entrada de água e, na parte superior, dois grandes guindastes, além de muitas estruturas de um material que parece ser ferro. Há caminhões em movimento e estradas que cortam o solo e apresentam cores e texturas variadas. Esses elementos permitem a comparação entre o tamanho dos caminhões e as paredes da obra ou, até mesmo, entre veículos e as pedras que ladeiam a estrutura de concreto. A tomada d’água é a responsável em captar, do reservatório da barragem, a água que deve seguir até a Casa de Força, onde ficam as turbinas que, acionadas, geram energia elétrica.

Figura 4 – Vista aérea da construção da tomada d’água, na década de 1970



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

“Aqui é a tomada d’água. Ela fica bem no centro do rio. Essa é aonde a água entra pelos túneis que vão lá nas máquinas, na Casa de Força, que tá aqui embaixo”, explicou Almeida. Ele apontou também as duas torres “Wolff” e contou que uma delas pegou uma peça e o cabo de aço quebrou e matou Valdemarzinho, cujo acidente já foi citado por Ribeiro na Imagem Dois do portfólio e por Ferreira na Imagem Três, ambos ao visualizarem guindastes no canteiro de obras.

Segundo Almeida, Valdemarzinho e um português, ambos mecânicos montadores, subiram na peça que era içada pelo guincho, que não suportou o peso, se partiu e caiu. “O português caiu em cima de um ferro que transpassou o corpo. Tiveram que cortar o

ferro para tirar o rapaz. O irmão da Ordália [Valdemarzinho] caiu do lado de uma parede”, contou.

Os muros de concreto ao lado da tomada d’água também foi foco da atenção de Almeida que explicou que “as asas de concreto” possuem uma inclinação de 45 graus para que a pressão da água não empurre o aterro. “Aqui é onde passa toda a água do rio para girar a máquina e gerar energia. Essas comportas controlam esse fluxo de água”, disse com convicção o ex-barrageiro. Almeida que, desde a primeira imagem contou as surpresas que teve na barragem, se lembrou de outra coisa que lhe chamou a atenção, dessa vez, o tamanho dos rolamentos que fazem as turbinas girar:

A máquina trabalha com pressão de óleo. Tem um bomba hidráulica. Quando está parada, a bomba está descansando em cima de outro metal, que chama metal patente. Quando a máquina vai começar a girar é injetado uma pressão de óleo debaixo do eixo da máquina, que é levantado poucos centímetros e gira. O movimento se dá por pressão de óleo e não por rolamento. Também não sabia disso, fiquei sabendo lá. É muito interessante, uma máquina tão grande fazer tanta força para gerar tanta energia e não ter um rolamento nos eixos, apenas pressão de óleo. (ALMEIDA, 2014).

Os muros de contenção dos lados da construção também foram apontados na imagem (Figura 4) por Gerônimo que explicou a função de amortecer a pressão da água. Após mais alguns segundos de observação disse que aquela água que está entrando giraria as turbinas, que contam com hélices em inox. “Nossa Senhora, se você ver essa hélice! Só quem viu mesmo. É uma coisa absurda! Fica lá embaixo”, contou o eletricista aposentado, demonstrando exaltação.

Ao identificar a tomada d’água, que fica “do outro lado da barragem”, Pereira também falou sobre os túneis para passagem de água até as turbinas. “Ela gira assim [mostra com as mãos o movimento horizontal da máquina]. É toda de bronze. Elas [turbinas] vieram de fora e demoraram seis meses para chegar [no Brasil].”

Sem citar o nome da tomada d’água, Silva identificou a benfeitoria como responsável pela captação da água do reservatório que moverá as turbinas para geração de energia. No entanto, se voltou, especificamente, para a construção, ou seja, para seu campo particular de visão, já que trabalhava como carpinteiro. “Vixe, demorou muito para construir isso aqui, mesmo com um tanto grande de homem. Mas trabalhava tudo dividido, cada setor de serviço tinha um tanto de gente”, lembrou-se. Silva recordou-se que quando trabalhava na

tomada d'água, houve o acidente com o marido da Dona Ana. “Foi na hora que todo mundo estava saindo, por volta das 6h da tarde. Uma pedra rolou e matou ele.”

Apesar de ter afirmado que a obra em destaque na fotografia (Figura 4) não lhe suscitava recordações, por não se tratar de sua área de trabalho, Ferreira lembrou-se do acidente envolvendo o jovem de Iepê. “O guincho que o Valdemarzinho morreu era assim. Quebrou a lança, dobrou e ele caiu 20 metros, ficou espetado no ferro, aquele vergalhão de uma polegada”, comentou. Nesse instante, sua esposa pergunta sobre a morte do marido da Dona Ana e Ferreira contou que havia ocorrido em uma troca de turno, quando os trabalhadores caminhavam, uma rocha rolou e o atingiu. “Foram vários acidentes ali”, disse. O acidente com o marido da Dona Ana foi citado anteriormente por Almeida na imagem (Figura 1) do portfólio. É possível constatar o confronto de informações referentes à morte de Valdemarzinho que, para Ferreira, teria ficado preso às ferragens, enquanto para Almeida, teria sido o português que tivera esse fim.

Ao fitar a imagem, Ramos disse se recordar de um serviço executado no prédio em questão e que, inclusive, teria sido rejeitado pelos demais soldadores de sua equipe, composta por 20 funcionários. Era necessário retirar as formas de madeira que se encontravam fixadas ao concreto das paredes internas da construção. Para tanto, o soldador teria que entrar em uma caçamba acoplada na ponta de um guindaste e, com maçarico, retirar os parafusos que prendiam as formas. “Chamaram a equipe e um não podia por causa da idade, outro porque tremia e eu, molecão novo, topei a parada”, contou Ramos, chamando a atenção para dois pontos: a altura e o fato de ficar suspensa sobre a água. “Você olhando aqui não aparenta tanto a altura. Para imaginar essa altura, veja o tamanho desse guindaste aqui [apontou].”

Para retirar todo o madeiramento da construção, Ramos disse que demorou uma semana inteira de trabalho suspenso. Sobre o fornecimento e utilização de equipamentos de segurança, ele disse que a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) “ficava em cima”:

Lá [na barragem] você tinha que ter equipamento completo, desde o pé até a cabeça. Nos pés era perneira, um tipo de bota de couro que vem até uma altura da perna, um avental de couro que passa para baixo da perneira, uma manga de couro e uma luva de raspa cano longo para cobrir bem o braço e não correr risco de queimadura. Tinha um senhor que era até operador dessas máquinas [mostra o guindaste] e a mulher dele fazia touca para não machucar com a máscara [de solda] e proteger contra faísca no pescoço. Então a gente tinha que ter um equipamento bem adequado para

esse trabalho. Calor ou frio, se a CIPA pegasse sem [as proteções] era suspensão. Era burocrático mesmo. Era bem complicado. (RAMOS, 2014).

A respeito da segurança, na ótica de Ribeiro, que ainda está no mercado de trabalho, antigamente se fazia o trabalho “de qualquer jeito”, ao contrário do que ocorre atualmente, pois é exigido que o funcionário “esteja muito concentrado”. Segue a comparação traçada pelo entrevistado:

Antigamente tinha muitos acidentes. Hoje a segurança é mais severa, tá ali em cima. Acidente é muito pouco. O que acontece? Eu sou o encarregado geral de uma obra, sou responsabilizado por aquilo. Eles pegam o CPF da gente e dá um rolo danado para mim. Então a gente tem que trabalhar com muita segurança. Tem que planejar bem as atividades da gente para evitar problemas. Entendeu? Todo dia nós temos DDS, que é Diálogo Diário de Segurança. Diz que tem que fazer assim, fazer assim e, qualquer coisa, na dúvida, não faça, chama a gente. (RIBEIRO, 2014).

A partir dessa explicação, provavelmente hoje Ramos não executaria a retirada das formas de madeira da estrutura de concreto, pois haveria alguém preparado para executar a tarefa. Outra comparação realizada por Ribeiro foi referente ao tipo de concreto utilizado na estrutura (Figura 4) de Capivara. Segundo ele, a tecnologia está mais moderna e emprega concreto rolado. Ribeiro reiterou que o concreto maciço ainda é utilizado, mas em menor quantidade. “A Casa de Força, por exemplo, tem que ser construída com concreto maciço. Ela fica em um buraco e eles cavam até encontrar uma rocha resistente. Quanto encontram fazem um concreto pesado, para a água não levar.”

Ao olhar novamente para a fotografia, o barrageiro comentou: “É um blocão aqui. Essa construção nasce abaixo da água.” Ao se ater nas águas que passam pela obra, Ribeiro se lembrou que, certa vez, dois homens caíram naquele local, sendo que um deles ficou segurando na estrutura e foi resgatado por um barco e, o outro, foi tentar nadar e sumiu na correnteza. Assim como na imagem anterior do portfólio, o entrevistado retomou o acidente envolvendo Valdemarzinho. “Ele subiu para fazer uma montagem e a máquina escapuliu, essa lança [mostra na fotografia] escapou. Um [trabalhador] ficou pendurado enroscado, o Valdemarzinho caiu perto do muro e outro foi transpassado por um ferro.”

Ribeiro chamou a atenção para o enrocamento de pedra, cujo objetivo é diminuir a força da água sobre o aterro. Azevedo, ainda se mostrando desconcertado, olhou a fotografia do portfólio e perguntou: “Como é que você conseguiu [essa foto]?”

A imagem (Figura 4) rendeu recordações em quase todos os entrevistados, que contaram sobre fatos ocorridos na barragem, com atenção voltada, especialmente, para as

pedras de contenção, acidentes e normas de segurança. Ao verem os guindastes, Almeida, Ferreira e Ribeiro se lembraram do acidente que vitimou Valdemarzinho, sendo que Ribeiro já havia citado o ocorrido na Imagem Dois, também ao ver um guindaste.

O acidente que vitimou Valdemarzinho, repetido de forma constante pelos entrevistados, de certa forma, pode representar um tema trabalhado por Bosi (1994), sobre a “construção social da memória”. Para a autora, quando um grupo trabalha em conjunto, há a tendência de se criar esquemas coerentes de narração e de interpretação do mesmo fato, ou seja, “verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos”. (BOSI, 1994, p.67).

Por apresentar uma grande estrutura de concreto, a tomada d’água pode ter permanecido na memória dos trabalhadores. Houve aqueles que confundiram a tomada d’água com a Casa de Força, que abriga as turbinas, também conhecidas por geradores ou máquinas. Sobre o material em que é produzida a turbina, ou parte dela, Gerônimo afirmou que se tratava de inox, enquanto Pereira disse que era toda de bronze. Talvez, por não terem trabalhado diretamente no setor de montagem dos geradores, reproduziram o que ouviram, sem condições de confirmarem a informação.

7.5 IMAGEM CINCO

Com o Rio Paranapanema ao fundo, a imagem cinco do portfólio apresenta a montagem de dois dos quatro geradores de energia da usina de Capivara. Com o oferecimento de alguns detalhes da construção, a fotografia foi escolhida por ser rica em elementos que representam uma barragem, como água, grandes paredes de concretos, muitos homens trabalhando, de alto a baixo e de um lado ao outro.

A imagem oferece detalhes nas paredes e no solo e, pelos diferentes tipos de trabalho e movimentação no local, esperava-se uma certa identificação do entrevistado o que, sem dúvida ocorreu, pois mesmo aqueles que não participaram diretamente da execução da obra passaram para dar uma olhada no setor que funcionaria como coração da barragem.

Figura 5 – Montagem dos grupos geradores da usina Capivara, 1975



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Acervo online do projeto *Memória Duke*

Nesse estágio da obra, Ramos contou que já havia sido transferido para a oficina mecânica, mas identificou o local como “casa das máquinas”, especificamente, onde seriam instaladas as turbinas. Falou sobre a mobilidade do soldador dentro da obra e disse se lembrar dos blocos de concreto da imagem (Figura 5). Afirmou também que os soldadores iam “para essas alturas” [mostra o trabalhador caminhando à esquerda] quando os painéis de madeira já estavam presos nas laterais dos blocos de concreto.

O entrevistado explicou que os painéis de madeira eram presos por parafusos, cujos travamentos eram soldados em esferas de vergalhão, chamadas “estirantes”,

chumbadas no concreto. Em seguida, a estirante era soldada em outra peça chamada “aranha”, com o objetivo de que o painel não sofresse deformações:

A distância de uma aranha na outra era de 40 centímetros. Era muita coisa para travar. Um bloco desse aqui [mostra na fotografia] ia em torno de 100 peças mais ou menos. Era feito com segurança mesmo. Nunca ouvi falar de caso de estouro de uma forma dessas na barragem. É um troço muito bem feito. (RAMOS, 2014).

O soldador apontou os andaimes e explicou que os funcionários que trabalhavam ali em cima apertavam os parafusos que ficavam visíveis do lado de fora do painel de madeira que, por sua vez, era removido após algumas semanas, quando tinha início o período de cura do concreto. “Durante a cura, um funcionário ficava com uma mangueira molhando, jogando água naquele concreto para trincar ou sofrer qualquer outro tipo de problema”, explicou.

A mesma situação é a de Gerônimo, que também não trabalhou diretamente na montagem das turbinas, mas ia até lá “dar uma olhada”. A imagem (Figura 5), no seu ponto de vista, seriam os caracóis por onde passa toda a água que vai girar as turbinas. Segundo ele, do canteiro de obras até a Casa de Força era preciso seguir com o veículo da manutenção, pois a distância a ser percorrida ultrapassava cinco quilômetros. “Seria daqui [da casa dele] até o trevo da Cocal [localizado fora da cidade], que vai para o Paraná, Rancharia.”

Disse que era eletricista e podia circular dentro da obra, identificado com o crachá, mas que, juntamente com os companheiros, ensaiavam uma “desculpa” caso fossem interpelados por algum superior. “A gente dizia que estava fazendo manutenção nos motores que bombeavam água do Panema para abastecimento do refeitório e da vila, que estava medindo a amperagem”, contou.

O motivo de não identificar a fotografia, Pereira atribuiu ao fato da outra firma, a Tenenge, ser a responsável pela montagem dos equipamentos, e ele ser contratado pela CBPO e não poder, sequer, entrar na Casa de Força durante essa etapa. “Nessa parte aqui não podia entrar. Não aceitavam ninguém”, disse. Depois do aterro de terra e do enrocamento de pedras concluídos, as máquinas que operava não eram mais necessárias e seguiam para “outros lados”, por isso conheceu a Casa de Força apenas depois que a obra foi concluída. Nesse instante, lembrou-se das visitas que fazia à barragem:

Já visitei a usina um colosso de vez. Nos domingos tinha visita e eu sempre levava a família. A condução da CBPO esperava na portaria e, com um guia, levava os visitantes lá em cima da barragem. Eu que tinha trabalhado bastante lá, chegava no

escritório da firma, pegava um fusquinha branco, que quase só eu mesmo dirigia, e ia lá para cima. A gente ficava olhando aquele mundo d'água. O único lugar que eu não levei eles foi no túnel da Casa de Força. Mas eu já entrei lá onde saía energia das turbinas. Entrei porque me dava muito bem com o Chico Borba, que era operador de eletricidade, e trabalhava em turnos de 8h. Eram três turnos e, às vezes, quando estava mais tranquilo, eu ia lá dentro. Na sala dele tinha um tapete de borracha dessa grossura [mostra com as mãos], na sala inteira. Na parede tinha relógio de tudo quanto é tipo. Se desse um curto-circuito lá em Paraguaçu [Paulista-SP], o relógio avisava. Lá naquela sala eles sabiam o local onde qualquer coisa acontecia. Mas é quente lá dentro! E olha que tinha ar condicionado. Tinha que ficar 8 horas de serviço sem cochilar. A cada 40 minutos tinha que correr todos aqueles relógios e ainda tinha um alarme que avisava que tinha dado os 40 minutos. (PEREIRA, 2014).

Em poucas palavras, Cruz afirmou que a imagem se tratava do “lugar das turbinas na Casa de Força”. Também de maneira direta, Almeida disse que a imagem (Figura 5) mostrava o gabinete das máquinas que geram energia e que estão dentro da Casa de Força. Mas se lembrou de um trilho com uma ponte volante que corria em cima da estrutura. De acordo com ele, essa ponte era um guindaste “que deve estar no local até hoje”, para ser utilizado durante as manutenções. O entrevistado contou que o vão entre as duas paredes é “enorme” e conta com uma viga de aço, que passa de um lado para o outro. Novamente fitando a fotografia, Almeida que parecia maravilhado com a estrutura comentou: “nossa aqui já tinha lançado muito concreto”. Desde que havia trabalhado na construção da usina, ele não havia voltado ao local, o que ocorreu em 2012, quando foi convidado para uma visita.

A ponte volante também fez parte da recordação de Ribeiro. O equipamento, segundo ele, se movimentava de um lado para outro e era utilizado para levantar ou transportar peças pesadas. No entanto, foi o setor de segurança que mais repercutiu na mente do barrageiro, visto que ele se ateu a esse ponto durante quase todo o tempo em que ficou com a imagem cinco do portfólio nas mãos. “Hoje um serviço desse aqui tem um técnico de segurança aqui, outro aqui, outro aqui e outro aqui”, ou seja, em todos os cantos, de maneira a cercar a construção. Um pouco exaltado, Ribeiro chamou a atenção para o trabalhador caminhando sobre o paredão de concreto à esquerda. Em tom de desaprovação disse: “Antigamente a gente abusava. Olha onde o cara está andando. Qualquer coisinha que der ele cai, qualquer quedinha de pressão ele cai.”

Nos dias atuais, para andar sobre o andaime, de acordo com Ribeiro, há um equipamento que prende o funcionário pelo cinto, o que garante que, em caso de deslize, não caia. “Antigamente era abusivo [...]. Hoje você não vê mais isso”, reforçou, enfatizando que, atualmente, as firmas trabalham em busca do ISO [certificado de qualidade, de acordo com as

normas globais propostas pela International Organization for Standardization - Organização Internacional para Padronização].

O canteiro de obras, em 2014, segundo Ribeiro, não tem, sequer, papel fora do lugar e existe uma equipe responsável apenas pelo lixo, que é separado para reciclagem. “Hoje um ajudante tem que estar de camisa com manga, botina. Tem que tá tudo padronizado. Hoje, graças a Deus, tem melhorado muito para a construção civil.” Cabe ressaltar aqui a importância da fotografia para a reconstrução de antigos cenários de trabalho e a constatação de transformações nas formas de se trabalhar, como apresentado por Burke (2004, p.100):

Historiadores da agricultura, da tecelagem, da impressão de papéis, da guerra, da mineração, da navegação e das outras atividades práticas, a lista é virtualmente infinita, têm-se baseado intensamente no testemunho de imagens para reconstruir as maneiras pelas quais arados, teares, máquinas impressoras, arcos, armas de fogo, e assim por diante, eram utilizados, bem como mapear as mudanças súbitas ou graduais por que passaram as concepções desses instrumentos.

Ribeiro se lembrou que, quando a Casa de Força estava concluída, juntamente com um cunhado, desceu no ponto mostrado pela imagem (Figura 5) para pescar. “A água passa e eles [os peixes] ficavam engastaiados. Às vezes, eles têm que fechar tudo para limpar essa peça, que chama rotor.”

Mas, foi de Azevedo a reação que pode melhor ilustrar o poder da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Quando tomou a imagem nas mãos (Figura 5), resmungou baixinho, com os olhos lacrimejantes: “Vixe Maria!” Parecia ter se transportado para o passado. “Aqui perto dessas ferragens é onde eu trabalhava. Um dia eu trabalhei nessa altura. Deixa eu mostrar para minha mulher.” Levantou-se e seguiu para dentro da residência onde estava a esposa, uma filha e um neto, dos quais foi possível ouvir algumas exclamações. Ao retornar para a mesa onde estava sendo entrevistado, Azevedo, com voz mansa, mas nitidamente abalada disse: “Aqui é o lugar mais alto que tinha na barragem.” Explicou que trabalhava onde se fazia necessário a utilização do guindaste para transporte de peças e de materiais.

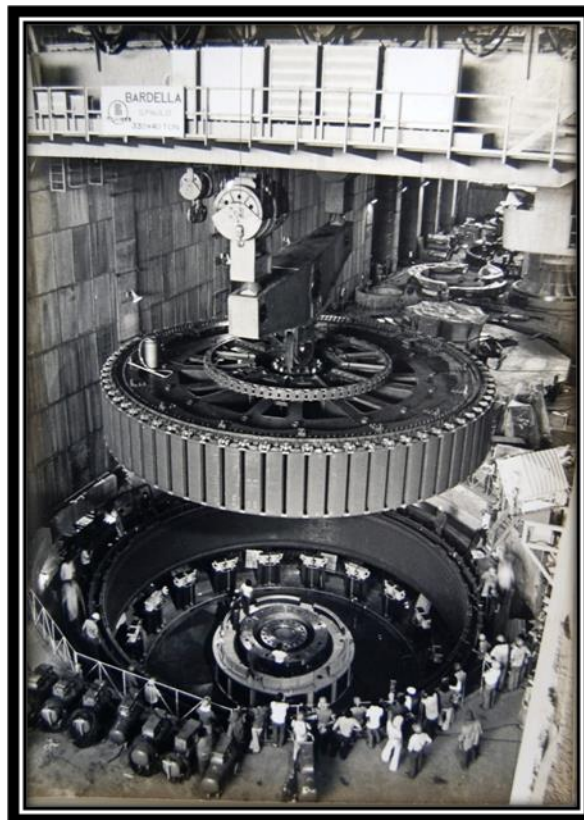
A imagem (Figura 5), apresentou bom rendimento por parte dos entrevistados. A fotografia não evocou ocorrências de morte, como as demais do portfólio, pelo contrário, teve como principal foco a vida humana, a preocupação com o trabalhador e os avanços tecnológicos na área. Exceto pela situação que envolveu Azevedo e gera reflexos

ainda hoje em sua vida, os demais parecem lembrar do trabalho com seriedade, mas com alegria e devoção.

7.6 IMAGEM SEIS

A sexta fotografia do portfólio apresenta, na posição vertical, a montagem de um dos quatro geradores da usina de Capivara. Captada de cima para baixo, a imagem mostra uma parte do equipamento suspenso e outra parte, pelo menos aparentemente, instalada no chão da Casa de Força. A grandeza da turbina pode ser percebida pelo tamanho das pessoas que a cercam. É possível notar o relevo de partes da máquina, uma grande parede de concreto e a ponte volante, responsável por movimentar as peças do gerador. O objetivo com a escolha da imagem era descobrir até que ponto os ex-barrageiros percebiam que todo o trabalho voltado para construção da usina poderia ser definido pela geração de energia. Por sua importância, a Casa de Força foi contemplada com duas fotografias no portfólio, praticamente uma sequência dos trabalhos no local.

Figura 6 – Montagem eletro-mecânica dos geradores



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1975

Depois de ter limpado os olhos e recebido a imagem seis do portfólio, Azevedo, com voz baixa, disse apenas: “Aqui é onde girava a água. Essa fase já estava bem no fim. Acabou?” Ao ouvir novamente que seriam 10 imagens, esboçou uma risadinha tímida. Mais uma vez foi possível perceber que, talvez inconscientemente, Azevedo tinha pouca ou nenhuma vontade de se lembrar da barragem.

Ribeiro falou que a fotografia (Figura 6) mostra a montagem do rotor, mas demonstrou surpresa pelo número de pessoas no ambiente. “Esse pessoal deve ser visita. Não é possível, né! Não fica esse tanto de gente olhando”, comentou. Ele aproveitou a imagem para mostrar a parede de concreto, cujas placas estavam aparentes. “Antigamente era usado maderite, hoje são formas metálicas deslizantes. Você não vê as divisões, fica lisinho, coisa linda, chique mesmo.”

Na explicação de Ramos, que afirmou não ter participado da montagem, mas disse conhecer o rotor da turbina por tê-lo visto em outras barragens pelas quais passou, a peça suspensa desceria e se encaixaria dentro da peça inferior. Concluída a montagem, a água começaria a entrar, tocar as paletas e a energia seria gerada. “Nessa etapa eu já estava trabalhando na oficina central. Saí do canteiro transferido para a oficina que é um setor mais graduado, que exige mais conhecimento”, falou.

De acordo com Ramos, no campo, o soldador executava trabalhos pequenos, ao contrário da oficina, onde era necessário saber diferentes posições para solda, pois era preciso “fazer peça, trabalhar embaixo de uma máquina”, por exemplo. Foi na oficina que o entrevistado disse ter se aperfeiçoado e adquirido uma especialidade. Ele era acionado sempre que um parafuso quebrasse dentro de qualquer máquina, trabalho até então “refugado” pelos demais soldadores. “Eu tinha bem facilidade para fazer uma solda no parafuso, puxar até sair fora, soldar uma porca nele e, com a chave, tirava aquele pedaço que estava quebrado”, contou Ramos.

Talvez por seu conhecimento técnico em mecânica, Almeida novamente se ateu a detalhes do funcionamento da turbina e pôde exemplificar informações que havia dado em imagens anteriores do portfólio:

Aqui já é a máquina descendo para a cabine dela. Embaixo tem a parte fixa da turbina, que se chama estator e fica em cima dos pilarzinhos de concreto que estavam aparentes na foto anterior. A parte de cima chama rotor, que é a parte que faz 140 rpm [rotações por minuto]. O eixo do rotor é fixado no eixo da roda de água embaixo. As paletas produzem um campo magnético que gera energia. A ponte

volante que falei é essa máquina aqui [aponta na parte superior da imagem], fabricada pela Bardella. Essa aqui é uma vigona de concreto. Aqui é o cabo-de-aço, tá vendo? Aqui é o guincho, que trabalha de um lado no outro do salão para fazer montagens. Essa máquina continua lá para eles retirarem o rotor para fazer manutenção. É um guindaste totalmente elétrico. Lá embaixo que está o eixo de pressão de óleo que levanta várias toneladas e não tem rolamentos, mas mancais de metal patente. Muito bonito. (ALMEIDA, 2014).

Gerônimo mostrou a montagem do rotor da turbina por engenheiros e se lembrou que o serviço estava sob responsabilidade da Tenenge, empresa para qual trabalhou por um ano como eletricitista instalador. Sua principal ocupação no período foi fazer instalações nas galerias subterrâneas que ligavam, por exemplo, a Casa de Força à tomada d'água que, pelo trajeto convencional, mais conhecido, demoraria de 10 a 15 minutos de caminhada. “Ía eu e o Matavelli, cada um com um ajudante. A gente trabalhava como tatu, mas em túneis de concreto, todo iluminado”, contou. Assim como Almeida, Gerônimo falou sobre a turbina, que gira “bem devagarzinho”.

Além dos túneis pouco conhecidos até mesmo para muitos dos trabalhadores de Capivara, Silva falou sobre um espaço que não recebeu citação de qualquer outro entrevistado: a toca da raposa. O local foi lembrado após o ex-barrageiro identificar a imagem (Figura 6) como o ponto de geração de energia da usina, motivo de toda a construção da barragem. “Tinha um paredão que a gente passava por baixo para ir na toca da raposa, que era um salãozão, muito grande mesmo. Tem isso lá até hoje. A gente descia por ali e passava um caramujo, onde a água caía para gerar a energia.”

Silva contou ainda que quando as obras da barragem foram concluídas, o marido da Cota [uma comerciante da cidade], o Zé Pelim, passou a trabalhar na manutenção do local. “Acho que até hoje tem gente que trabalha lá, acho, porque não pode ir lá. Para ir lá só com ordem e como vi-si-tan-te”, disse quase soletrando e de forma enfática, como não concordando com o impedimento. O aposentado confirmou que, apesar da vontade, nunca teve a oportunidade de visitar a usina.

Na visão de Pereira, a fotografia mostra a montagem da turbina, mas essa teria chegado montada na usina, em cima de uma carreta, “bem grandona, com mais de 100 pneuzinhos, puxada por outra carreta bem pesada”. Os veículos ocupavam uma pista e meia da estrada e, por isso, transitavam apenas durante o dia, fazendo com que o percurso até Capivara demorasse muitos meses. “Aposto que uma bicicleta vinha mais rápido”, disse o mais brincalhão dos entrevistados que contou que o comboio atraía a atenção de motoristas e

pedestres, inclusive dos trabalhadores da usina. “Eu não fui, mas aqueles que tinham tempo iam dar uma olhada, matar a curiosidade.” Assim como o equipamento teve origem no exterior, os profissionais para montá-lo também vieram de fora. Cruz se lembrou dos técnicos na barragem. Disse que poderia andar por todos os pontos do canteiro de obras, mas não era sempre que podia, devido a demanda de trabalho, por isso não viu o processo de montagem.

Quando começou a trabalhar em Capivara, as turbinas já estavam montadas, mas Ferreira afirmou que conheceu “tudo isso aqui” mostrado na imagem (Figura 6). Contou que as paletas do rotor eram produzidas em chapas de inox e apontou, na parte inferior da fotografia, máquinas de solda. Disse que todas as pessoas que estavam de capacete eram trabalhadores, mas às vezes, chegavam para ver o processo de montagem e, como não podiam ficar sem o equipamento, usavam-no mesmo sem estar trabalhando.

“Posso chegar agora na sala de relê que eu trabalhei e falar: eu que coloquei isso, isso aqui e isso aqui. Era para eu ficar trabalhando, mas não quis, porque eu não queria me mudar para Porecatu.” O convite, segundo ele, era que saísse da firma e ficasse na operação da usina e, apesar de não ter aceitado, tempo depois acabou se mudando para Porecatu e, até, comprando uma casa lá. Como morou em Porecatu, conheceu a vila construída pela CESP no município, mas que, a princípio, de acordo com ele, era para ter sido instalada em Iepê:

Não tenho certeza da quantidade de casas, mas sei que era bastante. A cidade perdeu. Eram casas de material [as casas das duas vilas de Iepê são construídas com um tipo de madeira compensada]. Além disso, o asfalto não era para passar no trevo lá em cima [fora da cidade], era para ser aqui no matadouro [municipal de animais, atualmente desativado], na mata do Olívio Gerônimo. Tudo isso aconteceu por questões políticas, mas o povo perdeu muito. (FERREIRA, 2014).

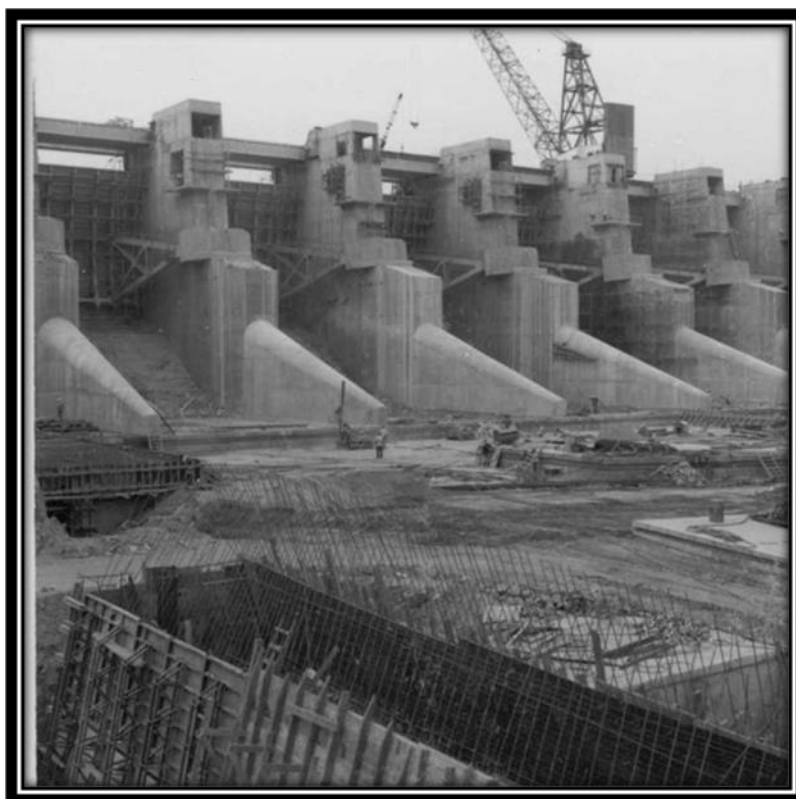
A principal constatação permitida após a análise dos depoimentos é que, talvez pelos geradores representarem o coração da usina, onde ocorre a produção de energia, até mesmo aqueles que não foram testemunhas oculares da montagem das turbinas, tomaram conhecimento sobre o local. Todos reconheceram a estrutura e tiveram alguma coisa para falar a respeito, além de perceber que a imagem representa uma continuação do trabalho que teve início na imagem anterior do portfólio. Outra lembrança que recebeu destaque por parte dos entrevistados foi o transporte das turbinas até Capivara. Citado apenas por uma pessoa, mas não menos importante, foi a colocação de Ferreira sobre situações políticas que, de certa forma, sob o seu ponto de vista, prejudicaram o desenvolvimento da cidade.

7.7 IMAGEM SETE

A sétima fotografia do portfólio apresenta uma das partes mais conhecidas de uma barragem, que são as comportas. A imagem mostra o local por onde escorre o excesso de água do reservatório praticamente concluído, visto que os trabalhos se concentram no solo, onde se vê formas de madeira e ferragens, escadas, materiais de construção e operários. Na parte superior há um guindaste que parece se apoiar em cima da ponte volante construída sobre as comportas.

Mesmo inacabadas, as comportas apresentam os contornos que podem ser vistos até os dias atuais na usina de Capivara, fato determinante para a escolha da imagem, uma vez que grandes partes do empreendimento não são mais visíveis. Mesmo estando em funcionamento há aproximadamente 40 anos, a abertura dos compartimentos da barragem oferece um espetáculo das águas que ainda impressiona e atrai a atenção de todos que transitam em suas proximidades.

Figura 7 – Detalhe da construção dos vertedouros, década de 1970



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Acervo online do projeto Memória Duke

Talvez essa fosse a imagem mais aguardada e, ao mesmo tempo, mais temida por Azevedo que, desde o princípio da entrevista deixou claro o receio de ver a máquina na qual se acidentou quando trabalhava na barragem. A preocupação era de que a fotografia lhe fizesse reviver o acontecimento mais atemorizante de sua vida, ou seja, cumprisse o que a presente pesquisa busca: demonstrar a força da imagem como disparadora do gatilho da memória.

Após alguns segundos de observação, o aposentado identificou as comportas e, com voz baixa e demonstrando estar emocionado, mostrou: “Aqui, a máquina que eu trabalhava. Olha o guindaste aí. Quando ocorreu o acidente ele estava no mesmo lugar”, se lembrou. Azevedo, porém, não fez comentários espontâneos a respeito do acontecimento. Ao ser questionado sobre as circunstâncias do acidente contou que iria desenroscar um fio do equipamento quando pegou no cabo-de-aço, que decepou os dedos de suas duas mãos. “Se tivesse caído tinha morrido, porque estava a 18, 19 metros de altura”, comentou. Ele disse que nos momentos seguintes ao desastre pensava apenas na mãe, pois achava que ela poderia morrer ao tomar conhecimento do ocorrido.

Os primeiros a tentarem socorrer Azevedo foram os companheiros de trabalho e o atendimento médico ocorreu por profissionais da equipe de saúde do hospital da barragem, onde permaneceu internado por 24 dias. Após o acidente, ficou “encostado”, ou seja, recebendo auxílio da Previdência Social, por cinco anos, e se aposentou como funcionário da Tenenge. No dia do imprevisto, apenas Azevedo se machucou, no entanto, ele afirma que acidentes aconteciam quase todos os dias e que já tinha visto “um par deles”. Disse também que no guindaste que se feriu, um morador de Iepê já havia morrido, provavelmente, Valdemarzinho.

Essa fotografia do portfólio fez com que Pereira também se lembrasse de acidentes, inclusive, em um deles, teria sido o responsável, sem a intenção, pela morte de um sinaleiro que o acompanhava no trabalho. Por outro lado, a imagem lhe proporcionou rememorar fatos alegres, como as pescarias de corimba. Trabalhando na área das comportas amontoando pedras e, por conhecer o local, Pereira carregava uma tarrafa no trator para usar quando estivesse folgado. “Eu vinha nesse cantinho aqui [mostra na Figura 7] que tinha peixes que queriam subir o rio. Você olhava e não via água, só via aquele monte de peixe”, contou. Segundo Pereira, quando podia, jogava a tarrafa e pegava até 40 corimbas, que eram limpos na oficina e, ao final do expediente, eram levados para casa.

Olhando para a imagem, Pereira apontou para o meio e fez o seguinte comentário: “Agora aqui, quando tá aberto, se cair uma pessoa, não aproveita nem os ossos.” Uma lembrança puxou outra e fez com que o entrevistado se lembrasse das “armadas” de operários. Segundo ele, “bem aqui em cima, atrás das comportas”, antes da água estar represada, podia ser visto um “paredão” de concreto que, de certa forma, separava trabalhadores do refeitório. Então, para diminuir a distância, alguns “gulosos” amarraram uma corda em um ferro, por onde desciam e subiam. Certa vez, já acostumados com a “engenhoca”, três subiam pela corda quando essa arrebentou e os três caíram no chão. “Teve morte ali, viu.”

Pereira se lembrou de “um homem magrinho, véinho, que veio de fora também”. Era conhecido como Manezinho e morava nas proximidades da Vila Rio de Janeiro. Ele trabalhava com uma máquina muito grande, que tinha “a lança mais comprida que um poste”. Quando removia caçambas de concreto, essas passavam sobre a cabeça dos carpinteiros que trabalhavam no piso, agachados, espalhando o concreto que era derramado. “Chegou um dia que eu tava almoçando em cima do trator, bem do lado, quando ele girou a caçambona de concreto e matou várias pessoas”, contou Pereira. De acordo com ele, o número de mortes não foi maior pelo fato da força estar sendo exercida no meio da lança e não em sua ponta. “Aqueles coitados daqueles carpinteiros, com aqueles negócios [mostra a cintura] de colocar prego, fincou tudo neles”, lamentou.

Mas o repertório de acidentes lembrados por Pereira vai mais longe. Contou que fazia o trabalho de remoção de restos de materiais em cima do aterro quando se deparou com uma pedra muito grande. Para evitar que atingisse trabalhadores, deixou para rolá-la mais tarde. Mesmo com a precaução, uma tragédia não foi evitada:

Eu tinha um sinaleiro bem magrinho. Salvador era o nome dele. [Estava] um frio medonho e ele usava uma capa preta. Falei que não ía colocar ele em cima do trator porque os encarregado não queria, mas que era para ele ir lá pro barraco que eu fazia o serviço sozinho. Para mim, ele tinha ido pro barraco e fui rolar a pedra para baixo. Mas quem pensava que esse cara tava atrás? Depois, nós amontamos no caminhão para vir embora e ele, que sentava bem atrás, onde tinha uns três bancos, não estava lá. Percebi a falta e avisei que faltava o sinaleiro. Me responderam que ele devia estar dormindo no barraco, mas disse que se tivesse visto ele lá tinha chamado. Nesse momento minha cabeça começou a pensar e falei: ‘Gente do céu! Eu matei o Salvador!’. Fiquei doido, ficava falando que tinha matado o homem. Falei que tinha mandado ele ir pro barraco, mas como tava ventando demais, talvez ele tivesse atrás da pedra. Isso me entrou na cabeça, né! Perguntaram onde era e eu expliquei, daí já tudo pulou do caminhão e foram lá, com farolete e tudo. Olharam e viram a capa preta que cobria o corpo todo enrolado. Foram mexer e ele [Salvador] tava todo empacotado. A pedra tinha passado em cima dele. Daí já não tive mais sossego. Fiquei dois dias em casa porque não conseguia trabalhar. Eu ía e me atacava aquele

nervo e eles me traziam embora. Ele era daqui [Iepê], mas eu não tinha conhecimento com a família dele. (PEREIRA, 2014).

Fato semelhante, também com a morte do sinaleiro, teria ocorrido com Pereira na barragem de Carlópolis (PR). O ajudante dormia embaixo de uma máquina, que estava suspensa por não ter partida, quando o operador a pegou para guardá-la, pois o expediente fora encerrado devido ao mal tempo. Quando saiu, sem saber, Pereira passou por cima do companheiro. “Tudo é o sinaleiro que sofre”, considerou o entrevistado.

Assim como Pereira, Gerônimo se lembrou das pescarias durante ou após os turnos de serviço. Contou que quando a represa estava formada, era contratado pela Tenenge e, juntamente com Matavelli, que também era eletricitista, saía para pescar. À tarde, seguiam pela plataforma localizada em cima do vertedouro e jogavam de duas a três linhas enquanto observavam a barragem. “Dava dourado, pintado, jaú. Cheguei a pegar peixe de 25 quilos, na mão, eu e o Matavelli”, comentou. Isso foi possível, conforme Gerônimo, porque não havia turbina em funcionamento e a água passava pelo vertedouro.

Por essa razão, era realizada com frequência a análise da ação da água sobre a estrutura de concreto e, para isso, as comportas eram fechadas. Como os eletricitistas trabalhavam em galerias, que passavam embaixo do vertedouro, tinham uma visão privilegiada de cerca de seis metros mais para baixo. Quando fechavam a água, muitos peixes ficavam presos ali. “Mas a gente não sabia quantos minutos ia ficar [fechadas as comportas], então ficava atento. O Matavelli segurava o fio, eu descia lá, pegava pedra, matava o dourado, amarrava na gueltra e subia, mas era rápido”, recordou-se.

Antes desse período, Gerônimo e o companheiro pescavam dourado depois do turno de trabalho. Para tanto, contou que enrolavam de quatro a cinco metros de linha em uma lata de óleo, pegavam anzol e iscas, que retiravam do lado das galerias. “Lá embaixo tem infiltração de todo jeito, mas é tudo canalizadinho certinho, e tem para onde a água escorrer. Era perigoso, mas a gente sabia onde pisava, jogava a isca na boca do dourado”, disse. Os peixes chegavam ao local tentando subir o rio e, por não conseguirem sair, funcionários da manutenção os retiravam.

O entrevistado lembrou-se também do trabalho nas galerias, onde não podia entrar sem protetor auricular. “Acho que se entrasse sem a proteção, a pressão empurrava tudo os tímpanos para dentro ou para fora, porque ali era uma pressão danada. Nossa Senhora! Você sentia no corpo”, contou. Especificamente sobre o vertedouro (Figura 7), Gerônimo

disse que as obras não estavam concluídas, mas o rio já se encontrava represado acima. Sua base de concreto é reforçada e, para que a água não cause danos, foram instalados amortecedores que diminuem sua velocidade antes que chegue ao rio. Em período de muita chuva, segundo o entrevistado, as comportas são abertas, bastante ou pouco, uma ou todas.

Esse aqui [mostra na fotografia] é um guindaste que corre de fora a fora. A Casa de Força que controla todas as comportas, tudo ali. Tem o painel de controle que, se você vê aqueles filmes com submarino, é a mesma coisa. É uma sala redonda onde trabalha, mais ou menos, uns nove operadores. Cada um faz uma parte. Um tá vendo o vertedouro, outro a tomada d'água. Tudo é controlado pela central. Quando tem uma comporta dessa aberta, você estando em cima [da barragem] vê que a água vai funilando. Começa devagarinho e depois vai numa velocidade violenta. Acho que quando ela aumenta mesmo, dá dois a três metros em cima por um funil de 20 a 30 metros, que não dá para ver a profundidade. Quando começa a fechar é de baixo para cima até dar aquele rebojo que joga água uns três metros para cima, com uma força terrível, e depois começa tudo de novo. Era bonito e dava medo. (GERÔNIMO, 2014).

Foi nesta imagem do portfólio que Souza se lembrou de um acidente de trabalho envolvendo um funcionário proveniente da região nordeste do Brasil. Disse que esse foi esmagado por uma grande rocha e, como todos os guindastes maiores estavam em operação, um engenheiro deu a ordem para que um guindaste pequeno realizasse a remoção da pedra. Quando essa era levantada, o equipamento não suportou o peso e se partiu, derrubando novamente a pedra sobre o corpo. “Foi preciso buscar outro guindaste para levantar a pedra e, quando chegou, o médico começou a falar: ‘vamos logo com isso que ainda é possível salvá-lo’. Ah! Daí o povo se revoltou, né!” Souza disse que um irmão da vítima que estava próximo quase “avançou” sobre o médico e perguntava se aquele teria coragem de atestar que o trabalhador teria saído de lá com vida.

Como o que valia era o que seria escrito, o irmão partiu para ver, mas não de uma forma violenta, sem fundamento. Era mais indignação. Imagina como ele estava, vendo aquela cena. Caso o médico colocasse que o trabalhador não havia morrido ali, a indenização a ser paga pela empresa para a família seria menor. Como ele [o médico] viu que havia um começo de revolta entre os funcionários e que as coisas podiam piorar, atestou a morte. Muitas pessoas morreram ali, viu, e todos sabiam que nem todos os casos eram relatados certinho do jeito que tinha acontecido. (SOUZA, 2014).

A concretagem do vertedouro foi acompanhada por Almeida que explicou que a estrutura é responsável em dar vazão para a sobra de água do reservatório. Ao examinar a imagem com atenção ele se lembrou de um acidente com o guindaste. Disse que estava trabalhando, mas não viu a máquina cair. “Aqui em cima [aponta], um guindaste de pneu pegou uma caçamba de concreto com a lança muito inclinada e, no que girou para soltar o concreto, caiu aqui embaixo. Era uma máquina Bantam.” O fato é semelhante àquele contado

por Pereira, no entanto, as vítimas são diferentes. No primeiro caso, teriam morrido carpinteiros, enquanto, no segundo, houve a morte do operador do guindaste. Como não foi citado por outros ex-barrageiros, não é possível saber ao certo se foram dois acidentes ou apenas um com diferentes versões.

Almeida, assim como Souza, explicou que quanto mais inclinada a lança do guindaste, menor a capacidade de suportar peso, quanto mais levantado o guindaste maior sua força. Ambos comentaram também que o filete de água que pode ser visto escorrendo das comportas trata-se, na verdade, de um defeito de vedação e não algo comum, como pode-se pensar por se tratar de uma barragem que armazena muitos milhões de litros de água.

Voltando-se para a imagem (Figura 7), Almeida pareceu querer confirmar as informações prestadas. Em tom saudoso afirmou: “Aqui eu vi o primeiro concreto sendo lançado. Essas formas aqui [mostra na parte inferior], com bastante ferro, são os quebra-ondas. Ele é inclinado, a água bate e diminui a velocidade. São vários”, disse. O entrevistado contou que nas barragens modernas os redutores de velocidade da água não são ressaltados, mas um grande buraco que a água desce do vertedouro e cai dentro. “Estou olhando isso aqui e revivendo os dois anos que trabalhei lá [em Capivara].”

A saudade do período foi citada também por Silva que afirmou que olhar a imagem da construção do vertedouro parece fazê-lo voltar no tempo e estar trabalhando na usina. “Era uma firma muito boa a CBPO”, comentou o aposentado que contou ter trabalhado em cima da estrutura do vertedouro. “Nessas formas aqui é tudo concreto. As peças pesadas eram levadas pelo guincho para cima, para os carpinteiros fazer a montagem”, disse.

Os ferros chamam a atenção de Ramos que explicou que eles conferem resistência ao bloco de concreto. “Você viu que parece uma carroceria de caminhão? Ela está pronta para receber o concreto. A função do soldador aqui dentro é travar esses ferros que saem da madeira e vão no chão, para que não dilatem.” Esse ponto foi enfatizado por Souza que afirmou que o concreto em Capivara não abaixou “nenhuma polegada”, da polegada e meia prevista pelos engenheiros.

Ferreira identificou o vertedouro, mas disse de forma enfática que o que se vê hoje, não é o mesmo do que se via há algumas décadas. “Fica tudo coberto [pelas águas]. Hoje você vê o aterro, só pouquinho coisa”, comentou. Explicou que as comportas são acionadas pela sala de comando, “que fica longe para danar”. A precisão das comportas

também foi citada por Ribeiro, que disse que os comandos são automáticos. “Nessa época que estávamos trabalhando aqui, as comportas estavam fechadas, porque a água estava passando por outro lugar”, comentou. Para o barrageiro, as pessoas que não têm conhecimento técnico sobre barragem podem questionar o fato de se montar e desmontar estruturas, de jogar o rio ora para um lado, ora para outro, no entanto, a movimentação é necessária e planejada de forma minuciosa.

Novamente fixando a fotografia do portfólio, Ribeiro apontou a construção de um bloco de concreto de ancoragem, que busca evitar que a água bata e leve a construção, a ponte em cima do vertedouro e o guindaste que gira para todos os lados. “Olha a perfuratriz trabalhando [aponta no centro da imagem]. Aqui nesse local estão lançando concreto para dissipar a água, diminuir sua velocidade”, disse.

Pelo fato de ser identificável, a imagem (Figura 7) que retrata a construção das comportas foi uma das que mais disparou o gatilho da memória dos entrevistados. Mesmo aqueles que não atuaram diretamente nas obras do setor ofereceram informações referentes ao trabalho que realizavam no período ou se lembraram de algum fato que os ligavam ao vertedouro. É possível perceber também que algumas histórias, principalmente referentes aos acidentes, assumem versões diferentes, talvez pela ação do tempo, pela confusão entre realidade e ficção, pela repercussão do fato na época em que ocorreu ou, até mesmo, pelo ângulo de visão daquele que as conta.

Como afirma Bosi (1994, p.55), a memória não é sonho, é trabalho. Sendo assim, não se pode confiar na sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que seria fruto do inconsciente de cada pessoa. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.”

7.8 IMAGEM OITO

A imagem de um prédio, com amplas varandas, grandes portas, muitas janelas e paredes de madeira sobre base de alvenaria, foi retirada do relatório anual da CESP referente ao ano de 1974. É possível supor que a presença de uma peruca à direita da edificação tenha sido proposital, pois mostra sua identificação na porta. A fotografia aparece no início do documento, talvez com a intenção de mostrar de onde partiram as informações. A partir da reunião dessas supostas informações transmitidas pela imagem, houve sua escolha

para compor o portfólio e levantar, pelo menos de forma aproximada, a importância do prédio para a barragem e, direta ou indiretamente, para os trabalhadores.

No entanto, a fotografia foi uma das que mais gerou dúvidas e, de certa forma, recebeu menos atenção dos entrevistados. A falta de interesse pode ser em decorrência de não mostrar pessoas ou algum movimento que lembrasse, mesmo que de longe, uma barragem e seu vasto canteiro de obras. É importante ressaltar, porém, que a construção apresenta características que a identificam com um “padrão” CESP, visto que não se apresentou estranha aos ex-barrageiros, pelo contrário, todos a apontaram como um local específico. Refeitório e hospital foram as principais citações.

Figura 8 – Prédio utilizado pelo setor Administrativo da CESP e/ou das firmas



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

Oito dos 10 entrevistados deram suas opiniões sobre o que o prédio da imagem deveria abrigar, mas disseram que não poderiam afirmar. A certeza partiu de Pereira e de Cruz, sétimo e oitavo ouvidos pela pesquisadora, ou seja, até mais da metade das entrevistas não havia uma convicção por parte dos ouvidos sobre o que estavam falando. Poderia parecer que a escolha não havia obtido um resultado satisfatório, mas, com certeza, várias informações foram significativas, como pode ser conferido a seguir.

“Meus Deus! O que era isso?”, indagou Ramos para si próprio, que logo respondeu: “Deve ser o escritório central do canteiro de obras.” Por sua vez, Souza disse, com certo receio, que “parece ser o refeitório”. Para Azevedo, podia ser o refeitório, mas estava mais parecido com o hospital. Gerônimo considerou a possibilidade de ser algum escritório, talvez da CBPO ou laboratório de análise da CESP. “Se tivesse trabalhado por aqui saberia, mas talvez fosse um escritório para guardar material”, falou Ferreira.

Cantina, hospital ou escritório foram as possibilidades levantadas por Silva, que disse ter trabalhado na construção de diversos prédios existentes no canteiro de obras. “Construímos o hospital que era grande assim, tinha um alicerce alto, mas era de material, assim como o banco e a igreja”, comentou. De acordo com o ex-barrageiro, haviam muitas benfeitorias na barragem de Capivara, inclusive área de lazer. “Tinha um divertimento louco. Tinha muita construção”, lembrou-se Silva.

Já Ribeiro, de imediato excluiu a possibilidade de que o prédio da imagem (Figura 8) fosse o hospital. O local era conhecido por ele e sua esposa que, quando estava grávida do primeiro filho do casal, ficou internada por três dias na unidade de saúde da barragem, com cólica renal. Suserli pediu para olhar a fotografia e também concluiu não ser o hospital. Além do hospital, segundo Ribeiro, havia no canteiro, alojamentos, banco, área de lazer com quadras poliesportivas, mesa de esnuque e de pimbolim.

Apesar de ter dito que não se lembrava da benfeitoria, Almeida considerou que o prédio parecia com o escritório da CESP. “Era tudo feito de madeira, porque era tudo provisório, iam aproveitar a madeira para montar o escritório em outra obra”, comentou. No entanto, o entrevistado manteve os olhos fixos na imagem e em seus detalhes, a ponto de perceber que as pedras do estacionamento, na verdade, eram de materiais produzidos para análise do concreto.

De acordo com Almeida, os pequenos paralelepípedos que aparecem nos canteiros ou estacionamento em frente ao prédio, era corpo de prova do concreto que estava sendo lançado nas diferentes frentes de trabalho da barragem, como vertedouro, Casa de Força e assim por diante. “Eles pegavam um tubo de PVC de quatro polegadas, enchiam de concreto e levavam para o laboratório para ver se o produto estava perfeito ou não”, explicou. O ex-barrageiro contou que o corpo de prova permanecia mergulhado em água por 72 horas para, em seguida, ser colocado em uma prensa e aplicada carga de várias toneladas para se

chegar à força que a romperia, ou seja, para analisar a resistência do concreto lançado. As provas descartadas não eram jogadas fora, mas reaproveitadas naquilo que fosse possível, no caso específico, para formar canteiros de jardim e organizar vagas de estacionamento.

Como o prédio era bem “compridão”, Cruz afirmou que era utilizado como escritório de apoio de transporte, de ferramentaria, apontadoria, engenharia, fiscalização. Contava com várias salas ou, como disse o entrevistado, “um monte de portinhas”, com capacidade para abrigar diferentes setores de trabalho do canteiro de obras. “Foi construído pela CESP, mas era usado pela CBPO”, falou.

A certeza sobre a utilização do prédio foi dada por Pereira que afirmou: “a gente não saía daqui de dentro”, sendo que o prédio foi inteiramente desmanchado, “não ficou nenhum tijolo”, disse. Por ter frequentado o local, especialmente quando a barragem estava concluída e em operação, o aposentado disse se tratar do escritório da CBPO, onde havia a sala dos engenheiros, “com plantas [projetos] e tudo”, além de abrigar outros serviços. “Daqui para cá [mostra das janelas para a direita da imagem] já era escritório nosso. Nosso não, da CBPO”, corrigiu.

Essa sala aqui, desse lado [direito], quando terminaram a barragem, eles estavam só separando ficha, não tinha mais serviço, então, na sexta-feira, que no sábado a gente não trabalhava, o cara do escritório ia para [Presidente] Prudente, comprava carne e chopp. Não tinha engenheiro, nada, só uma turminha nossa mesmo, uma turminha do escritório e uns operador mais conhecido, e nós acendia a churrasqueira e, de sexta prá sábado, a gente amanhecia assando carne. Não tinha ninguém mesmo. Era tudo por nossa conta. (PEREIRA, 2014).

Pereira se lembrou que por não estar trabalhando e por ainda não ter sido transferido e a firma não saber para onde mandá-lo, foi chamado no escritório para separar as fichas dos trabalhadores. Ele deveria formar três filas, sendo uma para os funcionários que estavam trabalhando, outra para aqueles que tinham sido transferidos e outra para os falecidos. “Arrumei um banco bem baixinho, me sentava na frente da pilha de ficha e olhava a ficha e olhava no caderno, se já morreu jogava prá lá, transferidos prá cá, até varar a pilha e começar outra”, contou.

O entrevistado comentou que “das vezes, as ficha de quem morreu dava aquela filona”. Após concluir a separação, os documentos foram acondicionados em caixas, que foram enviadas para o escritório central da empresa, em São Paulo. Apesar da firma ter a lei de que “cada um devia ficar no seu setor”, como disse Pereira, os funcionários, talvez pela longa convivência, estabeleciam laços de amizade. “Não era orgulho, mas uma determinação

da empresa”, falou o entrevistado que, no período que esteve no escritório, contou com a companhia do copeiro Zezinho:

Ele [Zezinho] era meio gueizinho sabe e toda hora trazia cafezinho. Ele ficava naquele monte de ficha olhando as fotos dos funcionários e falava assim: ‘Seu João olha que belezinha. Seu João olha que belezinha’. Ele perguntava onde estava aquele que ele achava bonito e quando eu dizia que tinha sido transferido o Zezinho dizia: ‘então vou tirar essa fotografia’. Tirava as fotos dos bonitos e colocava tudo no bolso. Eu dava muita risada dele. (PEREIRA, 2014).

Enfim, mesmo não tendo recebido informações concisas de todos os entrevistados, a fotografia do escritório (Figura 8) conseguiu levantar informações interessantes sobre o trabalho na barragem, como a reutilização de materiais de análise, a construção de alvenaria de alguns prédios provisórios, a união entre funcionários de diferentes setores que, de forma descontraída, aguardavam a transferência para outra obra que não sabiam, sequer, onde ou qual seria. A descontração, porém, não foi uma característica de Azevedo durante a entrevista para a pesquisa, pelo contrário, a tensão foi constante, inclusive, após analisar a oitava imagem do portfólio, perguntou novamente se havia acabado.

7.9 IMAGEM NOVE

A penúltima imagem do portfólio não diz respeito, diretamente, a algum setor específico da Usina Hidrelétrica de Capivara, mas representa uma benfeitoria proveniente dela. A ponte sobre o Rio Paranapanema, que liga o Estado de São Paulo ao Paraná, foi construída pela CESP com o objetivo de melhorar o tráfego na região que teve área impactada pelas águas a partir da barragem do rio para geração de energia.

Com 644 metros de extensão, a ponte é uma das mais importantes obras realizadas. Dela é possível ver a barragem que, no sentido Taciba (SP) a Porecatu (PR), fica à esquerda. A tomada é aérea e mostra toda a extensão da via, as margens e sinais de construção, como uma estrada de terra, sinais de um aterro embaixo de alguns pilares de sustentação da ponte e, pelo menos, quatro barracões.

Figura 9 – Ponte sobre o rio Paranapanema



Fotografia: Autor desconhecido

Fonte: Relatório anual de construção elaborado pela CESP em 1975

Com a construção da ponte sobre o Rio Paranapanema, a balsa do senhor que tinha apelido de Beijo deixou de funcionar. Essa é a lembrança de Ferreira evocada pela imagem (Figura 9). Segundo ele, o transporte de pedestres e veículos se situava acima do local onde foi construída a barragem, conhecido como Porto Capim. “Para lá era tudo estrada de terra. Era um sofrimento”, lembrou. Ferreira disse que as estradas começaram a ser asfaltadas juntamente com a construção de Capivara. “Vendo o rio assim [na foto] e hoje, a diferença é grande. Hoje está mais aberto, maior”, considerou.

A balsa foi mencionada também por Cruz, que afirmou que a ponte foi construída mais próxima da usina que o antigo meio de transposição do rio. “Para fazer essa ponte, fizeram um aterro, do tipo de uma curva de nível, aí tamparam metade do rio e fizeram a ponte naquele pedaço. Quando terminaram daquele lado, abriram e fecharam do outro lado. Foi bem complicado”, explicou Cruz.

Para Pereira, talvez a construção da ponte se mostrasse tão complicada que o levou a acompanhar todo o processo, o qual ainda guarda na memória. Bastou ver a imagem do portfólio para que contasse o que viu e qual o trabalho que executou no local. “Eu fiquei admirado com a história dessa ponte”, comentou. Ele se recordou de ter colocado pedra na

cabeceira da construção e que, embaixo, moravam muitos pescadores que permanecem no local até os dias atuais.

O primeiro passo, de acordo com barrageiro aposentado, foi marcar os pontos onde seriam instalados os pilares. Nas marcações foram instaladas grandes caixas até a superfície do rio. Dentro delas foi jogado areia para que a água saísse. Uma broca grossa fez a perfuração até a rocha e colocada a ferragem. “E eu lá de um lado, olhando. Eu não enfiava o bico no meio, só ficava olhando para guardar na ideia”, contou. Para que o trabalho prosseguisse, Pereira foi orientado a fazer um aterro de terra, com o objetivo de desviar o rio para o outro lado, no caso, do lado do Paraná.

Ele passou com o trator sobre o aterro, mas as máquinas de pneu tiveram que dar a volta pela ponte de Alvorada do Sul (PR), para começar a aterrar o outro lado da margem. O rio ficou passando entre os aterros. Foi realizada toda a perfuração e os pilares cheios passando o nível da água, o trabalho voltou a ser desenvolvido na margem paulista.

Foi feito pilares da altura certa da ponte. Eu ficava olhando aqueles pilarzão no meio do rio. Depois chegaram umas carretas com vigas de ferro quadrada. Tinha, mais ou menos, 50 metros de comprimento as vigas descarregadas ali. Pensei comigo: ‘As duas primeiras vigas é fácil colocar, mas como é que vão colocar no meio do rio?’. Um ajudante muito corajoso, na ponta da viga, dava sinal pro operador na máquina que ia abaixando, até que desceu a viga em cima do pilar e colocaram a outra do outro lado. E eu já pensando como colocariam as outras. Aquela máquina saiu do lado, demorou, demorou, porque tiraram as rodas dela e colocaram outras que cabia certinho em cima da viga. Fiquei intrigado daquela viga aguentar a máquina carregando outra viga com o mesmo peso dela na lança. A máquina subiu devagarzinho, deixou uma, depois deixou outra. Foi até o outro lado colocando e voltou de ré. (PEREIRA, 2014).

Mas a curiosidade, conforme Pereira, aumentava e se voltava para a maneira como a ponte receberia o concreto, que chegou pronto ao local, em forma de placas com a largura da estrada que ficaria suspensa sobre a água. As placas, com encaixe lateral, foram instaladas uma a uma, mas com uma certa distância no meio que, em seguida, foi preenchida por borracha. “Eu, meio curioso, perguntei pro rapaz para que a borracha e ele disse que era para funcionar como uma espécie de amortecedor para não deixar o concreto trincar. Aprendi muitas coisas com a curiosidade”, afirmou rindo.

Ao colocar os olhos sobre a imagem (Figura 9), Ramos disse que a primeira recordação tinha sido sobre um operador de máquinas de Iepê que recebeu o apelido de Ponte Estreita por ter “conseguido” cair do local com uma máquina. “É verdade! Uma máquina grande, viu. Caiu dentro do rio. Essa é a ponte da divisa [entre os estados]”. O ex-barrageiro

se lembrou que a ponte foi concluída antes da usina, assim como outras benfeitorias executadas, como asfaltamento de estradas e construção de vilas. Nesse momento, Ramos retomou questões políticas já abordadas por Ferreira:

Iepê perdeu um monte de casas para Porecatu [PR] que, na verdade, a CESP era um órgão paulista, nunca soube que tinha interesse de fazer vila no Paraná. A gente ouvia falar que as casas eram todas para ser feitas em Iepê e Nantes, mas a administração pública na época, segundo o que a gente ouvia, fez uns cambalacho, umas negociatas, e acabaram fazendo casas em Porecatu. É o que a gente ouviu falar, mas se tem conversa, alguma coisa tem.

Mesmo não tendo acompanhado as obras de fundação da ponte, Almeida disse que a ponte na imagem é aquela que “cruzamos hoje para ir para o Paraná”. Foi a largura do rio que o fez chegar a essa conclusão, tendo em vista que os rios Vermelho e Laranja Doce, onde também foram construídas pontes, eram mais estreitos. O entrevistado observou que o concreto estava concluído, mas o aterro estava em fase de conclusão. Os quatro pilares, no ponto de vista de Almeida, foram necessários para que a conexão suportasse os ventos, a pressão da água e o fluxo de veículos pesados, uma vez que se tornaria uma importante via de ligação entre dois estados. “Hoje, para se ter uma ideia, as carretas normais pesam até 40 toneladas, mas tem aquelas que transportam cerca de 100 toneladas, mais o seu próprio peso, e é comum elas se cruzarem na ponte. E preciso ter muita resistência”, analisou.

Silva identificou a ponte, mas achou que, atualmente, a visão é muito diferente daquela apresentada pela fotografia (Figura 9). Ele se lembrou de um acidente envolvendo o “finado Eglair”, que trabalhou como carpinteiro na barragem. O homem teria caído da ponte e estava sendo levado pelas águas quando foi salvo por moradores de uma ilha, localizada nas proximidades. A morte de Eglair se deu há poucos anos, em decorrência de problemas de saúde e não por acidente de trabalho.

Pode ser que as mudanças no local em que foi tomada a fotografia, apontadas por Silva, tenham confundido Gerônimo, que reclamou das imagens feitas de cima, que fazem com que “você se engane muito, pois não dá referência”, por exemplo, sobre para qual o lado que o rio está correndo. A argumentação do entrevistado reforça, mais uma vez, a percepção de que, dificilmente, as pessoas, de uma maneira geral, conseguem se situar em locais vistos de cima, pois não lhes é um ângulo normal de visão. Especialmente para a aplicação da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória a utilização desse tipo de imagem deve ser evitada.

Em se tratando da metodologia, vale ressaltar a dificuldade de Gerônimo em olhar o portfólio e não se lembrar do acidente que sofreu na barragem. A entrevista ocorreu tensa e houve, por diversas vezes, a necessidade da pesquisadora perguntar sobre as breves informações prestadas pelo entrevistado. Novamente, após olhar a penúltima imagem, perguntou se havia concluído as imagens do portfólio. Ribeiro procurou na imagem, nas proximidades da ponte, pela “Casa de Visita do pessoal da obra”, segundo ele, um local onde era organizadas festas, rodas de viola e outras atrações. Mais uma vez, a fotografia diz muito sobre o que não mostra, traz consigo a presença da ausência.

7.10 IMAGEM DEZ

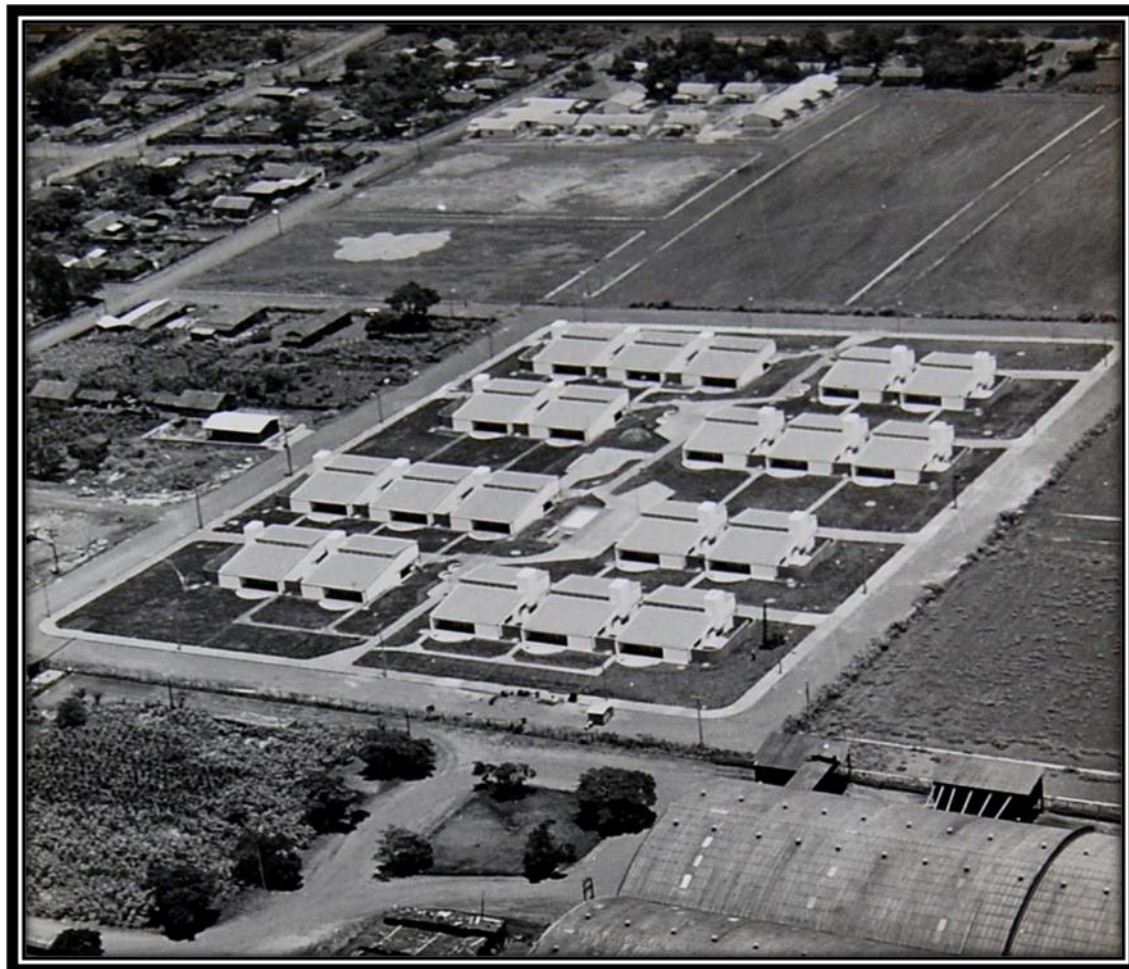
A última imagem do portfólio também não se refere diretamente à construção da barragem, mas é uma consequência dela. Trata-se da fotografia aérea de uma vila residencial, cuja construção se fez necessária para abrigar o grande número de trabalhadores que chegaram à região para ocupar diferentes funções no canteiro de obras. Em Iepê foram construídas as vilas Paraná e Rio de Janeiro, mas não há imagens disponíveis no site da concessionária sobre os empreendimentos.

Para preencher essa lacuna, visto que as residências seriam familiares aos entrevistados e, de certa forma, mostraria sua ligação à usina, a opção encontrada foi utilizar uma imagem do relatório anual da CESP referente ao andamento das obras da barragem em 1974. No entanto, o documento não apresenta uma legenda específica para a imagem. Provavelmente, a vila com 20 casas recém-construídas, provavelmente geminadas o que totalizaria 40 residências, seja a de Porecatu (PR), a única cidade, além de Iepê e Nantes, que recebeu as moradias. Talvez, por nunca terem estado no local, os trabalhadores buscaram identificações com a vila dos engenheiros construída na barragem.

O que poderia ser um problema, porém, se mostrou como uma solução para ilustrar uma questão política levantada pelos entrevistados em diferentes momentos da análise do portfólio. Vários deles citaram a construção de casas de “material” em Porecatu a partir de acordo político estabelecido entre os administradores daquela cidade e de Iepê na época. Segundo os ex-barrageiros, a vila teria sido “vendida” para Porecatu:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a”. (BOSI, 1994, p.453).

Figura 10 – Imagem aérea de vila para barrageiros



Fotografia: Autor desconhecido

Fonte: Relatório de construção elaborado pela CESP em 1974

“Essa vila é em Porecatu, porque essas casas são de material e Iepê não tem [são de madeira compensada]. Lá são uns três tipos de casas diferentes. [...] Deveria ser no começo, porque construíram em quadras e as vilas de lá são maiores”, falou Ribeiro. Em tom elevado, disse que o que se ouviu na época foi que, por questões políticas, todas as casas que tiveram como destino Porecatu eram para ter sido construídas em Iepê. O mesmo teria ocorrido com a ponte sobre o Rio Paranapanema, que era para ter substituído aquela que foi coberta pelas águas do reservatório da usina, que ligava Iepê a Alvorada do Sul, mas foi para Porecatu.

Era para Iepê ser rico, com o trânsito passando tudo aqui pertinho. Se tivesse a estrada, todo ônibus para o Paraná passaria por aqui. [...] Só aquela ponte de Porecatu se fosse em Alvorada, a gente ganhava muita coisa, era perto de Londrina. Dava para ter feito tranquilo. Mas a ambição não deixou. Hoje o pessoal tá aí, sem recurso. A cidade ficou de canto e esquecida. (RIBEIRO, 2014).

Ribeiro contou que, na época da barragem, seguia com um grupo de amigos para jogar sinuca em Alvorada do Sul que, com a ponte sobre o Rio Paranapanema, ficava “pertinho, pertinho”. O entrevistado deu outro exemplo da falta de visão dos políticos da década de 1970, dos quais diz não saber “nem quem eram”. Contou que jogava futebol no time da barragem, cujos representantes haviam entrado em contato com a administração pública municipal com pedido de autorização para reformar o campo de futebol [Estádio Municipal Guilherme de Paula Machado], para treino dos funcionários duas vezes por semana, e lhes foi negado. “Curiosa é a expressão *meu tempo* usada pelos que recordam. Qual é meu tempo, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros?” (BOSI, 1994, p.421).

Quando falou sobre Porecatu, o barrageiro se lembrou de um fato que não foi mencionado por nenhum outro entrevistado. Ele contou que em 1975 houve um roubo na barragem, de 375 mil [não se lembrou da moeda que circulava na época]. O valor seria destinado para o pagamento dos funcionários. A unidade bancária de Capivara se localizava perto do hospital e quando a perua Kombi com o pessoal do financeiro voltava com o dinheiro, um homem, todo enfaixado com ataduras, esperava em um trevo nas proximidades da portaria da usina e anunciou o assalto.

Os assaltantes levaram o dinheiro, mas o enterraram embaixo de um pau d’alho, no meio de uma plantação de cana, para buscá-lo depois. “Mas a polícia começou a investigar e uma das coisas que fez foi se informar em farmácias de Porecatu sobre uma compra grande de atadura.” Em um estabelecimento, o vendedor confirmou a venda e identificou a foto do vigia sobre quem recaía as suspeitas dos investigadores. “A polícia foi até a casa do vigia, que morava em Porecatu, e ele já saiu dizendo que entregaria o dinheiro. Os assaltantes não gastaram um centavo. O vigia era funcionário da Tenenge”, recordou-se Ribeiro. O entrevistado, apesar de estar fora, tem endereço fixo na Vila Paraná em Iepê, onde havia morado quando trabalhou na barragem, mas em outro número.

Ferreira, que já morou nas duas vilas da barragem em Iepê e na casa 58 da vila de Nantes, disse que as casas da imagem (Figura 10) podem ser em Porecatu, “mas no começo [das construções], porque lá a vila é grande”. Para ele, mesmo parecendo pequenas, as residências talvez sejam da vila dos engenheiros, que são maiores. “Trabalhei muito tempo com projetos e a foto aérea dá a aparência de que as casas são menores”, pontou.

As moradias da imagem, de acordo com Pereira, podem ser as “tal da casa preta, de dois andar”, construídas para funcionários da barragem em Porecatu. “Até hoje tem lá.” Já a vila da CESP, no canteiro de obras, que ficava em cima de um morro, o entrevistado disse que foi desmontada, “virou pasto”. Ele que conheceu bem o local de construção da usina e voltou várias vezes após a conclusão do empreendimento para “matar a saudade”, disse que são muitas as diferenças. A portaria, que não tinha árvores, agora tem várias, cujas sombras deixam a entrada “escura”, sob o seu ponto de vista. “Um cara construiu perto da portaria uma casa gramadinha, tem criação e tudo. As coisas tão bem diferente por lá”, falou.

Pelo tamanho das casas, Gerônimo disse que pareciam com as vilas dos engenheiros, cujas unidades contavam com mais de 100 metros quadrados. “As casas do canteiro de obras eram iguais essas, mas aqui tão na cidade. Deve ser em Porecatu”, comparou. Ele reparou que na vila da imagem (Figura 10) há espaço para muro, sendo que as vilas em Iepê era isoladas por um alambrado e tinham cancela na entrada. Almeida também se baseia na comparação para se chegar a uma definição sobre o vilarejo da imagem.

Não é Iepê. Provavelmente é a vila de Porecatu, porque se fosse aqui, a gente reconheceria o Almeida Prado [escola], por exemplo, perto da Vila Rio de Janeiro. Parece que o terreno vai receber mais casas e essas têm as características das casas de moradias para os funcionários. A empresa pagava ajuda de custo para os trabalhadores, mas ficava mais barato construir que alugar. Além disso, não teria casas suficientes em Iepê e Nantes, isso porque ainda tinha o alojamento lá [no canteiro de obras]. (ALMEIDA, 2014).

Nesse momento, o entrevistado lançou o seguinte questionamento: “Você sabe que as casas de Porecatu eram para ter sido feitas em Iepê? E sabe por que não foi?” A resposta vem já em seguida: “Na época, o prefeito e os vereadores da cidade fizeram um acordo financeiro para deixar que a construção fosse prá lá.” Almeida relembrou que para a construção das unidades da Vila Rio de Janeiro foram retiradas muitas árvores frutíferas como mangueiras e jabuticabeiras. De acordo com o ex-barrageiro, as duas vilas de Iepê estão maiores porque as áreas verdes passaram a receber edificações.

Cruz também se lembrou dos campos de frutas e acrescentou ainda os pés de jaca. Ele se recordou que nas proximidades da Vila Paraná havia uma construção velha que nunca cumpriu a previsão de abrigar um hospital. Essa vila foi a primeira a ser construída, em 1970. Contemplava 144 moradias e demorou cerca de um ano para ser concluída. A Vila Rio de Janeiro foi entregue mais rapidamente, pois contava com um número menor de unidades.

“As casas eram montadas sobre um piso de concreto. As paredes eram feitas de um material que vinha do Rio Grande do Sul. Demorou mais para fazer a terraplanagem, porque só tinha mato. A cidade era até o ginásio”, explicou. Cruz disse que deixou o canteiro de obras da barragem quando tiveram início os trabalhos de construção da Vila Rio de Janeiro, onde fazia apontamento de pessoal. Conforme o aposentado, as casas foram ocupadas, primeiramente, pelos trabalhadores transferidos pela CESP e, depois, aqueles da cidade que foram registrados. Ele viu semelhança das casas apresentadas na imagem (Figura 10), com aquelas construídas na barragem.

O entrevistado disse se recordar que “naquele tempo tinha muita gente na cidade”, o que ocasionava uma grande movimentação de pessoas. Mas Ramos foi o que se aprofundou um pouco mais ao traçar um breve panorama da juventude de Iepê na década de 1970. Sob o ponto de vista de um rapaz recém-chegado, “a cidade era boa” e lhe rendeu muitas amizades. Ele achava “gostoso morar” em Iepê, apesar da cidade não ter asfalto. “Tocava na fanfarra, trabalhava e, quando chegava, ia para o ginásio. O uniforme era branco e, quando chovia, as calças do joelho para baixo era só barro”, contou com o semblante alegre.

A “única opção de lazer era o cinema” e ir na porta do ginásio ver a namorada. “Por volta de 73, 74, como eu trabalhava, já tinha um carrinho, era um fusquinha 70. Da rapaziada bem poucos tinham carro”, apontou. Ramos disse não ter o que reclamar do período em que passou na barragem, pois foi lá que aprendeu a profissão que exerce até os dias atuais. No entanto, ter presenciado acidentes de trabalho marcou sua vida. Para ele, o mais chocante, foi a tragédia envolvendo Valdemarzinho, já citada por outros entrevistados. O soldador se recordou que estava descansando, quando um companheiro de barragem chegou e contou que um guindaste tinha caído. Quando se aproximava do local do acidente, Ramos disse ter visto a caminhonete com a qual seu pai trabalhava, com muitas pessoas perto. “Pensei que o guincho tinha caído em cima dele [do pai]. As pernas chegaram a amolecer”, contou. Porém, ao se aproximar do veículo, identificou Valdemar morto e “todo deformado”.

Conversando com um e com outro, me mostraram outro funcionário ‘espetado’ lá em cima. Ele era conhecido como Turquinho. Estava todo mundo apavorado e o engenheiro, doutor Barra, me mandou subir com o maçarico e cortar aqueles ferros que estavam atravessando o mecânico. Subi e o pessoal ergueu ele [o Turquinho] um pouco porque os ferros eram muito altos e não tinha jeito de tirar para cima. Cortava os ferros por baixo e tirava por dentro do corpo dele aquele ferro ‘frigindo’ de quente, aquele cheiro de sangue, de carne queimada, sangue escorrendo na minha mão. Fiz o serviço e tiramos ele de lá. Saí dali e fui pro barraco, mas comecei a passar mal. Não fiquei bem com aquilo. O encarregado Toninho Módulo pegou uma

condução e me mandou para o ambulatório e, de lá, para casa. Fiquei três dias em casa tentando aliviar a mente. (RAMOS, 2014).

Especificamente sobre a imagem (Figura 10), Ramos comentou novamente a dificuldade de “decifrar” fotos aéreas e afirmou que não se recordava daquela construção, mas eliminou a possibilidade de que estivesse no canteiro de obras. “Quando cheguei [em Iepê] as vilas já estavam prontas. Moramos na primeira casa da Rua Sergipe e, na vila, moramos na casa 107.”

O período de construção da usina também marcou, definitivamente, a vida de Silva, que perdeu uma filha. Ele não identificou a imagem do portfólio, mas se lembrou da vila da barragem e dos trabalhos prestados como servente nas vilas da cidade. “Quando construíram as vilas aqui [em Iepê] eu trabalhava na barragem, mas quando dava chuva de vento, arrancava as telhas, daí mandavam a gente.” O entrevistado disse que era escalado para o trabalho juntamente com outros três companheiros. Em certo expediente a equipe faria cerão [horas extras] e, quando chegou em casa para o jantar, Silva teria ouvido da esposa que a filha, de 4 anos, não estava bem. “Quando olhei ela estava toda manchada de roxo, sentada na escada”, recordou-se. Ele teria voltado para o trabalho avisar aos companheiros que não voltaria para trabalhar, pois levaria a filha para o hospital em Rancharia.

“Então o Luiz do Pacu [irmão de Braz Gerônimo] disse que eu não iria sozinho, que ele nos levava.” Seguiram para Rancharia, onde Silva deixou a filha internada e, ao retornar para Iepê, ligou no hospital para saber sobre seu quadro de saúde. Ouviu que a filha não estava boa, mas voltou para a vila. “Tava tralhando quando o Cidinho do Armando, que trabalhava lá onde era o fórum, e se comunicava com a obra inteira, chegou procurando pelo meu nome. Já imaginei o que era. Minha filha tinha falecido.”

Em seguida, de acordo com Silva, chegou o encarregado e o feitor, que se chamava Zé Luiz, que o indagaram por que não havia informado que a filha estava doente. O funcionário disse que ela estava doente, “mas não a ponto de morrer”, por isso não havia comunicado. Quando voltava para casa, Silva foi abordado pela polícia que o procurava para dar a notícia.

Desci para a barragem e, lá mesmo, o pessoal da carpintaria fez o caixão. O finado Mané Pintado foi comigo para Rancharia. Para tirar ela [o corpo da filha] do hospital deu trabalho, mas tiramo e viemo embora. Sepultei no cemitério, tem o túmulo lá até hoje. Ela tinha quatro anos e cinco meses e morreu de lombriga assustada. Foi assustada por um cachorro. Se for comentar mesmo dá muitas folhas. Dá uma novela. (SILVA, 2014).

As lembranças da barragem também foram fortes para Azevedo. Como pontuado desde o início da apresentação do portfólio, o entrevistado se mostrou ansioso, emocionado e triste. A conhecida risadinha foi substituída por um semblante abatido. Ele pouco falou sobre as imagens e, na última, não foi diferente. Ao ser questionado pela pesquisadora se era ruim lembrar, respondeu que, “graças a Deus”, já estava mais acostumado, no entanto, tinha sido muito difícil se adaptar com a nova realidade imposta por sua breve passagem pela barragem. “A gente ficou triste, porque entrou normal e saiu e sem os dedos, né! No começo foi duro, uma tristeza. Hoje tem a família que me apoia em tudo”, considerou. Sua mãe, quando soube do ocorrido, ficou mais de 20 dias mal e, pouco tempo depois, quebrou o braço no quintal e foi Azevedo quem a socorreu levando-a para o hospital da barragem. “Os médicos eram todos colegas da gente.” O aposentado se lembrou que, na época, sua mãe não queria que ele fosse trabalhar na usina. “Eu acho que cada um tem um destino. Não me arrependo de nada. Tô vivo e tô lutando. A empresa deu toda a ajuda necessária. Não tenho do que reclamar.”

De certa maneira, ao buscar identificar a vila da imagem (Figura 10), os entrevistados se recordaram de suas passagens pelas moradias fornecidas pela empresa que os contratou. Inclusive, dois deles, Ribeiro e Cruz, residem atualmente na Vila Paraná e na Vila Rio de Janeiro, respectivamente. Apesar de estarem localizados em pontos diferentes, Pereira e Gerônimo estão separados da Vila Paraná por uma rua. Ferreira é vizinho da Vila Paraná. Estão longe desses aglomerados de casas, Ramos, Souza, Almeida, Silva e Azevedo, ou seja, metade dos entrevistados moram nos bairros construídos pela barragem. A pequena amostra pode conferir a importância dos empreendimentos para a cidade.

8 PERCEPÇÕES PESSOAIS

Utilizando as palavras de Nora (1993), a presente pesquisa foi formatada na “vontade de memória”, na ânsia de contribuir com a história de Iepê a partir da visão daqueles que ajudaram a construí-la. No entanto, antes ainda de sua conclusão, era possível perceber que as contribuições ultrapassariam os limites do município, pois ao replicar a metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória, buscando atender as recomendações anteriores e adicionando nova experiência, sem dúvida, a ciência e o modo de fazer pesquisa foram enriquecidos.

A nova experiência será retratada neste capítulo como percepções pessoais da pesquisadora, que manteve relação “olho no olho” com os entrevistados. A cumplicidade resultante desse contato é traduzida por Bosi (1994, p.38) como “um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa”. A intenção ao destacar as impressões obtidas durante o trabalho de campo é valorizar as reações causadas pelas imagens e pelas lembranças evocadas e que não foram verbalizadas pelos envolvidos. Essas reações, físicas e emocionais, certamente fornecem informações e, mesmo que aparentemente, podem discordar das palavras proferidas. Esse seria o ponto crucial em que o não-dito tem também seu significado.

Na verdade, a consciência sobre a força desse tipo de informação começou a surgir durante as entrevistas, foi reforçada pelas imagens de vídeo e explorada durante a transcrição das conversas. A princípio, a gravação de imagens seria apenas uma garantia caso o gravador de voz apresentasse qualquer problema, o que aconteceu já na segunda entrevista, com Souza. Porém, ao captar a voz, pode ser que detalhes como olhos lacrimejantes, mãos inquietas, olhar distante, não fossem percebidos. Estava configurada a importância do vídeo. Por outro lado, com formação em jornalismo, a pesquisadora sabia sobre a opressão que a câmera poderia causar, especialmente naqueles que não são acostumados a encará-la.

A alternativa encontrada foi explicar sobre a presença do equipamento e mantê-lo longe, com o objetivo de que fosse esquecido. Na maioria dos casos funcionou. O fato de os entrevistados estarem em suas casas, um ambiente seguro, onde se sentiam à vontade e que previamente haviam escolhido para receber a pesquisadora, pode ter contribuído para a descontração. Com isso, entre os equipamentos, o vídeo deixou de ser um

coadjuvante para ocupar o papel de protagonista. É com essa importância que fica a sugestão para que seja utilizado na aplicação da metodologia.

É preciso considerar que, durante a entrevista, existe uma preocupação com o funcionamento dos equipamentos e em prestar atenção no que o entrevistado diz, para que não se perca o sentido da conversa e as dúvidas sejam menores no momento da transcrição. A chance de assistir à entrevista completa proporciona, além do melhor entendimento do assunto, a visualização dos silêncios, a postura do entrevistado, seu interesse, emoção, ou seja, características que podem enriquecer suas histórias.

De modo assertivo é possível dizer que a experiência de lembrar proporcionada pela fotografia provoca diferentes sensações nas pessoas. São essas sensações que vão ditar o ritmo da entrevista e seu resultado. Sendo assim, é possível adiantar que as pessoas mais tocadas pelas lembranças evocadas, ao contrário do que se possa pensar, podem ser as que mais se fecham e, conseqüentemente, ofereçam menos informações. Talvez isso ocorra porque as lembranças sejam particulares, pessoais, que remetem seus portadores a um reviver de emoções apaziguadas pelo tempo, encobertas pelo esquecimento, revestidas pela dúvida.

A observação permite afirmar que as fotografias utilizadas com o intuito de disparar o gatilho da memória causaram diferentes sensações, que foram desde a saudade de um tempo que se foi à dor que quisera não sentir novamente. Como afirma Bosi (1994, p.21), “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia”. É possível que os antigos trabalhadores de Capivara tiveram que “lapidar” suas recordações. É provável também que não conhecem o poder vigoroso da imagem.

Praticamente todos se lamentaram por não contar com imagens da época, de seus postos de trabalho, dos companheiros ou das diferentes fases de construção do grande empreendimento, fato que atribui à fotografia o *status* de lembrança. Vale ressaltar que na década de 1970 as máquinas fotográficas não eram tão comuns como nos dias atuais e a preferência de registro era dada a comemorações familiares. O cotidiano não era para ser lembrado, mas vivido. A sensação porém é de que, para os entrevistados, a imagem os manteriam ligados de alguma forma com os momentos que viveram e serviria como comprovação das batalhas travadas.

“Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente.” (BOSI, 1994, p.74). Seja pensando na posteridade ou na opção momentânea mais indicada como forma de prestação de contas, a iniciativa da CESP em documentar a obra deve ser ressaltada, pois seu acervo mantém viva a história.

O trabalho “ombro a ombro”, compartilhando as emoções provocadas pelas imagens de outrora, juntamente com as horas de gravações possibilitam, de certa forma, destacar os momentos em que as fotografias do acervo conferiram mais sensações. Os parágrafos a seguir buscam reforçar a capacidade da imagem em disparar o gatilho da memória e trazer à tona lembranças quase apagadas pelos anos. Sim, a fotografia proporciona rememorações, que rendem informações significativas tanto sobre o meio ambiente quanto sobre o indivíduo. Seguem algumas informações sobre os antigos trabalhadores ouvidos pela pesquisadora em uma ordem crescente de “perturbação”, ou seja, dos aparentemente menos tocados pelas imagens até aqueles que, de forma figurativa, foram empurrados por elas para dentro de um túnel do tempo e reviveram de forma mais intensa os acontecimentos de outrora.

Figura 11 – Nelson Pires da Cruz



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Seja por timidez, por ser reservado ou, até mesmo, por enfrentar uma pequena limitação física, ocasionada por um problema de saúde, Cruz foi um dos entrevistados mais calados. Nem por isso deixou de fornecer informações relevantes, especialmente referentes ao período inicial da construção. Demonstrou entender sobre as “engrenagens” de uma grande obra e foi como barrageiro que manteve uma família numerosa. Representou saber separar o trabalho de sua vida particular e, por ter trabalhado com obras até se aposentar, não demonstrou entusiasmo com as fotografias.

Figura 12 – Gumercindo Miranda de Souza



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

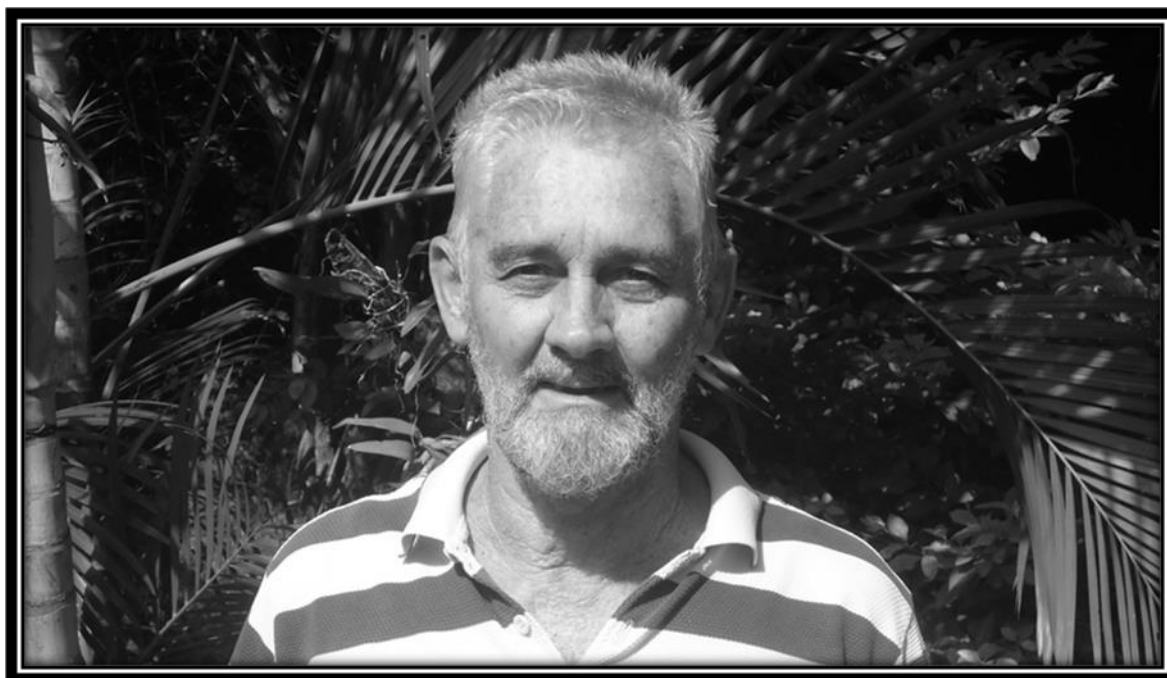
No outro extremo, Souza, um dos entrevistados mais falantes, impressionou por sua propensão aos detalhes. Ele demonstrou se lembrar de processos do trabalho, marca dos equipamentos que controlava, nomes de companheiros, hierarquia, situações embaraçosas. A sensação é de que poderia retomar, nos dias atuais, o trabalho e desenvolvê-lo com maestria. Vale ressaltar aqui pontuação de Bosi (1994, p.480) de que quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, mais há o empenho do memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício. Sem dúvida, a sensação de confidente esteve presente.

Com criticidade aguçada, Souza tocou em assuntos que podiam ser espinhosos para a época e, inclusive, para os dias atuais, visto que os demais entrevistados,

conscientes ou não, preferiram não se aprofundar em polêmicas. A partir de sua experiência, demonstrou que, ao trabalhar com afinco, conquistou uma postura de respeito, sempre sendo ouvido, até mesmo por seus superiores, cujos diplomas, pelo seu ponto de vista, não lhes deixavam isentos de errar.

Souza avançou em questões trabalhistas, especialmente quando se lembrou que parecia haver uma orientação para que os médicos que atendiam os trabalhadores no canteiro de obras não atestassem a morte no local. O que o coloca no início da lista de percepção por perturbação é o fato de não ter demonstrado grande interesse pelas imagens, como tem pelo assunto que foi tratado.

Figura 13 – Braz Gerônimo



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Com preocupação aparente em entender as imagens e ter o que falar sobre elas, Gerônimo analisou o portfólio com atenção. Apesar de ter trabalhado a maior parte do tempo em que esteve na barragem como eletricitista, validou a percepção de que a obra, de porte inédito nas proximidades do município, atraía a atenção de seus trabalhadores, cuja curiosidade os movia para outros setores em busca de entendimento sobre o todo.

Suas passagens por diferentes frentes de trabalho comprovam que a região não contava com mão de obra qualificada o suficiente para suprir o quadro de pessoal e que

Capivara possa ter sido um canteiro de preparação de trabalhadores para construções maiores, como Itaipu, para onde parte significativa dos barrageiros seguiu. As imagens lhe fizeram pensar em como teria sido sua vida se tivesse continuado trabalhando em barragens e concluiu que “fez besteira” em não ter prosseguido.

Figura 14 – Maurílio Alcides Ferreira



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

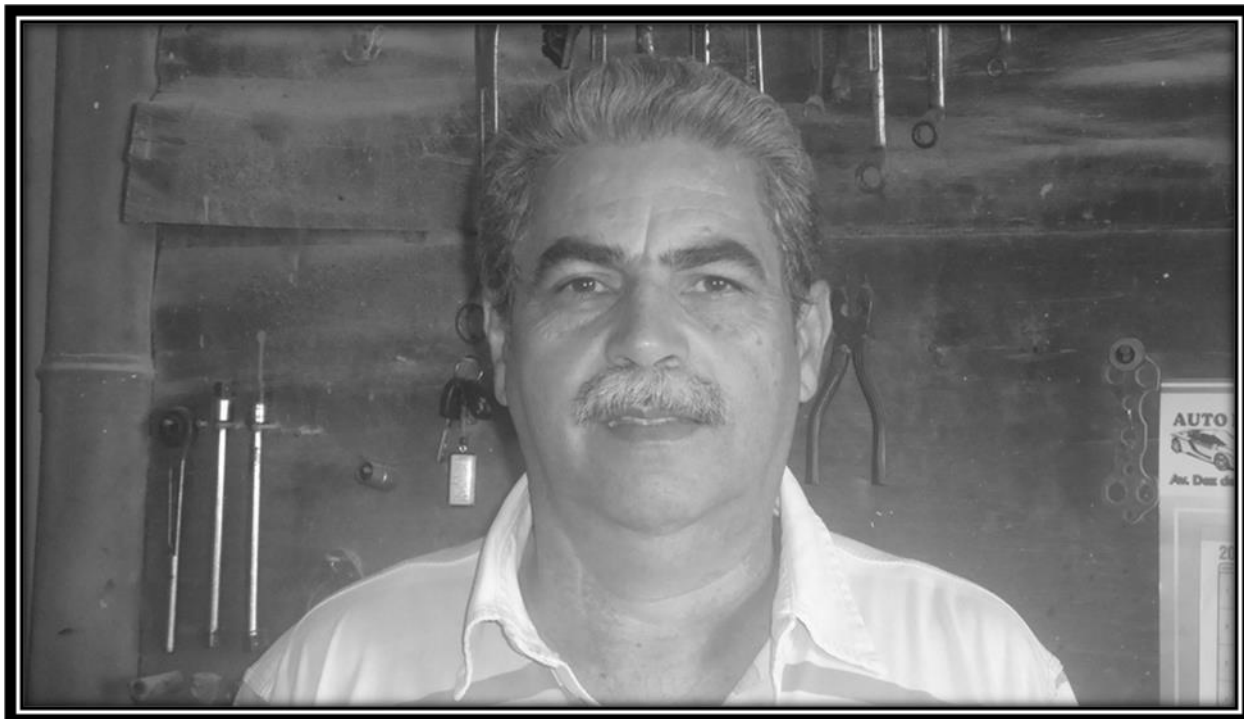
Ferreira indicou grande interesse por fotografias e, desde a primeira conversa para acertar a entrevista, disse que procuraria as suas para mostrar. Seria um dos poucos que contaria com imagens do período, mas não as encontrou e demonstrava aparente frustração por isso. Preocupou-se em reforçar as recordações que emergiam de sua memória e, por algumas vezes, criticou a composição do portfólio, por não contar com uma maior variedade de frentes de trabalho. Uma de suas principais contribuições diz respeito aos âmbitos social e político da cidade no período estudado.

Figura 15 - José Francisco Ramos



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Ramos se mostrou aberto e receptivo desde o primeiro contato. Disse que se comprometeria a dizer tudo que se lembrasse. Foi exatamente o que fez. Suas lembranças foram contributivas em diferentes quesitos, especialmente aquelas voltadas ao cenário da cidade durante o período de construção da usina de Capivara. Lembrou-se de locais de encontro, de pessoas, nomes e situações pelas quais passou. Além de demonstrar significativo interesse pelas fotografias, sobre as quais assentou suas recordações, apontando locais, estruturas e equipamentos, Ramos expressou que, ao tomar as fotografias nas mãos, começou a sentir saudades do tempo que passou.

Figura 16 – Carlos Ferreira de Almeida

Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Ainda no mercado de trabalho, mesmo após a aposentadoria do serviço público, foi com muita euforia que Almeida atendeu a pesquisadora. Contou que a barragem de Capivara faz parte de suas recordações por ter sido seu primeiro emprego. Provavelmente, o mesmo sentimento de entusiasmo e alegria que moveram o jovem no grande canteiro de obras ainda iluminam o homem experiente, que mostrou contentamento em dividir suas lembranças, especialmente aquelas que lhe causaram grande surpresa. Almeida foi bastante claro sobre o serviço que desenvolvia, os equipamentos com os quais trabalhou, a forma como ocorriam as contratações de pessoal, a vida política da cidade. A cada imagem do portfólio ele chamou a atenção para um detalhe específico e uma informação parecia puxar outra. Sem dúvida, a fotografia fez disparos certos no baú de memórias de Almeida.

Figura 17 – Ezequiel Ferreira da Silva

Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Também atingido pelos “disparos”, a reação de Silva foi diferente. Desde o primeiro contato, no meio de uma rua da cidade, apresentou certo grau de embaraço. Afirmou que não sabia se teria condições de contribuir com a pesquisa. A mesma resistência ocorreu antes do início da entrevista quando, novamente, disse que não se lembrava de muita coisa. Com a apresentação do portfólio, aproximava as fotografias dos olhos, as afastava, por ora concordava consigo mesmo, ora discordava, mas em silêncio, muito pensativo. Mostrou facilidade em se lembrar de pessoas e seus nomes e apresentou várias características do canteiro de obras e do caminho até o trabalho. Como os demais, enfatizou a dificuldade em “entender” as imagens aéreas.

Apenas no final da conversa com Silva foi possível entender sua postura e silêncios. O período em que trabalhou em Capivara corresponde à perda de uma filha, cuja história seria tocada apenas superficialmente. Mesmo sendo uma experiência pessoal, a ocorrência parece ter interferido em sua relação no trabalho, visto que contou com a solidariedade dos companheiros e da firma, lembrando-se que os marceneiros fizeram o caixão da criança no canteiro da barragem. Fez questão de mostrar três fotografias, todas iguais, junto com outros dois trabalhadores em uma construção que identificou como sendo da barragem. Não mostrou imagens da filha. Como afirma Bosi (1994, p.475), “percebe-se a

fusão do trabalho com a própria substância da vida”. Ao “desengasgar das lembranças” e após os equipamentos estarem desligados, Silva começou a contar, com certa desenvoltura, sobre o trabalho na construção da usina.

Figura 18 – João Vitor Pereira



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em Pereira, a pesquisadora teve a honra de ouvir um contador de histórias, com suas narrativas, entonações, gestos, caretas e, principalmente empolgação por ter alguém interessado em ouvi-lo. O ex-barrageiro conhecia os diferentes setores de trabalho da barragem de Capivara e ainda viu e atuou diretamente nas obras de infraestrutura edificadas na cidade. De sorriso fácil, firmou amizade com chefes e companheiros de trabalho o que lhe possibilitou, quando da análise do portfólio, falar sobre locais onde não havia trabalhado, pois, no mínimo, tinha ouvido falar e gravado as informações na memória.

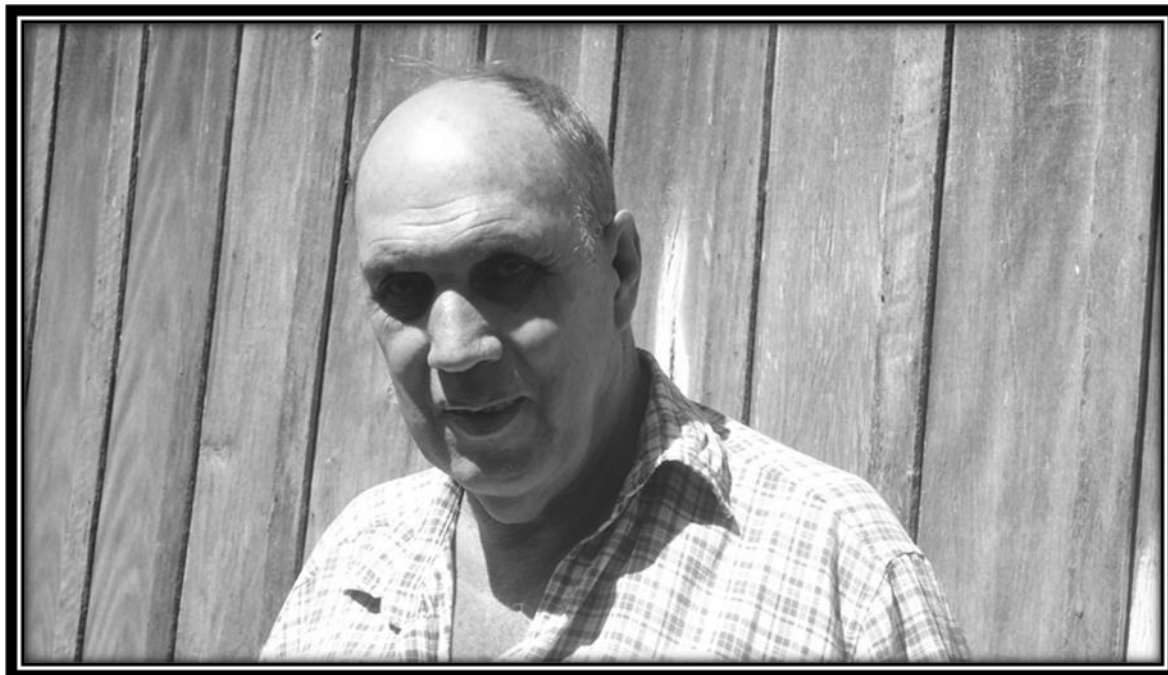
O portfólio parecia mais portas sendo abertas e convidando-o a entrar novamente em Capivara. Ele aceitou o convite e desbravou recordações. O contato com Pereira, demonstra, conforme Bosi (1994, p.480), que o trabalho se incorpora no sistema nervoso do trabalhador e este, “ao recordá-lo, na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação”.

Figura 19 – Sebastião Ribeiro



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Desde o início, a intenção em ouvir Ribeiro tinha como objetivo traçar um campo visual do que foi e é hoje um canteiro de obras de uma barragem. O resultado foi positivo. Sim, quatro décadas apresentaram grandes diferenças, tanto estrutural, quanto profissional e, até mesmo, pessoal. Encantado com as imagens, o entrevistado demonstrava clara surpresa com tudo o que via e, em determinado momento, Ribeiro disparou: “A gente era muito corajoso!” E foi se sentindo um “sobrevivente”, que o barrageiro se lembrou do primeiro emprego e traçou comparações enriquecedoras com as condições atuais de trabalho.

Figura 20 – Lídio Soares de Azevedo

Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

“Nesses vários exemplos, a memória vem acompanhada de uma valorização do trabalho evocado e de uma crítica.” (BOSI, 1994, p.480). No entanto, é de uma crítica não feita, de uma situação ainda não aceita que culmina como mais perturbadora a entrevista de Azevedo. O aposentado que perdeu quatro dedos de cada uma das mãos é o exemplo da força e eficácia da metodologia que utiliza a fotografia como disparadora do gatilho da memória. Já na apresentação da primeira imagem do portfólio, a risadinha que caracteriza Azevedo deu lugar a uma certa aflição. As informações e coleta de dados não renderam como com os demais entrevistados, mas, paradoxalmente, foi possível constatar o poder da imagem em informar, emocionar e trazer à tona lembranças quase apagadas. Não foi preciso a imagem do acidente que envolveu o trabalhador para que esse se lembrasse pelo que passou. Para ele, o fato estava marcado na foto e, naquele momento, gritava novamente o que havia acontecido e que Azevedo gostaria de esquecer.

Assim, é possível perceber que as imagens trazem em seu corpo fatos, indícios, marcas, tatuagens que podem ser vistos de acordo com a lente que cada um utiliza. Como explica Milton Guran (2011, p.88), estimulados pelas fotografias, “os informantes vão muito além do que está representado na imagem, já que uma das características da fotografia é

justamente esse poder de desencadear ideias recorrentes em um processo que tem tanto de sensível como de racional.”

O autor ressalta, porém, que é frequente uma fotografia despertar a atenção ou até emocionar, como aconteceu com Azevedo, enquanto outra imagem para o mesmo entrevistado ou a mesma imagem para outra pessoa não conseguir, sequer, reter o olhar. “O que faz a diferença entre essas duas situações é apenas e tão-somente a boa utilização da linguagem fotográfica.” (GURAN, 2011, p.92). Um exemplo, é o uso da imagem aérea que, sabe-se a partir desta aplicação da metodologia, que pode se apresentar como uma linguagem ineficiente, especificamente em grandes obras ou espaços que sofreram modificações significativas e que nem todas suas partes são visíveis. A opção é válida, entretanto, quando não se conta com outras tomadas, pois é de difícil interpretação para aqueles que conheceram o objeto fotografado apenas a partir da altura dos olhos, ou seja, a maioria das pessoas.

Independentemente do estado emocional do entrevistado, de sua condição financeira ou social, de sua religião, do local onde estava quando o fato ocorreu, certamente, ao olhar uma fotografia, o indivíduo não ficará alheio aos seus efeitos. Sua mente buscará alguma correspondência ao que está vendo. Além disso, Susan Sontag (1981) considera que a imagem tende a subtrair sentimentos das coisas que foram experimentadas em primeira mão, mas esses sentimentos não são, especificamente, aquele experimentado na vida real. “Muitas vezes uma coisa nos perturba mais na forma de fotografia do que quando efetivamente a conhecemos.” (SONTAG, 1981, p.161).

Esse remexer no baú da memória e as emoções acarretadas podem render informações até então desconhecidas e que podem mudar o rumo de uma história. Como se pode ver, do mais tímido ou distraído, ao mais empolgado ou emocionado, o gatilho da memória será acionado e seus resultados podem comprovar ou contrariar o que se sabia até então, mas, de qualquer forma, vai surpreender.

Por fim, além da escolha prévia das imagens sobre as quais pretende-se obter mais informações de um fato ou período, é imprescindível a descoberta de testemunhas, a conversa olho no olho, o interesse pela história alheia, o respeito pelos diferentes pontos de vista, a paciência para dilapidar lembranças e dar-lhes um contorno real. Dessa forma, é possível lançar luz sobre um determinado acontecimento a partir dos rigores exigidos pela ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia.” (Bosi, 1994, p.481). Sem dúvida, ao contarem sobre suas experiências na usina de Capivara, os ex-trabalhadores expuseram suas vidas e os rumos tomados a partir de suas escolhas. Todas as lembranças foram suscitadas por imagens de diferentes fases da obra, registradas há cerca de 40 anos. É a mídia fotografia o suporte que torna consistente a aplicação da metodologia da imagem como disparadora do gatilho da memória.

Antes mesmo da replicação da pesquisa empírica sabia-se de sua eficiência na recuperação de dados e na ampliação de pontos de vistas sobre um mesmo período da história. Os resultados haviam sido alcançados em diferentes experiências, mas com objetivo semelhante, de enriquecer a história de fundação de municípios de trajetórias recentes. A intenção de sistematizar a nova metodologia e buscar sua consolidação partiu dos resultados apresentados por Hoffmann (2010) e Teixeira (2013), que a testaram, respectivamente, nas cidades paranaenses de Londrina e Telêmaco Borba.

Mas, desta vez, o emprego da metodologia se voltou para o levantamento de dados referentes a um período em que o município paulista de Iepê se viu ocupado por trabalhadores de diferentes regiões do país atraídos pela construção da Usina Hidrelétrica de Capivara que, na realidade, está localizada em Taciba (SP). Mas o território de Iepê foi o mais impactado pelo represamento das águas do Rio Paranapanema e o choque não teria ocorrido apenas no plano físico, mas social, econômico, cultural, visto que passou a abrigar número significativo de novos moradores, que trouxeram suas famílias, exigindo novas instalações, diferentes serviços, absorção de hábitos, costumes, tradições, crenças.

Foram muitas mudanças para uma localidade que contava com aproximadamente 50 anos e havia enfrentado confuso período de fundação. No entanto, não havia um registro oficial sobre o ponto de vista dos trabalhadores da “barragem” que, ainda nos dias atuais, é evocada como sinônimo dos tempos áureos da cidade. A união da metodologia à uma lacuna existente na história recente de Iepê resultou, sem dúvida, em um rico material sobre o período recortado, percepções para a sistematização da metodologia e novas possibilidades de pesquisas sobre a cidade.

Cabe-se reforçar o cuidado com a montagem do portfólio, que é a alma desse tipo de pesquisa. Foram atendidas as recomendações de Hoffmann (2011), de compô-lo

de forma enxuta com, no máximo, dez fotografias. O número é suficiente, pois não cansa os entrevistados e aumenta as possibilidades de conseguir mais informações, mesmo entre aqueles que são de poucas palavras. A conversa iniciada antes da apresentação do portfólio se apresenta como uma eficiente forma de “quebrar o gelo” ou diminuir o possível desconforto dos entrevistados. Essa introdução mostra um pouco de como será a conversa, por isso a importância da simplicidade, descontração e, principalmente, interesse pela história de vida.

Teixeira (2013) lembra que é preciso admitir erros de seleção das fotografias. As imagens aéreas dificultaram o entendimento, especialmente, por ter se passado décadas de seus registros, as obras terem sido executadas em etapas, partes de sua estrutura não encontrarem-se mais visíveis e o principal ângulo de visão dos trabalhadores ter sido de baixo para cima. A orientação de Teixeira (2013) a respeito era de que o portfólio fosse montado com o auxílio de um ou mais pioneiros, neste caso, ex-trabalhadores. No entanto, como a construção da usina ocorreu em diferentes frentes de trabalho inviabilizou a possibilidade de se encontrar alguém que conhecesse todas as etapas da obra. Outro fator decisivo para que a seleção fosse realizada apenas com a ajuda do orientador foi o número reduzido de imagens do período, todas provenientes da visão da CESP sobre o empreendimento.

De forma geral, as fotografias atraíram a atenção dos entrevistados que, mesmo com dificuldade de entendimento ou com a visão prejudicada, se esforçaram e se deixaram levar pelas lembranças. Alguns revelaram o fascínio que sentem pelas imagens e, de forma constante, lamentaram não contar com registros da época. Uma sugestão é que as entrevistas sejam também gravadas em vídeo, de forma a oferecerem materiais referentes a emoções não captadas apenas pela voz da testemunha ocular, pois, um exemplo, é a imagem de olhos lacrimejantes que também informam. O cuidado a ser tomado é não deixar que os equipamentos se tornem protagonistas no momento da entrevista, exigindo atenção que deve ser dada aqueles que falam.

Não há dúvida, porém, que as imagens tocaram as pessoas de forma e intensidade diferentes, seja pela composição fotográfica, seja pelas experiências vividas. Além disso, como conceitua Kossoy (2007, p.156), toda imagem fotográfica tem atrás de si uma história e o que é aparente se carrega de sentido na medida em que o ausente é recuperado. Kossoy (2007, p.161) compara a fotografia a uma janela imaginária que se abre

para o passado e para a cena contemporânea e afirma que as “imagens estáticas têm sequência e passam a ter movimento na nossa imaginação, conformando nosso imaginário”.

Apesar de todos os entrevistados terem trabalhado no mesmo local, o grau de percepção foi diferente para cada um. Ficou bem claro que os fatos mais marcantes, ou mesmo chocantes, como os acidentes de trabalho foram lembrados por todos com algumas variações, que evidenciam pontos de vista pessoais ou “olhares”, termo cunhado por Burke (2004). As diferentes versões sobre um mesmo fato podem ocorrer entre o sujeito que viu e aquele que ouviu falar. No segundo caso, de acordo com Bosi (1994, p.419), a desfiguração é maior, “porque se um membro da série cai num erro de identificação, este se acentua à medida que se difunde”.

Figura 21 – Prédio da antiga central de rádio da barragem



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

No entanto, mesmo com algumas variações, foram várias as informações em comum. Uma delas dava conta sobre o funcionamento da rádio central da barragem no prédio onde funciona atualmente a Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, localizado na rua Rio de Janeiro (Figura21). O local não conta com placa de identificação sobre o período de sua construção e o que se sabe, inclusive na prefeitura, é que já foi ocupado por diferentes órgãos, como Sindicato Rural e Fórum.

Independente da distância da testemunha com o ocorrido, foi possível perceber que alguns assuntos foram recorrentes e, isso ocorre, de certa maneira, pelo fato de continuarem sem resposta. Como exemplo pode ser citado a possível transferência da construção de uma vila de operários de Iepê (SP) para Porecatu (PR). “Mas se a CESP é uma companhia de São Paulo, por que construiria casas no Paraná?”, indagou um dos entrevistados. Talvez a falta de comunicação com os funcionários ou, até mesmo, com as populações que acolheram os operários tenha alimentado as especulações.

Outro ponto que vale destaque se refere às relações de trabalho. É possível confirmar a falta de mão de obra capacitada na cidade e na região. Para contornar a situação, trabalhadores experientes eram transferidos para a construção, mas em número muito abaixo do necessário e cabia aos responsáveis locais reconhecer aptidão dos operários contratados e remanejá-los. Quando não eram descobertos, os próprios contratados se incumbiam de solicitar transferência para outra área de sua preferência. A palavra aptidão é certa para a situação, visto que vários dos ex-barrageiros assumiram para suas vidas o ofício aprendido em Capivara.



Fotografia: Adgélzira Capeloti
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Foram lembrados também fatos envolvendo questões trabalhistas, mas que foram omitidos, voluntária ou involuntariamente, pela maioria das testemunhas. Grande parte elogiou as empreiteiras, CBPO e Tenenge, o que pode ser visto como natural, pois essas passaram a contratar para diferentes frentes de trabalho, pagar salários superiores aos praticados na região e oferecer benefícios como atendimento de saúde, envolver familiares dos trabalhadores, promover ações de recreação e lazer. Mesmo os que não passaram pelo hospital montado no canteiro de obras pareceram se lembrar de sua existência “reconfortante” e, os que passaram pelos leitos, se lembraram do atendimento recebido.

O contato com os ex-trabalhadores da barragem permite considerar que, aos poucos, esse importante episódio da história de Iepê poderia ser esquecido, conforme as vozes fossem se calando. Todos os entrevistados estão aposentados e, cada um a seu modo, sofre com as marcas do tempo. As pessoas que têm idade para serem seus filhos podem falar sobre o antes e as mudanças promovidas a partir da construção da usina. Os netos cresceram ouvindo falar sobre o “tempo da barragem”, mas, daí por diante, os demais descendentes, pouco ouvirão e saberão a respeito, por isso a importância em recuperar a memória desses velhos trabalhadores.

Sobre a lembrança dos velhos, vale enfatizar a importância da base teórica fornecida por Bosi (1994), que dá a relevância merecida aqueles que se recordam. A autora considera que o ato de lembrar busca dar sentido à vida. “Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado [...]. O empenho do indivíduo em dar sentido a sua biografia penetra nas lembranças com um desejo de explicação.” (BOSI, 1994, p.419). Pode ser essa vontade de apresentar e justificar sua biografia que tenha movido os entrevistados dessa pesquisa a exporem suas vidas e experiências.

Considerando a lembrança como a sobrevivência do passado, é preciso, realmente, valorizar aqueles que mantêm o passado vivo. Bosi (1994, p.18) alerta que a função social do velho é lembrar e aconselhar, ligando o que já passou ao que está por vir, mas, no seu ponto de vista, a sociedade capitalista impede a lembrança, usa seu braço servil e recusa seus conselhos, de modo a oprimir a velhice, destruir os apoios da memória e substituir suas lembranças pela “história oficial celebrativa” e prossegue:

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver do que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. (BOSI, 1994, p.74).

A metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória tem seu sustentáculo nas recordações que os velhos, testemunhas de dois tempos distintos – passado e presente – guardam na memória. Sem dúvida, a imagem, como registro de um momento, aliada à vontade e disposição para contar suas experiências, fazem dessa forma de pesquisa um eficiente instrumento para recuperação e ampliação de fatos históricos. No entanto, para sua efetiva sistematização são necessárias novas aplicações. Os trabalhos estão apenas começando, mas os resultados já apresentam quantidade significativa de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: histórias e imagem. São Paulo: Edusc, 2004.
- DUKE ENERGY. **UHE Capivara**. Disponível em <<http://www.duke-energy.com.br/usinas/Paginas/Usinas.aspx>>. Acesso em: 6 maio 2014.
- GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011.
- HOFFMANN, Maria Luisa. **Guardião de imagens**: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- _____. A fotografia aliada à história oral para a recuperação e preservação da memória. In: BONI, Paulo César (org.). **Fotografia**: múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011. p.201-229.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Cultural, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEMÓRIA DUKE. **Capivara**. Memória Duke é um projeto da Gerência de Relações Públicas da Duke Energy. Disponível em <<http://www.memoriaduke.com.br/Usinas.aspx?menu=9&usina=4>>. Acesso em: 25 junho 2014.
- _____. **Usina Hidrelétrica de Capivara completa 37 anos**. Disponível em: <http://dukeenergybr.wordpress.com/2014/03/07/usina-hidreletrica-de-capivara-completa-37-anos>. Acesso em: 28 outubro 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p.7-28, dezembro 1993.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na antropologia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROSA, Paulo Fernando Zaganin [et al...]. **De Liberdade à Iepê: uma terra para todos**. Bauru: Canal 6, 2013.

SILVA FILHO, José Cândido da; SILVA NETO, José Cândido da. **Iepê, minha amada e querida**. São Paulo: Edição dos autores, 2006.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969)**, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BANCO DE DADOS EM CD

Nestes CDs estão disponíveis arquivos em áudio e vídeo das entrevistas realizadas no mês de agosto de 2014.